

Temporalis

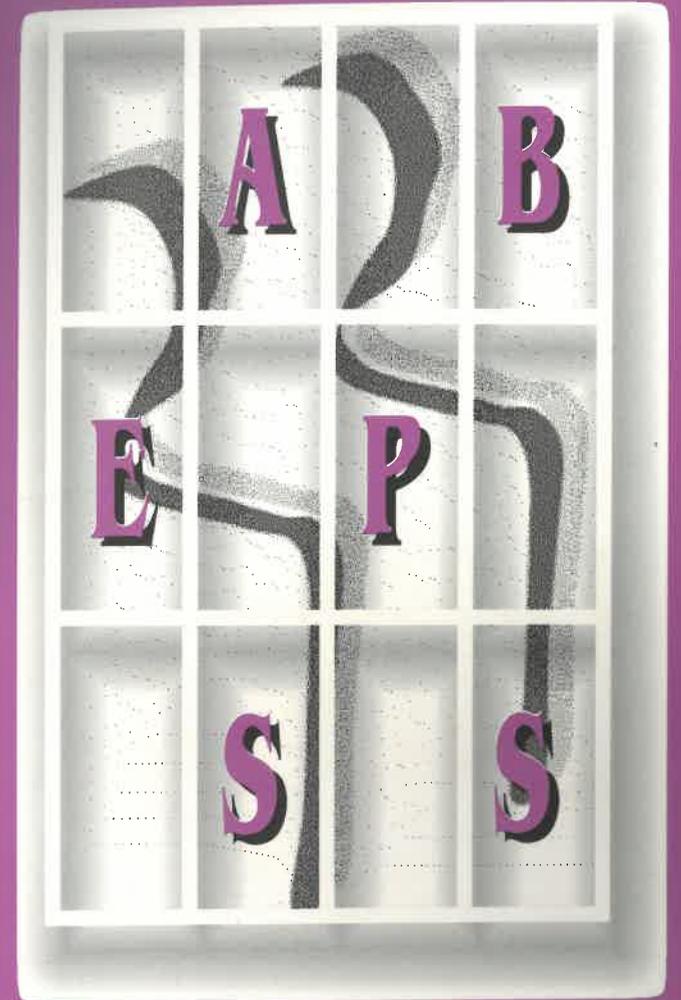
6

TEMPORALIS 6 - ANO III N.º 6 - JULHO A DEZEMBRO DE 2002

Temporalis

6

Revista da Associação
Brasileira de Ensino e Pesquisa em
Serviço Social - ABEPSS



6

Ano III, nº 6 - Julho a dezembro de 2002

ISBN 858925203-5



9 788589 252034

ABEPSS

ISBN: 85-89252-03-5

Temporalis

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ENSINO E PESQUISA EM
SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

Esther Luiz de Souza

ANO III, Nº 6 - JULHO A DEZEMBRO DE 2002

OS ARTIGOS PUBLICADOS NESTA REVISTA SÃO DE INTEIRA
RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES

© Copyright 2002 by ABEPSS

Produção Gráfica:

Marcelo Lana

Editoração Eletrônica:

Marcelo da Cruz Silva

Revisão:

Vantuil Pereira

Edição:

Executiva Nacional da ABEPSS:

Maria Aparecida Tardini Cassab - Presidente

Maria Rosângela Batistoni - Coord. Nacional de Graduação

Maria Ines S. Bravo - Coord. Nacional de Pós-Graduação

Katia Regina de S. Lima - Secretária Nacional

Maria Lidia S. Silveira - Tesoureira

Marina Barbosa Pinto - Suplente

Marilene Sansão - Suplente

Periódico semestral da ABEPSS

Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
Ano. 3, n.6 (jul/dez.2002). Brasília: ABEPSS, 2002
176 p.

1. Trabalho 2. Questao Social 3. Serviço Social

ISBN: 85-89252-03-5

SUMÁRIO

EDITORIAL	05
Entre a Rua e a Fábrica: Reciclagem e Trabalho Precário	09
Ana Elizabete Mota	
As Tendências da Gestão da Força de Trabalho nas Empresas Brasileiras	23
Nobuco Kameyama Cleonice Lopes Nogueira	
A Astúcia do Capital e a Corrosão da Força de Trabalho no Complexo Agro-industrial Sucro Alcooleiro Alagoano	39
Maria Magdala V. de Araújo Silva	
Crise Capitalista e o "Aggiornamento" das Práticas Sindicais	57
Angela Santana do Amaral	
Trabalho e Previdência Privada: a (im)possível Solidariedade do Capital Financeiro	71
Sara Granemann	
Relações entre Processo de Trabalho e Subjetividade: Um Tema em Questão	87
Adriana Fonseca de Azevedo	
A Centralidade do Trabalho Produtivo no Capitalismo Contemporâneo	99
Maria Augusta Tavares	
A Produção Imaterial: Velhos Elementos de um Novo Debate	121
Monica de Jesus César	
Trabalho e Reprodução Social	137
Maria Norma Alcântara B. de Holanda	
Capital e Trabalho - Uma Relação de Subordinação Hierárquica Incontornável e Incontrolável	153
Maria Cristina Soares Paniago	
Normas Para Apresentação de Artigos	170

Seguindo a mesma concepção do número 5, esse número de nossa revista TEMPORALIS que publicamos, foi organizado por um grupo de pesquisa. Como já afirmamos antes nosso objetivo com isso é fazer da revista um espaço importante e ágil de publicização das produções dos grupos institucionais de pesquisa, ampliando o debate sobre o conhecimento no próprio tempo de sua produção. Pretendemos ainda favorecer a sintonia entre essa produção e as demandas emergentes à profissão e às necessidades de sustentação teórica do processo de formação profissional.

A revista, cujo tema é o mundo do trabalho hoje, foi assumida por dois grupos que tem essa questão como objeto de estudos. Todas as autoras dos artigos são participantes dos grupos dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Pernambuco, respectivamente coordenados pelas Prof. Nobuco Kameyama e Prof. Ana Elizabete Mota.

Segundo o próprio grupo: "Os critérios de seleção dos textos, ora encaminhados, foram estabelecidos de modo a contemplar a análise de situações concretas a partir da dinâmica do capitalismo contemporâneo e das suas expressões particulares na realidade brasileira. Privilegiou-se o trato histórico e analítico da categoria trabalho tanto na tradição marxista como em outras vertentes que, sob óticas distintas, também problematizam aquela categoria."

A seqüência dos textos está definida pelos pesquisadores a partir dos eixos que articulam as questões tratadas:

Bloco I - Trabalho e Precarização

- | |
|---|
| 1. Entre a rua e a fábrica: reciclagem e trabalho precário
Ana Elizabete Mota |
| 2. As tendências da gestão da força de trabalho nas empresas brasileiras
Nobuco Kameyama & Cleonice Lopes Nogueira |
| 3. A astúcia do capital e a corrosão da força de trabalho no complexo agro-industrial sucro alcooleiro alagoano.
Maria Magdala Vasconcelos de Araújo Silva |

Bloco II - Trabalho, política e práticas de classe

4. Crise capitalista e o "aggiornamento" das práticas sindicais
Angela Santana do Amaral
5. Trabalho e previdência privada: a (im)possível solidariedade do capital financeiro.
Sara Granemann
6. Relações entre processo de trabalho e subjetividade: um tema em questão
Adriana Fonseca de Azevedo

Bloco III - O debate da categoria trabalho

7. A centralidade do trabalho produtivo no capitalismo contemporâneo
Maria Augusta Tavares
8. A produção imaterial: velhos elementos de um novo debate.
Monica de Jesus César
9. Trabalho e reprodução social
Maria Norma Alcântara B. de Holanda
10. Capital e trabalho - uma relação de subordinação hierárquica incontornável e incontrolável
Maria Cristina Soares Paniago

A executiva nacional da ABEPSS, nessa gestão que se encerra, procurou todo o tempo fazer da TEMPORALIS um veículo de debate e afirmação do Serviço Social como uma área de conhecimento, sintonizado com as demandas sociais que se apresentam no curso de sua constituição também como profissão. A qualidade e amadurecimento da produção teórica veiculada; o volume de revistas que fizemos circular, em um esquema ainda bastante artesanal de distribuição; a regularidade das edições e sua auto sustentabilidade financeira são indicadores que começamos a trilhar um caminho na direção desejada. Por certo muito ainda temos que avançar para que ela possa cada vez mais se consolidar, pois, temos muito a fazer e apenas começamos.

Executiva Nacional da ABEPSS
Gestão 2001-2002

TRABALHO E PRECARIZAÇÃO

ENTRE A RUA E A FÁBRICA: RECICLAGEM E TRABALHO PRECÁRIO

Ana Elizabete Mota¹

INTRODUÇÃO

Na introdução de *Para a Crítica da Economia Política*, numa elaboração metodológica primorosa, Marx afirma que o “real é síntese de múltiplas determinações”, razão pela qual, no processo de conhecimento da realidade impõe-se, através da pesquisa, a descoberta das formas, dos meios e conexões que vinculam os fenômenos presentes na realidade com a teia de relações que os determinam. Somente assim é possível reproduzir no plano das idéias o objeto apreendido e, enquanto sínteses de aproximações do real, tornar possível a reconstituição mental dos objetos reais, sem perder de vista as dimensões que conformam a totalidade concreta.

Esta abordagem teórico-metodológica protagonizada por Marx, própria a sua teoria crítica, informa a necessidade de partir da realidade, das situações concretas, para investigar a gênese histórica dos fenômenos, suas diversas expressões e seu desenvolvimento imanente, possibilitando reproduzir no plano do pensamento o movimento que o engendra. Somente após este movimento de aproximações sucessivas é possível expor criticamente o movimento do real, identificando as determinações gerais e as suas expressões particulares.

Adotando tal perspectiva, ocupamo-nos de pesquisar² uma das estratégias utilizadas pelo capital para enfrentar as contradições decorrentes da “*produção destrutiva*” de mercadorias que implicam na degradação da natureza e crise ambiental. Nossa atenção volta-se para o desenvolvimento da indústria de reciclagem e para as inflexões que as suas práticas produzem na esfera do trabalho e da ação do Estado, como é o caso do trabalho dos *catadores de lixo urbano* que coletam, beneficiam e vendem os materiais recicláveis e das ações dos órgãos públicos de controle ambiental e de limpeza urbana.

Com base nessa pesquisa, exporemos neste ensaio algumas reflexões resultantes do estudo que estamos realizando. O ambiente

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da UFPE.

² Trata-se da pesquisa “*Entre a rua e a fábrica: a indústria de reciclagem e o trabalho dos catadores de lixo*”, sob responsabilidade das pesquisadoras Ana Elizabete Mota e Maria das Graças Silva, docentes do Departamento de Serviço Social da UFPE.

teórico da investigação é a relação contemporânea que se estabelece entre os limites postos pela degradação da natureza, as necessidades de expansão da acumulação capitalista e as estratégias utilizadas pelas empresas e pelo próprio Estado para enfrentar a questão ambiental, entendida esta última como uma problemática inerente à forma histórica como o capital subordinou a relação dos indivíduos com a natureza aos imperativos da sua reprodução.

As articulações e relações entre as práticas do capital, do trabalho e do Estado particularizam uma das tendências do capitalismo contemporâneo, marcado pelo processo de reestruturação produtiva, pelas mudanças nos processos e na divisão social e técnica do trabalho e por ideologias e práticas sociais que acionam complexos sociais constitutivos da reprodução das relações sociais.

A especificidade da indústria de reciclagem consiste em transformar as seqüelas do processo de destruição ambiental em um novo objeto da produção mercantil, estruturando o seu processo produtivo através da adoção de novas tecnologias, do uso de materiais recicláveis e da organização de uma determinada forma de cooperação entre o trabalho que começa na rua e continua na fábrica.

Este fenômeno é responsável pelo crescimento da atividade de "catar lixo" nos centros urbanos das grandes cidades brasileiras e indicativo do lugar que o *catador de lixo* ocupa no processo de produção da indústria de reciclagem e de reciclados (estima-se em mais de 500 mil catadores de lixo no Brasil), vez que as empresas o desconhecem como partícipe do seu processo de trabalho, embora o integre ao processo geral de produção dos reciclados.

Mais ainda, observa-se que também o Estado, através das instituições urbanas públicas, sob o discurso da preservação ambiental ou da política social, media esse processo de produção de mercadorias que começa na rua, organizando a atividades dos catadores de lixo e agenciando, inclusive, o atendimento das exigências das indústrias acerca da qualidade da mercadoria a ser adquirida.

Ao fazê-lo, também aquelas instituições se apropriam do trabalho do *catador de lixo*, integrando-o aos serviços de limpeza urbana sob o discurso de que está interferindo positivamente nas condições de vida daqueles trabalhadores precarizados, ao agenciar trabalho e obtenção de renda.

Como momento predominante dessa relação inclui-se a ação da moderna empresa capitalista que se apropria das contradições geradas

pela "produção destrutiva" da natureza no interior e por intermédio das novas formas de valorização do valor, articulando mecanismos internos e externos à produção. Em relação aos mecanismos internos, as empresas de reciclagem, a partir dos materiais coletados, organizam o chamado "ciclo da reciclagem" através do processo de trabalho que se realiza em cada fábrica de acordo com as especificidades dos produtos, quais sejam, plástico, alumínio, papel, vidros, etc. Em relação aos mecanismos externos, as principais intervenções relacionam-se com a organização do mercado de recicláveis, seja estimulando a formação de cooperativas de catadores, seja divulgando as especificações dos materiais coletados para comercialização ou mobilizando as instituições públicas para realização de coleta seletiva e atividades voltadas para a educação ambiental.

É fato que o conjunto das iniciativas anteriormente apontadas vêm sendo amplamente abordadas em fóruns nacionais e internacionais, como a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro (Rio 92), o Fórum Social Mundial e, mais recentemente a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), realizada em Johannesburgo, ocasião em que tais medidas são reafirmadas e protocoladas como políticas de enfrentamento da crise ambiental contemporânea, sob o argumento de que é possível fazer uma *ecologização da economia* capitalista (Altwater, 1995:307-313). A nossa abordagem assume uma outra direção. Por entendermos que a crise ambiental é determinada pela natureza da produção capitalista, consideramos que as medidas voltadas para o seu enfrentamento, longe de estabelecer limites à *produção destrutiva* (Mészáros, 2002:267), as iniciativas do grande capital revelam a tendência de transformá-la numa *destruição produtiva* (Idem, 2002:267), posto que, a administração das suas seqüelas consolidam novas estratégias de acumulação.

Esta tese aponta para quatro ordens de questões que serão tratadas ao longo deste artigo, quais sejam:

1. As contradições geradas pelo atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, onde se inclui a tensão entre os limites da *destruição produtiva* do capital e as necessidades expansionistas da acumulação capitalista;
2. As estratégias utilizadas pelo capital para reverter em benefício da acumulação privada os entraves decorrentes da escassez de recursos naturais, dos resíduos industriais e do lixo doméstico derivado da produção de descartáveis e da obsolescência programada das mercadorias;

3. Os processos de cooperação que se delineiam entre a produção (artesanal) da matéria-prima (recicláveis) e a do produto industrial acabado, redefinindo os processos de trabalho e conformando a instituição de um novo trabalho coletivo combinado e do qual participam o trabalhador da rua e o operário da fábrica;
4. A mediação da ação do Estado, seja através das políticas de controle ambiental, de gestão urbana ou da implementação de programas sociais voltados para organização do mercado de trabalho, obtenção de renda e agenciamento de trabalho precário.

1. PRODUÇÃO DESTRUTIVA E INDÚSTRIA DE RECICLAGEM

A sociabilidade capitalista rompe os elos entre o homem e a natureza externa, assim como os aliena do processo de transformação dos elementos naturais em bens sociais necessários à manutenção da própria vida. Ao romper a relação metabólica de que falava Marx, inicialmente através da propriedade da terra, que deixa de ser meio natural de produção de meios de subsistência, o capital apropria-se paulatinamente dos instrumentos de trabalho como mediadores da aplicação da sua capacidade de transformar a natureza, tendo por fim último, a apropriação do trabalho alheio como condição da acumulação de riqueza. Ao indivíduo é negado o produto de seu trabalho, posto que passa a depender da venda da sua força de trabalho para adquirir no mercado aquilo que o seu trabalho de transformação da natureza poderia lhe dar. Assim, a organização capitalista separa de forma absoluta o trabalhador de seus meios de vida.

Como um período histórico que rompe com os modos de produção que o antecederam, o capitalismo inaugura a apropriação privada dos elementos da natureza e a sua transformação em bens destinados à satisfação das necessidades sociais em níveis até então impensáveis, subordinando tal processo às relações sociais de produção que lhe são constitutivas, permitindo que a emergência da industrialização, com a utilização da ciência e a exploração do trabalho, conduzisse à destruição da produção mercantil simples, ao deslocamento de grandes segmentos da força de trabalho para as cidades e à separação entre o campo e a cidade como ruptura radical do metabolismo com a natureza, prevalecente em modos de produção anteriores.

Assim, com o capitalismo,

“separam-se, de forma massiva, as fontes de produção de alimento e a matéria-prima de seu consumo. As trocas de materiais e energia se modificam radicalmente” (Foladori, 2001:111).

Trata-se de um movimento de conversão da natureza em riqueza social destinada não mais a satisfazer necessidades humanas, mas, sobretudo a acumular capital.

Como reflete Lessa (1998), a lógica expansionista do capital não opera ilimitadamente. Em sua sede insaciável de lucratividade, o capitalismo revela sua essência crescentemente destrutiva, perdulária, manifestando uma contradição essencial no processo de sua reprodução: a crescente obsolescência programada, o desperdício no trato dos recursos naturais e sociais - condições essenciais para a expansão da produção e do consumo - confrontam-se, progressivamente, com o caráter limitado das potencialidades ambientais, com a finita capacidade de “utilização” dos recursos naturais, o que vem comprometendo, sistematicamente, o equilíbrio ecológico e a própria existência humana no planeta.

Trata-se, segundo alguns autores, Bihl (1998), Altevater (1995), Foladori (2001) e Harvey (1993), da destruição da natureza através de um processo de pilhagem e dilapidação. Convertendo-se em simples fatores de produção e, assim, em componentes do capital, os elementos naturais estão também sujeitos às exigências de sua acumulação indefinida, sem relação com seu ritmo de renovação nem com sua integração no equilíbrio ecológico. A abundância engendrada pela economia capitalista é paga, contraditoriamente, pelo preço da rarefação de bens naturais abundantes e com a transformação das cidades num mar de entulhos.

Esta contradição desborda dialeticamente para o campo político, através dos movimentos sociais e dos fóruns mundiais voltados para a defesa da sustentabilidade ambiental, seja via propostas de caráter anticapitalista, seja via o “ecologismo romântico”. Embora seja significativa a visibilidade que tais movimentos adquiriram, pode-se aventar que a publicização do fenômeno não vem sendo devidamente politizada. Em termos sintéticos, aborda muito mais as evidências da depredação do meio ambiente, divulga as conseqüências da dilapidação ambiental, conclama ações preservacionistas, acordos e protocolos mas, em sua maioria, não chega a desvelar suas determinações, afetas que são ao processo de alienação da produção da riqueza social, numa

conjuntura em que o capital tenta abolir todos os mecanismos de controle da acumulação do capital.³

Ao considerar as tendências teóricas e políticas dos movimentos que se ocupam com a questão ambiental, observa-se um verdadeiro sitiamento do pensamento crítico. Como afirma Bihr (1998:132) o “desconhecimento, pelo ecologismo, do enraizamento da crise ecológica nas relações capitalistas de produção não limita somente a sua crítica no plano teórico. Limita também, com muita frequência, a importância prática (política) dos movimentos ecológicos, fazendo-os entrar em uma série de becos-sem-saída”.

Na prática, o reformismo dos movimentos ambientalistas amplia as possibilidades das investidas capitalistas, ao centrarem as suas bandeiras de luta *no que é produzido e consumido*, criando uma cultura política legitimadora do capitalismo *ecologicamente reformado* (Bihr, 1998:133), como bem demonstram o crescimento das indústrias de reciclagem e a expansão do mercado de trabalho dos catadores de lixo.

É neste campo de problematização que ganham relevo as estratégias utilizadas pelo capital para enfrentar as contradições decorrentes da utilização de novas tecnologias e matérias primas no atual contexto da reestruturação capitalista. Aqui merecem referência tanto as práticas de pilhagem ambiental levadas a efeito pelos países desenvolvidos nos países periféricos, seja através da exploração não renovável de produtos naturais, seja através da transferência de tecnologias consideradas “suja”, como os mecanismos utilizados na redefinição dos processos de produção de mercadorias, em termos globais e locais, com todas as implicações que acarretam para a divisão social e técnica do trabalho.

Este processo se realiza num contexto marcado pela globalização da produção e dos mercados que redefine socialmente o processo de produção de mercadorias e redesenha a divisão internacional do trabalho. A estes se alia a reestruturação industrial impulsionada pela necessidade de reduzir os custos de produção, seja pelo aumento do trabalho morto, através do uso da ciência e tecnologia, seja pela utilização de novos equipamentos e materiais, ou ainda, pela reorganização dos processos de produção.

Neste sentido último é exemplar o modo como as empresas de reciclagem otimizam a substituição de matérias primas, a redução do

consumo de energia e integram ao processo de produção das indústrias o dispêndio da força de trabalho do trabalhador autônomo ou cooperativado que trabalha na rua.

Assim, é possível afirmar que afora as tendências gerais que marcam o desempenho das empresas no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, a indústria de reciclagem pode ser considerada singular, na medida em que materializa uma iniciativa eminentemente marcada pelas contradições da produção destrutiva, transformando em matéria prima alguns componentes típicos da estratégia de redução do tempo de uso das mercadorias e da produção de “descartáveis”, como é o caso dos vasilhames plásticos e de vidro, do papel e papelão usados, das latas de alumínio utilizadas como recipientes para bebidas, das embalagens longa vida, etc..

Se por um lado, o seu surgimento é determinado pelas contradições inerentes ao processo de apropriação privada dos elementos da natureza - via limitações na oferta de matérias primas, energia, etc, ou pelas conseqüências da utilização de tecnologias com alta produção de resíduos e poluentes - por outro, também o é pela ampliação das pressões políticas, seja na esfera das políticas públicas de controle ambiental, seja através dos movimentos organizados. Também aqui, ressalta-se a mediação da concorrência, do marketing e da redução dos custos de produção das empresas, indicativas que são da atual cultura produtivista do capitalismo ecologicamente reformado.

O que chama atenção é a enorme capacidade que tem o capital para apropriar-se de um conjunto de situações, delas extraíndo potencialidades que lhe permite transformar em acumulação de riqueza o que era obstáculo à lucratividade. Por isso mesmo, no âmbito da concorrência capitalista, a relação entre produção e meio ambiente, passa a compor as estratégias de competitividade, incorporando nos chamados padrões de qualidade, quesitos relacionados à chamada gestão ambiental empresarial. Ancoradas em normas ambientais, como é o caso das ISOs 9002 e 14000, sob a égide do desenvolvimento sustentável, essas empresas transformam em mercadoria - sob a forma de matérias-primas - uma parte dos produtos produzidos na sociedade dos supérfluos e descartáveis. Em outros termos, parte do lixo urbano, adquire a forma mercadoria. Todos esses elementos combinados permitem àquele ramo da indústria contar com uma legitimidade social crescente.

Para o capital, a questão ambiental somente se constitui numa problemática na medida em que impede ou cria obstáculos aos modos

³ Sobre esse tema ver a análise de Mészáros em Para Além do Capital, Parte I, Capítulo 5, item 5.2.

históricos utilizados para apropriar-se da natureza, qual sejam, a propriedade dos bens sociais e naturais e a sua transformação em mercadorias. Estes obstáculos podem ser de ordem material, como é o caso da escassez de alguns produtos não renováveis, dos custos para armazenagem, despejo e tratamento dos resíduos industriais ou ainda, do comprometimento ambiental provocado pela obsolescência programada do uso das mercadorias; de natureza jurídico-política, como a pressão dos movimentos envolvidos com a causa ambiental e ecológica e a regulação pública do uso do meio ambiente; ou ainda, afetos as relações comerciais, cujas estratégias de competitividade do mercado global passam pela exigência de certificações de qualidade.

Premida por tais situações, a indústria capitalista, preservando a sua finalidade precípua que é o lucro, desenvolve um conjunto de iniciativas, dentre elas a reciclagem de produtos industrializados ou a chamada gestão empresarial ambiental com o intuito de redefinir o processo de produção e, principalmente, refuncionalizar o consumo da força de trabalho ao criar novos meios de cooperação que dotam a cadeia produtiva de variadas formas de trabalho.

Este movimento responde pelas iniciativas capitalistas para restaurar as bases do processo de acumulação, mobilizando a intervenção do Estado, como o fez historicamente desde a emergência da sua fase monopolista, para garantir as condições sócio-políticas e econômicas que viabilizem aquelas mudanças.

No caso da indústria de reciclagem é possível identificar, para além do processo de produção em sentido restrito, os mecanismos que articulam *acumulação* e *passivização* da sociedade e do Estado. Trata-se especialmente das estratégias de marketing, cujo discurso é afirmativo da responsabilidade empresarial para com o meio ambiente, criando um aparente consenso entre as iniciativas capitalistas, as bandeiras dos movimentos ambientalistas e o controle público do meio ambiente.

Sob a batuta desta cultura "ambientalista" desenvolvem-se iniciativas que vão desde a privatização das pesquisas na área de ciência & tecnologia, até a criação de novas formas de exploração do trabalho, ou mesmo a definição de diretrizes para as políticas públicas, como é o caso da coleta seletiva de lixo e do estímulo à formalização da ocupação de catador de lixo, mediante programas de geração de trabalho e renda.

Deste modo, se para o capital, as contradições geradas pelo atual desenvolvimento das forças produtivas transformam-se em objeto da construção de novas alternativas para assegurar o processo de

acumulação, o mesmo não acontece com os trabalhadores. Principalmente porque:

"o modo de produção capitalista, enquanto expressão histórica peculiar de controle do metabolismo social, nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio de mediação reprodutiva que tudo abarca e domina sendo-lhe, portanto, essencial a subsunção à sua lógica de todas as relações sociais com que se depara" (Mészáros, 2002:220).

2. LIXO E FÁBRICA: UMA A COOPERAÇÃO MEDIADA PELO ESTADO

Ao reestruturar o processo produtivo, o capital repõe as bases do processo de acumulação e redefine estratégias que permitam potencializar sua capacidade de realização tais como a racionalização dos mercados, a criação de mercadorias cujo tempo de uso é programado, a utilização de novas tecnologias, a criação de novos materiais e a redefinição dos processos e da divisão social e técnica do trabalho. Segundo Teixeira (2000:82-83), o capitalismo contemporâneo institui novas formas sociais de produção adequadas a superação das contradições que limitam a autovalorização do valor.

Reveladoras da dinâmica incessante do capital, estas estratégias materializam renovadas iniciativas que assegurem a valorização do valor como uma exigência do processo de acumulação. E o fazem ao imprimir universalidade ao modo de atender às necessidades humanas e sociais, transformando tal atendimento num meio de produzir riqueza, posto que as subordina às exigências da acumulação privada, transformando a produção de bens e serviços necessários ao uso e satisfação das necessidades, em "portadores materiais" de valores de troca.

Como tal, o atendimento das necessidades sociais somente se faz na medida em que os objetos da sua satisfação se transformam em mercadorias; e mais, em mercadorias lucrativas para o capital. Razão pela qual o capital necessita recriar continuamente as formas sociais que garantam a valorização, redefinindo tanto a sua base material como os processos de trabalho.

Para assegurar a valorização do valor, o capital, necessita revolucionar constantemente a divisão social e técnica do trabalho, adequando-a a sua base material, o que explica, na história do capitalismo, a criação de uma sucessão de formas de produção de

mercadorias que vão desde a cooperação simples, passando pela manufatura e a grande indústria até as atuais formas de organização dos processos de trabalho, da produção e dos mercados Teixeira (1999:11),

Fato é que o mundo do trabalho sofre transformações, sejam elas determinadas pelas mudanças nas bases materiais da produção, sejam por novos mecanismos sócio-econômicos e políticos que assegurem a realização do capital. Assim, parece indiscutível que o capital vem construindo estratégias superadoras das suas crises e o faz a partir da implementação de novas e múltiplas formas de subordinação e exploração do trabalho.

Embora seja constatável que historicamente o capital sempre se reestruturou, rompendo ou não com suas formas sociais pretéritas de organização do processo de produção, como ocorreu na passagem da cooperação simples para as formas de trabalho combinado na manufatura e posteriormente na grande indústria, a rigor, o atual processo de reestruturação produtiva, iniciado nos anos 70, revela particularidades que o diferenciam dos anteriores.

Longe de qualquer formulação que problematize o momento atual como um novo sistema ou modo de produção de mercadorias, os atuais mecanismos utilizados pelo capital evidenciam mudanças que não podem ser desprezadas. Tais mudanças respondem pela constituição de novas formas do trabalho abstrato, reiterando, assim, o modo de produção capitalista.

E mais, as transformações em curso não modificam a sua essência posto que não rompem com o controle do capital sobre a produção e o trabalho. Ao contrário, preservam o "fetichismo da mercadoria" e a subsunção formal e real do trabalho ao capital, agora marcada pela emergência de formas autônomas de trabalho, pela expansão e fragmentação da produção, pela desregulamentação da relação capital-trabalho, pela (des)concentração industrial e principalmente pela emulação da produtividade média do trabalho através da constituição do trabalho coletivo combinado, sem necessariamente precisar reunir todos os trabalhadores no mesmo local de trabalho (Tavares, 2002).

Na prática, o que se verifica é uma nova organização do trabalho coletivo, configurando formas de cooperação que articulam os diversos tipos de trabalho. São fomentadas formas de organização autônoma do trabalho, através das quais se expande o trabalho produtivo, como é o caso dos catadores urbanos de lixo reciclável.

Para Tavares (2002), a flexibilização munuiu o capital de meios que permitem não apenas maximizar a exploração, mas também extrair mais-valia mediante relações informais que podem ser estabelecidas com a pequena empresa, a cooperativa, o trabalho domiciliar, etc., com o que se amplia o domínio do trabalho abstrato.

Seguindo esta linha de argumentação, a "catação de lixo" afigura-se como parte de um processo coletivo e combinado de trabalho que começa na rua e continua na fábrica de reciclagem. Transformados em produtores de mercadorias, os catadores de lixo materializam uma das novas *personas* do trabalho reestruturado: estão integrados ao circuito mercantil e produtivo, mas apartados das condições sociais que lhes assegurem os meios de proteção legais e institucionais relacionados ao seu estatuto de trabalhador.

Considerados como autônomos ou trabalhadores por conta própria, estes trabalhadores da rua cumprem papel decisivo no processo produtivo da indústria de reciclagem, visto que são fornecedores de trabalho, participam do processo de trabalho que produz a matéria-prima daquelas indústrias, mas a compra e venda de sua força de trabalho ficam encobertas na forma de compra e venda de mercadorias.

Assim sendo, a capacidade de satisfação de suas necessidades no mercado depende da quantidade de mercadorias que remetem cotidianamente às empresas, as quais fixam o valor de remuneração da força de trabalho pelo número de unidades/peso (ou peças) e pelo tempo dispensado para obtê-las (Teixeira, 1995:29-32).

Embora concretizando um contexto que não é exclusivo, posto que extensivo a outras atividades ocupacionais como os trabalhadores terceirizados e os que trabalham em domicílio ou cooperativas de trabalho, o que parece diferenciá-los é o fato de que a sua atividade também se transforma num serviço relacionado à limpeza urbana, de grande interesse para as instituições públicas. O trabalhador da rua materializa na sua atividade um trabalho duplamente explorado, pelas empresas de reciclagem e reciclados e pelo próprio Estado.

Do ponto de vista objetivo, este movimento materializa-se na criação de novas formas de produção de mercadorias, mediante a racionalização do trabalho vivo, pelo uso da ciência e tecnologia e pela implementação de formas de "externalização" da produção, permitindo às firmas o aumento de sua produtividade e a redução dos seus custos de produção (Teixeira, 1996:68-69).

Nestes termos, a reestruturação produtiva ultrapassa o âmbito das relações na produção, no espaço da empresa capitalista,

protagonizando o surgimento de outras práticas sócio-institucionais que não se relacionam imediatamente com a dinâmica da produção. O grande capital requer e demanda um conjunto de intervenções sócio-institucionais que reatualizam as tradicionais formas de controle e subordinação, apontando para ações nas esferas da racionalização da produção, da intervenção estatal e da recomposição política da subalternidade dos trabalhadores (Mota e Amaral, 1998).

Longe de restringir-se ao ambiente interno das empresas, todo esse processo é mediado pelas condições sociais presentes na realidade e pela decisiva ação do Estado. Assim, duas dimensões de um mesmo movimento levadas a efeito pelo mercado e pelo agenciamento do Estado, permitem tanto o surgimento de uma atividade ocupacional, típica dos países que possuem populações miseráveis, a *dos catadores de lixo reciclável*, como uma outra atividade, de natureza comercial, a *dos aparistas*, que intermediam a compra e venda do material coletado na rua.

No que diz respeito à participação do Estado observa-se um conjunto de frentes de intervenção que revelam a sua dinâmica contraditória: ao tempo em que assume funções de regulador das condições de utilização do meio ambiente, incorporando parte das reivindicações dos movimentos ambientalistas e criando normas e exigências para as empresas industriais, também assume como suas, parte das iniciativas encontradas pelas empresas para "capitalizar" as situações limitadoras da sua produção de mercadorias.

Ao viabilizar direta ou indiretamente o processo de transformação do lixo em mercadoria, as empresas públicas se apropriam não da mercadoria reciclável, mas do trabalho do catador de lixo que se torna partícipe do processo de coleta do lixo urbano.

Mas o "fetichismo" do Estado somente se revela quando argumenta que esta iniciativa inclui-se na esfera da ação social, constituindo-se numa política social voltada para a estimulação do emprego e da renda das famílias pauperizadas, como é o caso dos que vivem da "catação do lixo". Neste caso particular, também as medidas de política social, aparentemente desvinculadas das políticas industriais e inscritas na esfera pública não mercantil, queiramos ou não, estão submetidas às necessidades do capital.

Nestes termos, através de um conjunto de mediações, o Estado ao atender as necessidades imediatas quer dos trabalhadores desempregados e pauperizados, quer das questões que afetam a população urbana das grandes cidades, onde se inclui o lixo doméstico

urbano e a preservação ambiental, também submete o atendimento daquelas às necessidades do capital.

Seja sob o discurso da otimização dos serviços públicos de limpeza urbana, da educação ambiental ou da implementação de políticas voltadas para trabalho e renda, as instituições públicas, gestoras de políticas urbanas e sociais, intervêm decisivamente naquele processo de produção de mercadorias que começa na rua.

Esta prática se concretiza em alguns programas municipais cujas principais linhas de ação são: a) implantação de coletas seletivas de lixo doméstico; b) agenciamento das exigências das empresas acerca da qualidade da mercadoria a ser adquirida, através da divulgação e capacitação dos catadores de lixo sobre a seleção, preparação, estocagem, transporte e tabela de peso/quantidade/preço dos diversos materiais coletados; c) cadastramento e estímulo a organização dos catadores em cooperativas de trabalho, bem como intermediação de fornecedores e compradores; d) financiamento ou doação de instalações, instrumentos de trabalho e equipamentos para prensagem e enfardamento dos materiais.

A maioria destas ações tem por justificativa a necessidade de assegurar ocupação e renda para aqueles que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis, inclusive sob o argumento de que é necessário "promover a cidadania" e instituir direitos trabalhistas para os catadores. Contudo, está fora deste discurso o fato daquelas instituições serem protagonistas da apropriação do trabalho não pago destes trabalhadores.

Se do ponto de vista prático-operativo as iniciativas anteriormente elencadas se apresentam como uma modalidade de atendimento das necessidades imediatas do grande contingente da população das grandes cidades brasileiras, tais como o desemprego e a precariedade de meios para garantir a subsistência, do ponto de vista desenvolvido neste ensaio, elas tendem, em função do seu objeto específico de ação, a ser mais uma modalidade de subordinação e integração do trabalho e da ação pública à ordem do capital.

Trata-se, para além da *reinvenção* de novas formas de produção de mercadorias e da ampliação do trabalho coletivo combinado, da *reificação* da intervenção do estado, seja na condição de explorador de trabalho alheio, seja na de agenciador da acumulação capitalista, quando legítima e implementa, através de políticas sociais, o processo de produção da indústria de reciclagem que começa na rua e termina na fábrica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTAVER, Elmar. *O Preço da Riqueza*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, FAPESP, 2000.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1998
- CARLEIAL, Liana. *Redes Industriais de Subcontratação*. São Paulo, HUCITEC, 2001.
- FOLADORI, Guilherme. *O metabolismo com a natureza*. In: Revista Crítica Marxista 12. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001
- GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. *O negativo do capital*. São Paulo, HUCITEC - FAPESP, 1999.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1994.
- LESSA, Sérgio. *Beyond capital: Estado e Capital*. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº56, São Paulo, Cortez Editora, 1998.
- MÈSZAROS, Istvan *Para Além do Capital*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2002.
- MOTA, A E. e AMARAL, A *Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social*. In A nova fábrica de consensos. São Paulo, Cortez Editora, 1998
- TAVARES, Maria Augusta. *Contornos Gerais Sobre o Trabalho Produtivo e Improdutivo no contexto da Reestruturação Produtiva do Capital*. In: Revista Serviço Social & Movimento Social. V1, nº 2, São Luís, UDUFMA, 2000.
- *Os fios (in)visíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002
- TEIXEIRA, Francisco José (Et All). *Globalização e Mercado de Trabalho no Estado do Ceará*. Fortaleza, Ceará, Editora da Universidade de Fortaleza, 1999.
- TEIXEIRA, Francisco José (Et All). (Orgs.) *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva*. São Paulo, Cortez; Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 1996.

AS TENDÊNCIAS DA GESTÃO DA FORÇA DE TRABALHO NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Nobuco Kameyama¹
Cleonice Lopes Nogueira²

INTRODUÇÃO

O objetivo deste breve ensaio é analisar as novas tendências da gestão da força de trabalho e as mudanças ocorridas em termos de estratégias de gerenciamento adotadas nas empresas. Estas mudanças têm ocorrido principalmente com as alterações no processo de trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva, que a partir dos anos 90 vem se caracterizando por uma intensificação das condições de concorrência e um aprofundamento da internacionalização.

Após um longo período de acumulação capitalista - pós 2ª Guerra Mundial até o início dos anos 70, mais conhecido como keynesianismo/fordismo, o capitalismo começou a apresentar sinais de esgotamento, acelerando a queda da taxa de lucro,

“à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais elevada de capital. Por um lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração dos capitais e sua centralização mediante a desapropriação dos pequenos capitalistas e a expropriação do resto dos produtores diretos, entre os quais ainda haja algo a expropriar. Por meio disso por outro lado, a acumulação é acelerada em sua massa, embora caia, com a taxa de lucro, a taxa de acumulação” (Marx, Cap. XIV, 1983:183).

A crise do padrão de acumulação keynesiano/fordista revela uma crise de natureza orgânica³ do capitalismo tardio, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro e somando-se à crise de saturação de mercado com a retração de demanda. Ao aumentar a exploração dos operários limita-se o poder de compra da população, surgindo um

¹ Professora Titular da Escola de Serviço Social da UFRJ. Diretora Adjunta do seu Programa de Pós-Graduação.

² Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ.

³ “De acordo com Gramsci a situação de crise orgânica obriga as forças sociais fundamentais a caracterizarem suas formas de combate, atualizando, desse modo, as mudanças incidentes sobre as relações de classes, as relações entre grupos dirigentes e subalternos, além da articulação intelectuais-massa. É, nesse sentido, que a situação de crise atualiza o movimento das estruturas, e permite aflorar na sociedade novas formas de organização política e cultural das forças em presença: atualizam-se as formas de intervenção dos grupos dominantes e renovam-se, sobretudo, as formas sociais de subalternidade política. A crise atualiza os grandes desafios e tarefas que se colocam para as sociedades pela retomada - em um outro patamar da experiência humana - dos grandes dilemas da história moderna” (Souza in Braga, 1997: 44 a 45)

diferencial entre produção e consumo que se expressa na crise de superprodução. Segundo Marx, "O processo de produção capitalista consiste essencialmente na produção de mais valia, representada no mais produto ou na parte da alíquota das mercadorias produzidas em que o trabalho não pago está objetivado" (op. cit. Cap. XIV: 185).

Fundamentando-se neste pressuposto, o que ocorre no capitalismo contemporâneo é um decréscimo relativo do capital variável (dispêndio em salários dos trabalhadores) em relação ao capital constante, e com isso, em relação ao capital global.

"Com o desenvolvimento da força produtiva e a composição superior do capital que lhe corresponde, põem um quantum cada vez maior de meios de produção em movimento por um quantum cada vez menor de trabalho, cada parte da alíquota do produto global, cada mercadoria individual ou cada medida individual determinada de mercadoria da massa global produzida absorve menos trabalho objetivado, tanto na depreciação do capital fixo empregado quanto nas matérias primas e auxiliares utilizados. Cada mercadoria individual contém, portanto, uma soma menor de trabalho objetivado nos meios de produção e trabalho novo agregado durante a produção" (op. cit ap. XIV; 173).

Ocorre pois uma produtividade crescente do trabalho, diminuindo o preço da mercadoria individual e aumentando a massa de mercadorias. Na medida em que a força de trabalho barateia, a taxa de lucro diminui apesar da taxa de mais valia ser mais elevada.

"O conjunto da massa de mercadorias, o produto global, tanto da parte que substitui o capital constante e o variável, quanto a que representa a mais valia, precisa ser vendido. A venda da mercadorias depende da capacidade de consumo da sociedade. (...) Porém essa capacidade de consumo não é determinada pela força absoluta da produção nem pela capacidade absoluta do consumo de massa, mas pela capacidade de consumo com base nas relações antagônicas de distribuição que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo dentro dos limites mais ou menos estreitos" (op. cit: 185).

No entanto, na atualidade, ao capital não mais interessa produzir mercadorias para consumo de massa, como o fez no período fordista/keynesiano. Sua tendência é implementar o processo de acumulação, pelo impulso à ampliação dos mercados, aumento da

produtividade e redução do trabalho vivo, garantindo a produção de mais valia em escala mais ampla.

"Por isso o mercado precisa ser constantemente ampliado, de forma que suas conexões e as condições que as regulam assumam sempre a figura de uma lei natural independente dos produtores, tornando-se sempre mais incontrolláveis" (...) Quanto mais, porém, se desenvolve a força produtiva, tanto mais ela entra em conflito com a estreita base sobre a qual repousam as relações de consumo" (op. cit:185)

Neste sentido, a integração das empresas ao mercado mundial, se constitui numa estratégia para se contrapor à queda tendencial da taxa de lucro. Esta estratégia implicou em mudanças na reorganização geral da produção e na redefinição das condições e dos processos de trabalho. Sobre estas últimas, vale destacar a redução do nível de emprego industrial, o rebaixamento salarial, o prolongamento e a intensificação da jornada de trabalho. O prolongamento da jornada de trabalho aumenta a massa de mais trabalho apropriado sem modificar essencialmente a relação entre força de trabalho empregada e o capital constante que ela põe em movimento. A intensificação do trabalho implica no crescimento do capital constante, em relação ao capital variável ou, em outras palavras, o uso crescente do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo. O prolongamento, a intensificação da jornada de trabalho e o rebaixamento de valor do salário provocam o crescimento da taxa de mais valia devido ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho, a massa de mais valia e, portanto, a massa absoluta de lucro tem de crescer, apesar da diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante.

Outra dimensão que tem uma estreita conexão com a produção é a esfera financeira, para compreender o movimento no seu conjunto. A "mundialização financeira", expressão utilizada por Chesnais (1999:12) designa a estreita interligação entre o sistema monetário e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotados inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987 e nos anos seguintes pelos demais países industrializados.

Apesar da estreita ligação entre atividades econômicas e atividades financeiras, há desde a década de 80, a hipertrofia financeira, que ganha relativa autonomia frente aos capitais produtivos.

“A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de certa força de trabalho de múltiplas qualificações. Os capitais que os operadores financeiros põem para valorizar, através de suas aplicações financeiras e das arbitragens entre diversos tipos de ativos, nasceram invariavelmente no setor produtivo e começaram por assumir a forma de rendimentos que se constituem na produção e intercâmbio de serviços. Uma parcela desses rendimentos - hoje em dia, uma parcela elevada - é captada ou canalizada em benefício da esfera financeira, e transferida para esta” (op. cit.:15).

O desenvolvimento do setor financeiro é necessário na medida em que a indústria encontra no mercado financeiro os recursos necessários para investir. No entanto, os empréstimos e/ou o aumento do capital têm um custo para as empresas, pois requerem o pagamento dos juros e/ou distribuição de dividendos que são tomados da mais valia produzida pelos trabalhadores. Com o desenvolvimento da financeirização, os países capitalistas desenvolvidos, abertos ao mercado internacional e submissos à pressão da competitividade, mudam as modalidades de investimento.

“Com uma taxa de desenvolvimento mais baixa, o desemprego cresceu, a precarização dos empregos aumentou, a flexibilidade do trabalho cresceu e os ganhos do trabalho pouco progrediram, em contraste com os do capital” (Salama, 1999:240).

No Brasil, a partir da última década, houve predominância das inversões financeiras em detrimento dos investimentos produtivos. A queda de investimentos e a acentuada preferência pelas atividades especulativas frearam a introdução de tecnologias modernas, atingindo principalmente as empresas tradicionais. Observa-se que os investimentos realizados foram originários da privatização das empresas estatais lucrativas, necessários para reduzir a dívida pública, em face da inexistência de uma política econômica coerente e da pressão do serviço da dívida externa.

Por outro lado, nas empresas de ponta, a retomada econômica consistiu na utilização de tecnologias modernas e na rápida difusão de formas de organização do trabalho centradas na sua intensificação. Neste sentido, a partir da década de 90, observa-se, no Brasil, significativos impactos impostos pela revolução tecnológica de base micro eletrônica

sobre os processos de produção industrial. Com o processo de reestruturação industrial, emerge nos últimos anos e ganha corpo ao longo dos anos 90, um novo paradigma de produção - a automação integrada flexível.

Trata-se de uma tendência à flexibilização já caracterizada nas economias líderes, para atender as necessidades oligopolísticas de competir em qualidade e em diferenciação de produtos, adequando suas linha de produção às características e demandas das economias desenvolvidas. Esta flexibilização provoca impactos sobre o processo de produção, o mercado de trabalho, o perfil dos trabalhadores e as relações de trabalho.

Todos esses impactos indicam que o processo de trabalho se afasta cada vez mais do paradigma taylorista/fordista de base eletromecânica, com extrema divisão de trabalho, configurando tarefas simples, rotineiras, fragmentadas, repetitivas e previamente especificadas, cuja intervenção no processo produtivo é mínima - em direção a um processo em que a força de trabalho interage de forma criativa com o sistema de automação flexível.

Este sistema caracteriza-se pela maior participação dos trabalhadores na organização e controle do processo de trabalho, ocasião em que lhes é exigido uma maior responsabilidade em relação a qualidade e as metas de produção; oficinas flexíveis com células de produção, polivalência e multifuncionalidade; organização do trabalho com base em equipes; envolvimento dos trabalhadores com a empresa.

Em suma, trata-se de introduzir uma outra maneira de trabalhar, mais centrada no envolvimento dos trabalhadores com a empresa e na colaboração com as equipes, o que exige recrutar trabalhadores de nível de qualificação superior para permitir a polivalência e o desdobramento de funções.

Coutinho (1992:75) afirma que as novas tendências na composição e perfil da força de trabalho implicam níveis médios muito mais elevados de qualificação, com ênfase na capacidade de interagir e lidar proficientemente com equipamentos digitalizados, controles e, principalmente, com computadores. Isto requer um mínimo de capacitação em raciocínios abstratos, matemática, interpretação de instruções, programação, capacidade de interpretar informações visuais, códigos etc. e de reagir a estes com presteza. Além destes pré-requisitos, valorizam-se os seguintes atributos: versatilidade, preocupação constante em manter-se atualizado, domínio de pelo menos 2 (dois) idiomas estrangeiros (Inglês e Espanhol), experiências de intercâmbio fora do

país. Em síntese, um profissional afinado com a mentalidade empresarial e a cultura empresarial.

“No nível de gerência é fundamental encurtar o distanciamento hierárquico com a força de trabalho fabril, interagir e ser capaz de visualizar, estimular e tirar proveito de todas as interações cruzadas, entre engenharia, desenho, marketing, produção, desenvolvimento de forma coerente com as estratégias traçadas – capacitando-se para influir nas concepções das mesmas. A engenharia (tanto desenvolvimento quanto, principalmente, de produção) necessitará adaptar-se e interagir com a força de trabalho fabril, preparando-se para enfrentar problemas novos e inesperados que resultarão inevitavelmente do aprofundamento das técnicas de automação flexível” (op. cit., 1992:75).

Consequentemente, as formas de gestão da força de trabalho adotadas no cenário da reestruturação produtiva apresentam certas ambigüidades: por um lado, percebe-se uma certa melhoria nas condições de trabalho, nas relações internas e na qualidade do trabalho exigido. Por outro, os números mostram uma forte tendência de queda na oferta de emprego aliada a uma intensificação e precarização do trabalho. No caso das fusões, o emprego total das empresas incorporadas se reduz. No caso das aquisições, o quadro de pessoal se torna mais heterogêneo. Na racionalização dos negócios, cresce a terceirização. No mundo inteiro o emprego estável de longa duração se retrai e as novas modalidades de trabalho se expandem: subcontratação, o trabalho por projeto, a atividade autônoma, o tele-trabalho, o trabalho domiciliar etc.

O mercado de trabalho se segmenta em dois mundos: no primeiro, o do emprego, estão os postos de trabalho fixo, que se constituem em almas da empresa e que dependem de continuidade, de comprometimento e bom relacionamento entre os profissionais. No segundo, o do trabalho, estão as atividades que podem ser realizadas fora das empresas, de modo intermitente ou duradouro, por profissionais que pertencem a outras empresas, grandes ou pequenas, micro-empresas ou cooperativas de trabalho. Neste mundo cresce também o número de pessoas que trabalham por conta própria, destinando sua produção diretamente aos consumidores finais. Em suma, o mercado de trabalho apresenta uma tendência geral de enxugar os empregos, ampliar as outras modalidades de trabalho e aumentar a necessidade de versatilidade e qualificação.

Estes fenômenos decorrem das grandes transformações que atingem as empresas, cuja busca de competitividade e lucratividade, redundam na adoção de estratégias, tais como, externalizar tudo que não diz respeito ao seu núcleo central dos negócios, pois o fator essencial da competitividade é a redução de custos.

Em relação às novas tendências de gestão da força de trabalho, prevalece a voltada ao comprometimento, que vem ao encontro das novas demandas dos processos e relações de trabalho, integração e aprendizagem entre os trabalhadores e as empresas. De modo geral,

“a gestão dirigida à obtenção de comprometimento dos trabalhadores, caracteriza-se pela utilização de políticas de Recursos Humanos atrelada ao planejamento global da organização e relacionada à visão de inovações, de melhorias e a uma linguagem comum entre todos. Estas políticas estão mais dirigidas aos indivíduos, para incrementar seus esforços e para assegurar maiores comprometimento e identificação com a organização, do que orientadas à representação coletiva” (Ruas & Antunes, 1997: 43-44).

No entanto, na medida em que se rompe com a lógica da especialização intensiva do trabalho, típica da chamada produção em massa (estilo fordista), são desenvolvidas novas relações a partir de trabalhos em equipe e células de produção. Estas novas relações de trabalho exigem atitudes participativas dos trabalhadores no controle da qualidade por toda a empresa e responsabilidade pela qualidade das operações.

“Hoje as empresas requerem não somente trabalhadores qualificados, mas participativos, responsáveis e comprometidos, razão pela qual a política de gestão de mão-de-obra implica na articulação entre políticas e práticas de Administração de Recursos Humanos - ARH com os princípios de Gestão da Qualidade Total -GQT.. no sentido de elaborar propostas para reduzir os níveis de conflitos entre capital e trabalho e comprometer os trabalhadores com os propósitos e metas das empresas, instituindo uma visão unitária da gestão” (Ruas & Antunes, 1997: 43).

Em função deste contexto, os departamento de recursos humanos (RH) tornaram-se estratégicos para o sucesso dos negócios das

corporações⁴. As “novas” formas de gestão de RH são radicalmente transformadas nos aspectos organizativos e conceituais da reestruturação empresarial. Inicialmente, “recursos humanos” deixam de constituir um departamento específico, responsável pelo encaminhamento de todas as políticas de RH e pelo tratamento direto e imediato dos empregados com a empresa, para se transformar numa “filosofia de gestão de pessoal” que deve ser absorvida pelo conjunto dos dirigentes e empregados, e cujas políticas devem ser encaminhadas de modo combinado por todos os postos de comando da empresa e do processo produtivo.

“Essa “nova política de RH” concerne as estratégias de gerenciamento adotadas, inicialmente, por um número reduzido de empresas ocidentais e que hoje se propagam rapidamente sob as denominações diversas “gerenciamento estratégico participativo”, “gerenciamento de terceiro tipo”, “pós-fordismo” (Lima, 1996: 23).

Lima se apoia em duas perspectivas para tratar o assunto: a daqueles que podemos chamar de ideólogos destas políticas, isto é, os que se encarregam da sistematização e da elaboração de argumentos para demonstrar a sua eficácia; e aquelas que criticam essas novas políticas, explicitando suas debilidades, contradições e seus impactos sobre os empregados.

As principais características destas novas políticas serão a seguir apresentadas, com base em recente publicação da Revista Exame (Edição 749m, ano 2001) :

Política de salários – De acordo com os dados publicados na Revista Exame, o salário médio mensal dos executivos no ano de 2000 girava em torno de R\$ 7.807,00 enquanto que o dos demais funcionários era de R\$1.408,00.⁵ Segundo os dados levantados, 1/3 da remuneração total dos executivos das empresas brasileiras corresponde ao recebimento de bônus e comissões. As empresas pesquisadas valem-se de uma política de remuneração ampla e agressiva incluindo entre outros benefícios,

⁴ Todavia, segundo os dados da pesquisa realizada pela consultoria Symnetics, em parceria com H2R Pesquisas Avançadas, ouvidos 82 profissionais de Recursos Humanos de empresas do Sul e Sudeste do Brasil, constatou-se que os profissionais da área têm dificuldades em participar ativamente do planejamento estratégico de suas empresas. O principal insumo a ser fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos é conhecimento e competência. Contudo, o conhecimento do mercado e de clientes está longe de encabeçar a lista de prioridades. É impossível gerar conhecimentos que tenham impacto na estratégia sem trazer para dentro da empresa a visão de fornecedores, de clientes e de concorrentes. Segundo os entrevistados, o maior desafio do RH no futuro será gerenciar competências e lidar com mudanças. Mas, para a maioria, a melhor forma de encarar essas mudanças é investir em desenvolvimento, treinamento e educação – instrumentos que não são suficientes. O envolvimento estratégico ainda está restrito a gerentes e superiores. Os funcionários com funções operacionais não fazem idéia de quais são os objetivos finais da empresa. (Correa, 2001: 18).

⁵ Em 2001 o salário médio mensal dos gerentes e executivos sobe para R\$ 11.240,00 e a dos demais funcionários para R\$ 1.754,00. Pode-se observar que o salário dos gerentes e executivos aumenta em 43%, enquanto que os salários dos demais funcionários, 24,5%.

stock options (compra de ações), participação nos lucros e resultados, prêmios em dinheiro, bônus por metas atingidas etc., que se constituem em salários indiretos ou salário variável no rendimento mensal. Tal política tem aumentado em alta velocidade. No entanto, em muitas empresas falta um plano formal de cargos e salários e os funcionários reclamam que a remuneração não é compatível com a pesadíssima carga de trabalho, que trabalham demais e se sentem sobrecarregados.

Plano de serviços e benefícios – são os que têm relação direta com a qualidade de vida dos funcionários. Esses benefícios estão relacionados às necessidades primárias dos trabalhadores e são exigências legais, podendo ser deduzidas dos impostos. Das empresas pesquisadas, cerca de 40% oferecem planos de saúde e tratamento odontológico; 21% subsidiam integralmente ou parcialmente os planos de previdência privada; 11% ressarcem ou reembolsam os gastos em medicamentos. Além desses benefícios, as empresas oferecem ainda empréstimos emergenciais com juros subsidiados, auxílio alimentação, academias de ginástica, *check ups*, acompanhamento psicológico etc. Atenção especial é dada às atividades recreativas e culturais. As empresas buscam, através deste “pacote de benefícios generoso”, o incentivo constante para superação das metas e a boa convivência dentro e fora do ambiente de trabalho. No entanto, os trabalhadores geralmente reclamam da falta de planos de saúde e de previdência na maioria das empresas, pois, quando existem, estes se diferenciam brutalmente entre os benefícios dos executivos e dos demais trabalhadores. “Embora possam ser empregados como recurso de envolvimento dos trabalhadores, nas relações históricas entre capital e trabalho no Brasil, estão mais próximas de políticas paternalistas do que das estratégias de comprometimento” (Ruas e Antunes, op. cit.:48).

Planos de formação, treinamento e oportunidade de carreira – a velocidade meteórica das mudanças nas tecnologias exige novas formas de trabalho, maior investimento na formação dos trabalhadores e novos objetivos de controle. Hoje, a qualificação torna-se elemento chave para a empregabilidade dos trabalhadores e para a competitividade das empresas. Enquanto que nos processos de trabalho taylorista/fordistas a tendência era a de desqualificação e adestramento que ensinava as pessoas a fazer a mesma coisa a vida inteira, a atual qualificação prepara para aprender continuamente. Em suma, o mercado de trabalho apresenta uma tendência geral de enxugar os empregos, de ampliar os outros modos de trabalhar e de exigir mais qualificação e treinamento.

Nas empresas, a qualificação dos empregados vem sendo ressaltada como um aspecto necessário e importante frente à modernização industrial do processo produtivo. Diante do avanço tecnológico e da necessidade de consolidar o padrão de produção flexível, ela entra como um requisito fundamental. Apostar em uma política de investimento na qualificação dos empregados torna-se uma tendência da empresa industrial e de outros ramos de produção, que se propõe modernizar-se e ampliar suas condições de competitividade no mercado.

As iniciativas empresariais de qualificação da força de trabalho são orientadas pelos princípios teóricos e conceituais do Programa de Qualidade⁶ que vem sendo implementado no Brasil, indicando para o empresário a necessidade de definir objetivos claros. É nessa perspectiva que a qualificação e o desenvolvimento de recursos humanos estão vinculados à modernização do processo de trabalho na indústria, constituindo-se em medidas tornadas como condição para possibilitar ao trabalhador a construção de um perfil necessário à nova forma de organização do processo produtivo.

O seu papel consiste na instrumentalização da força de trabalho para operar modernos equipamentos, inerentes a uma tecnologia de ponta, ou simplesmente em capacitá-la para potencializar o antigo sistema tecnológico. (Situação muito comum às empresas que não tem recursos para modernização técnica).

Portanto, a qualificação serve tanto ao processo de modernização tecnológica quanto para atender aquelas situações em que as mudanças situam-se apenas nos mecanismos de reorganização do processo de trabalho, a partir de uma nova cultura de trabalho.

Além das mudanças tecnológicas a modernização implica em importantes alterações na organização do trabalho, alterando procedimentos, hábitos e conceitos que orientam a inserção dos trabalhadores na produção. A qualificação não se limita apenas aos aspectos teóricos do trabalho; ela se propõe a mudar o modo do trabalhador pensar e se inserir no trabalho, objetivando a sua adequação à nova cultura da empresa.

É nessa perspectiva que a qualificação torna-se importante instrumento na criação de condições e de situações onde se estabelecem os pactos de compromisso do conjunto dos empregados - sejam os

⁶ Este programa resultou dos debates e negociações entre empresários e o Estado sob a coordenação do SEBRAE, no nível nacional. Dentro da visão empresarial, presente nos discursos dos empresários e gerentes pesquisados, no conteúdo dos projetos do SEBRAE, FIEP de assessoria à indústria, assim como dos órgãos governamentais do Estado - as estratégias da qualificação estão vinculadas à pretensão de dar uma nova qualidade ao processo produtivo, mudando não apenas a qualidade do produto, mas a qualidade do trabalho e a mentalidade do trabalhador.

funcionários do setor administrativo da empresa, sejam os trabalhadores do chão da fábrica - com os projetos de interesses gerais e imediatos da empresa. Diferente das formas de compromissos acordados nos pactos de negociações políticas, se faz pela persuasão do trabalhador, realizada através de programas e cursos de treinamento, que se constituem como política empresarial de "valorização do pessoal"

A tendência nas empresas de ponta é organizar-se em poucos níveis hierárquicos, quatro ou cinco no máximo, diferenciando-os pela responsabilidade e pelo conteúdo estratégico das funções. Como esses níveis comportam um largo espectro de responsabilidades, espera-se que os profissionais permaneçam mais tempo em cada uma dessas etapas da carreira. Há inúmeras oportunidades de desenvolvimento, possibilitando em alguns casos aceleração de carreira a médio prazo em velocidade ainda maior do que na organização tradicional. Movimentações laterais internas, ou mesmo entre empresas, poderão dar ao profissional a profundidade técnica necessária para se tornar um profissional mais eficiente. Um gerente de vendas pode mover-se horizontalmente para uma função de gerente de *marketing* - para aprender as técnicas relativas a campanhas de propaganda, desenvolvimento técnico do produto e determinação de preço - antes de alçar vôo ao cargo de diretor comercial. O profissional que vivência as diversas etapas do processo produtivo aumenta suas possibilidades de empregabilidade no mercado de trabalho e torna-se atrativo para outras empresas ou se habilita a ter uma "atuação solo", como consultor ou pequeno empresário.

O desenvolvimento de recursos humanos é uma condição *sine qua non* para realizar as formas de gestão em direção à Gestão de Qualidade Total - GQT, com uma série de atributos relativos à administração de recursos humanos. Segundo a pesquisa realizada pela Revista Exame, cerca de 70% das empresas implantaram planos de qualificação e treinamento para dar maior ênfase nas ações voltadas à qualidade. As formas de treinamento abrangem desde o ensino fundamental, supletivo e médio, concentrando-se na graduação (35%), na pós-graduação *stricto e lato sensu* (35%), curso de idiomas (inglês, espanhol, francês) (36%), MBAS (9%), cursos técnicos, programas de gerentes *trainees* para os profissionais com potencial para ocupar cargos de comando no futuro. As empresas que têm como prioridade promover os profissionais de suas fileiras em vez de buscar trabalhadores no mercado, investem fortemente no treinamento no local de trabalho ou fora do país, no exterior. Muitas empresas empregam estagiários que

buscam complementar o desenvolvimento harmônico do profissional, articulando o saber teórico adquirido nas universidades e o saber prático desenvolvido nas empresas, adquirindo novas competências, que se tornam um diferencial que aumenta suas possibilidades de empregabilidade no mercado de trabalho.

Sistemas de reconhecimento e incentivos - as formas de reconhecimento não se restringem apenas ao incentivo salarial, mas englobam também aspectos subjetivos como o *feedback* do trabalho produzido, recompensas simbólicas, menor distância social entre as pessoas, etc. Entre as empresas pesquisadas, prevalecem as formas de reconhecimento financeiro, ou seja, salário adicional: assim, 33% das empresas adotam o plano de participação nos resultados e lucros, 24% em bônus e gratificações, 21% em *stock options* (compra de ações), 20% em prêmios de produtividade, além de viagens, salário sabático, horário flexível etc. Outras empresas, principalmente as de porte médio, destacam-se em termos de confraternização, brindes, certificados etc.

Clareza e abertura na comunicação interna - para aumentar os fluxos de informação, a conexão entre os diversos departamentos e unidades e, sobretudo, compartilhar informações para envolver seus colaboradores em decisões. Em algumas empresas, as informações fluem intensamente desde a alta direção da companhia até o pessoal do chão da fábrica - e vice versa. Nota-se que as informações passam a ser mais difundidas na medida em que o GQT vai se consolidando. Os mecanismos de comunicação tendem a ser socializados, buscando não somente o repasse das informações mas, sobretudo, a troca delas entre empresas e empregados, o que pode contribuir para solução de conflitos ou solução de problemas. As empresas consideram indispensável a integração e o envolvimento dos empregados para que estes participem ativamente da gestão da empresa, do planejamento estratégico, da discussão de metas e objetivos e do plano de participação nos resultados. No entanto, o número das empresas que afirmam que adotam a comunicação ampla, geral e irrestrita é menor do que o número de discursos e frases de efeito sobre a participação dos trabalhadores. Ao contrário, esta comunicação intensa e informal exerce mais uma função de um sistema de controle pela adesão e interiorização das regras, do que da imposição concreta de ordens e proibições.

Observamos ainda forte tendência à terceirização do processo de trabalho permitindo a descentralização das atividades que, na indústria centrava-se na área administrativa e de recursos humanos. Essas medidas, além de contribuírem com o barateamento dos custos de

produção, provocam uma grande migração de atividades, antes localizadas na esfera administrativa das indústrias, principalmente na área de recursos humanos, para outros espaços empresariais e outras áreas das atividades humanas, especialmente para o chamado setor de serviços. Basta dizer que, no conjunto das empresas pesquisadas, aproximadamente 15% são trabalhadores terceirizados.

Serviços como seleção e recrutamento, treinamento, assistência e controle à saúde, e até os benefícios financeiros, são todos terceirizados por uma rede de organizações prestadoras de serviços. Os antigos benefícios, como os serviços de saúde prestados diretamente pelas empresas aos empregados, tomam agora formas de convênios com clínicas, hospitais, laboratórios e farmácias ou de convênios com os planos de saúde. A terceirização também se amplia na área de qualificação e treinamento, onde foi identificada a presença de instituições ou profissionais que prestam serviços na elaboração de programas de escolarização e treinamento de empregados e familiares, propiciando o mercado de serviços especializado em assessoria empresarial, através de contratos temporários de prestação de serviços sem nenhum vínculo empregatício com as indústrias.

Estas mudanças procuram deslocar para outras esferas todas as atividades de gestão da força de trabalho, privilegiando o núcleo central de seus negócios e as relações de comando e controle do processo produtivo. A estratégia de terceirização atende à necessidade de redução de custos que na linguagem empresarial significa "queimar ou reduzir as gorduras". A tendência geral das empresas é manter somente os trabalhadores ligados diretamente à produção e ao comando

Responsabilidade Social - entendida sobre duplo aspecto: a da empresa com seus empregados e a da empresa com a comunidade. Em relação aos empregados, a empresa oferece um "pacote de benefícios" além do salário, visando o comprometimento dos empregados em relação às metas.

"A competição entre pares, a avaliação do mérito individual, o salário individualizado além da exigência de auto-superação favorecem igualmente, esta individualização". Segundo Broda (apud Lima) "ainda que a produção esteja cada vez mais socializada e utilize processos e coletivos de trabalho cada vez mais complexos, as técnicas de gestão dos homens, apesar de reconhecerem esta dualização crescente das relações sociais, cujo melhor exemplo é a individualização do salário" (op. cit:30).

Ao adotar esta política de individualização, a grande maioria das empresas tenta criar uma relação indivíduo/empresa e estabelecer medidas para individualizar as reivindicações, manifestando, ora uma atitude claramente hostil ao Sindicato, ora uma atitude de conciliação, na tentativa de integrá-lo aos seus objetivos. A política de qualificação adotada pela maioria dos Sindicatos mostra claramente esta prática de integração.

Quanto à relação das empresas com as comunidades, a responsabilidade social está relacionada com a gestão da empresa em situações cada vez mais complexas, nas quais questões como as de natureza ambientais são importantes para assegurar o sucesso e a sustentabilidade dos negócios.⁷

Embora este ensaio, tenha focalizado os trabalhadores do mundo do emprego, isto é, aqueles que estão inseridos no mercado formal de trabalho, estes sofrem a mesma exploração, que os outros trabalhadores. As estratégias de reestruturação organizacional das empresas, tais como a redução de salários, preços e insumos e o encurtamento dos níveis hierárquicos via demissão, resultam em grandes cortes no quadro de pessoal. Consequentemente, estes trabalhadores agregam mais tarefas deteriorando suas condições de trabalho, levando-os ao *stress* e a fadiga mental. Muitas vezes, esse processo resultou na intensificação do trabalho do pessoal mais qualificado.

O decréscimo relativo da força social do trabalho exige uma massa cada vez maior de capital global para pôr a mesma quantidade de força de trabalho em movimento e criar a mesma massa de mais trabalho. Neste sentido, a flexibilização do trabalho aumenta e as formas modernas de exploração da mão-de-obra se desenvolvem. As estratégias de envolvimento utilizadas pelas empresas, baseadas na maior participação dos trabalhadores na organização e controle do processo, maior responsabilidade, envolvimento necessário com a cultura empresarial, etc, causam "uma desordem na economia psíquica dos assalariados".

As empresas ao adotarem essa política de envolvimento em relação aos trabalhadores procuram a inclusão global do indivíduo, desenvolvendo a exclusão no campo social, a alienação, pois a relação dos trabalhadores com essa realidade objetiva é a objetivação do valor e a despolitização manifesta na ausência de protesto, pois as empresas adotam uma política de individualização justamente para evitar as

⁷ O estudo sobre o papel e o significado da filantropia social se encontra em Kameyama, N. "A nova configuração das Políticas Sociais", *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, ESS: UFRJ, 2001.

reivindicações coletivas.

As novas formas de gestão da força de trabalho são postas como uma nova filosofia cuja finalidade é retirar o melhor do indivíduo que se objetiva apenas no trabalho. Quanto mais o trabalhador se gasta (se consome) trabalhando, tão mais poderoso se torna o mundo objetivo alheio que ele cria frente a si, tão mais pobre se torna ele mesmo, o seu mundo interior, tanto menos ele se pertence a si mesmo, pois o capital se apropria da sua energia física e espiritual dispendida na sua atividade vital.

No entanto, a força produtiva crescente da força de trabalho gera, na base capitalista, necessariamente uma superpopulação trabalhadora permanente e aparente, que na atual fase do capitalismo tende a migrar para o setor de serviços, comércio ou "setor informal".

Segundo Tavares,

"As formas que configuram este último segmento não são novas. Ao contrário, algumas são praticadas desde a fase inicial do capitalismo. A novidade está no modo como estão sendo utilizadas, o que se explica pela capacidade que tem de ser adequadas ao atual padrão de acumulação graças a sua natureza flexível" (Tavares, 2002:196).

Esse "setor informal" emerge graças à fragmentação dos processos produtivos que cria formas de inserção do trabalho informal na produção capitalista. Ao invés de um trabalho autônomo ou de uma produção independente, planejada e executada pelo trabalhador, este segmento moderno da informalidade se subordina ao comando do capital. Neste segmento, aparecem diferentes redes de vendas, as cooperativas de trabalho, o trabalho domiciliar a pequena empresa etc.

As indústrias com deficiência competitiva se caracterizam pela insuficiência de investimento para introdução de novas técnicas, muitas vezes importados, que servem de suporte para a flexibilização, introduzem Círculos de Qualidade Total - em particular, as empresas tradicionais, sem significativa alteração nas estratégias. Estas empresas para enfrentar a concorrência externa, maximizam a redução de tempos mortos e intensificam o ritmo de trabalho graças à implantação de oficinas flexibilizadas e do cálculo do tempo de trabalho por ano e não por tarefa, diminuindo assim, de fato, o salário.

De acordo com Salama (op.cit.:233), a intensificação do trabalho, ligada ao desenvolvimento do progresso técnico é também limitada, pois necessita, em geral, do suporte de técnicas modernas. Dessa

forma, a possibilidade de utilização dos mecanismos de mais-valia absoluta "moderna" para aumentar a mais valia, ou mantê-la, é também limitada. Resta a mais valia absoluta arcaica, que predominava no início do desenvolvimento do capitalismo nos países hoje desenvolvidos. Seu mecanismo é simples: trata-se de prolongar a jornada de trabalho a fim de aumentar a quantidade de trabalho não remunerado. Perdura desde então, uma combinação de exploração antigas com formas modernas, "caricaturizadas." Neste sentido uma parte dos ganhos de produtividade e de competitividade foram conquistadas por estratégias "predatórias" de flexibilização e terceirização dos processos produtivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- _____. *A mundialização financeira*. (org.), São Paulo, Xamã, 1999.
- COUTINHO, L. "A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências e de mudança, *Economia e sociedade*, UNICAMP, 1992.
- CORREA, C. "O RH está miope?". *Quem será próximo presidente da sua empresa?* in. Revista Exame, Ed. 751, Ano 35, Nº 35, São Paulo, 2000.
- LIMA, M. E. *Os equívocos da excelência*, Petropolis, Vozes, 1996.
- MARX, K. "Lei da queda da taxa de lucro" Seção III, Caps. XIV e XV, O capital, Vol III- . Tomo 1, Col. Os Economistas, São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- PASTORE, J. "O futuro do emprego" Sua carreira., um guia para quem chega ao Mercado, in *Revista Veja, Especial*, Ano 33, Nº 43, São Paulo, Abril, 2000.
- NOGUEIRA, C. L., "Mudança no processo produtivo", Relatório de pesquisa realizada junto as empresas do Estado da Paraíba para elaboração de sua tese de doutorado. João Pessoa, 2001.
- RUAS, R. & ANTUNES, E. "Gestão de trabalho, qualidade total e comprometimento no cenário da reestruturação", São Paulo em Perspectiva Vol. 11/Nº1, São Paulo, SEADE, 1997.
- SALAMA, P. "A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas", in . CHESNAIS, F., *A mundialização financeira*, São Paulo, Xamã, 1999.
- SILVEIRA, M. e outros. *100 melhores empresas para voce trabalhar*. Revista Exame, Ed. 749, São Paulo, Abril Cultural, 2001.
- SOUZA, A. T., "Prefácio" in BRAGA, R., *A restauração do Capital*, São Paulo, Xamã, 1997.
- TAVARES, M. A. *Os fios invisíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*, Tese de doutorado, Rio de Janeiro, ESS/UFRJ, 2002.

A ASTÚCIA DO CAPITAL E A CORROSÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO COMPLEXO AGRO-INDUSTRIAL SUCRO ALCOOLEIRO ALAGOANO.

Maria Magdala Vasconcelos de Araújo Silva¹

A tese central dessa pesquisa é a de que a sede incontida do capitalismo por superlucros, no complexo agro-industrial sucro-alcooleiro alagoano, garantiu o sucesso de sua **estratégia política** em nível nacional e estadual, barganhando recursos financeiros do erário público, que viabilizou a sua reprodução a baixos custos. O sucesso econômico dessa estratégia política, empreitada pelo complexo, garantiu recursos financeiros que permitiram o deslanchar de outras duas estratégias, no interior do seu parque produtivo: uma de **racionalização técnica, administrativa e gerencial, na indústria do açúcar**. A outra, de **acirramento da super exploração da força de trabalho no campo**. A primeira introduziu novas formas de organização e regulação da gestão e controle da força de trabalho. A segunda mecanizou apenas os processos nos quais a relação custo-benefício o indicasse. Jamais privilegiou a manutenção dos níveis de empregabilidade e demais preocupações com a reprodução da força de trabalho. Que dirá com a questão social!

A estratégia política desenvolveu-se através do financiamento de campanhas para eleição de deputados, vereadores e prefeitos. Eleitos seus candidatos, constituíram-se os "lobbies" de interesses que passaram a articular-se nas esferas políticas nacional, estadual e municipal, junto ao executivo e ao legislativo. Em Alagoas, os "lobbies" de interesse dos usineiros detinham, na gestão 95/98, 37% da representação da Assembléia Legislativa do Estado; na gestão 1999/2002, essa representação passou para 38%. Estes dados demonstram, inequivocamente, o poder de barganha política do complexo. Eleita a representação política do complexo, essa tratou de barganhar políticas econômicas. Na esfera estadual, este pacote privilegiou o setor com a isenção de Impostos sobre Circulação de Mercadoria/ICMS, por dez anos. De uma arrecadação de 31,95% e 58% no período 1983/1987, passou-se para 15,84% em 1988, atingindo em 1991 a incrível taxa de

¹ Professora Assistente e doutoranda da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ESS/UFRJ.

1,48%. Ainda no plano estadual, a representação legislativa tratou de garantir empréstimos a juros subsidiados junto ao PRODUBAM, da ordem de 76 milhões de reais. No âmbito nacional, o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool -CIMA criou o Programa de Equalização de Custos que repassa subsídios federais, através da criação da Taxa de Equalização da Produção viabilizada pela Agência Nacional do Petróleo/ANP. Só no ano de 2002, destinou-se aos usineiros do Nordeste o montante de 47,175 milhões de reais do total de 400 milhões de reais de subsídios destinados à região.

Com o sucesso de sua estratégia política, percebeu-se que o movimento ocorrido no complexo foi capaz de fazer com que o capital desnudasse o discurso do Estado neoliberal. Discurso fundado na ausência do exercício da função propulsora do Estado no processo de reprodução econômica e social. Econômica por viabilizar medidas econômicas impulsionadoras do desenvolvimento do parque industrial brasileiro. Social mediante a implantação de um conjunto de políticas sociais reguladoras da relação capital x trabalho. As articulações políticas empreendidas pelo "grande capital" e, aqui em particular, as efetuadas pelos "lobbies" de interesse do complexo junto ao Estado alagoano, fizeram com que esse órgão público se desencumbisse, apenas, dos investimentos relativos à questão social. Especificamente àquelas políticas relativas à reprodução da força de trabalho e mantiveram apenas a de capacitação para a força de trabalho. Ao ser pressionado por esses "lobbies" de interesse, o Estado continuou a ser o principal órgão propulsor do desenvolvimento econômico das elites do complexo. Isto se comprova na medida em que os recursos adquiridos do erário público estadual e nacional viabilizaram as estratégias de racionalização técnica, administrativa e gerencial e a do acirramento da super exploração da força de trabalho no campo.

1 - A RACIONALIZAÇÃO TÉCNICA ADMINISTRATIVA E GERENCIAL OCORRIDA NA BASE INDUSTRIAL DO COMPLEXO

A racionalização técnica administrativa e gerencial ocorrida na base industrial do complexo ocorreu através da consolidação da organização científica do trabalho, que viabilizou a reestruturação industrial. Essas transformações desembocaram no aumento dos níveis de exploração da mais valia relativa na base industrial do complexo.

Além do mais, este processo de racionalização introduziu transformações na organização administrativa e no manejo da produção, não só do processo de trabalho, mas da empresa em sua totalidade. Essas mudanças caracterizaram-se pela consolidação da troca dos senhores de engenho por uma elite de dirigentes, gerentes, administradores e chefes de seção graduados em técnicas de administração. Estes profissionais são os seus próprios filhos e/ou profissionais contratados no mercado, em ambos os casos, com alto nível de capacitação prática, formal e acadêmica. Eles consolidaram, no complexo, a organização científica do trabalho, conjugando relações sociais de produção arcaica às modernas formas de organização do trabalho. Estes novos representantes do capital passaram a adotar medidas que revolucionaram a base do complexo, ao modernizarem a indústria açucareira em nome da eficácia e da eficiência! A modernização adotada no complexo agro-industrial alagoano inovou tecnologicamente o setor, através da utilização de novas técnicas de regulação e organização do trabalho. Este esforço foi alicerçado por técnicas criadas pelo taylorismo e pelo fordismo sistêmico que desencadearam sua reestruturação industrial.

A técnica de organização do trabalho taylorista comanda o setor de lavagem da cana de açúcar. Nesse setor, os padrões tayloristas transformaram o trabalhador em apêndice da máquina, na medida em que impôs uma organização e regulação da força de trabalho caracterizada pela individualização do trabalho, em busca de eliminar perdas e aumentar a produtividade através da esteira de transporte. O trabalho, racionalizado e padronizado, apartou a subjetividade da força de trabalho do ato de executar. O trabalho, então, tornou-se rotineiro e repetitivo. A repetição, de um determinado movimento, a retirada contínua de pedaços de cana da esteira, durante um turno seguido de doze horas, ocasiona cansaço e alienação quanto ao desenvolvimento das atividades do trabalhador. Exatamente aquilo que o taylorismo havia previsto, a separação do ato de pensar do ato de executar. Essa dissociação entre pensamento e ação faz do operário taylorista um candidato em potencial a sofrer graves acidentes de trabalho, como os registrados no complexo alagoano.

Nos demais setores da produção observa-se a hegemonia de um fordismo sistêmico, marcado pela automação adotada no conjunto da indústria do açúcar. Esse movimento de automação, introduzido, pelo fordismo sistêmico, na base industrial das unidades mais modernas e produtivas do complexo, eliminou postos de trabalho. Ademais, ele garantiu a qualidade do produto e aumentou a sua produtividade além

de exigir a contratação de uma força de trabalho mais qualificada para gerir o sistema de produção automatizado.

A introdução da automação no sistema de produção da base industrial do complexo reduziu um número significativo de postos de trabalho, aumentando as taxas de desemprego no setor. Em virtude dessas transformações, alguns dos antigos operários, considerados "trabalhadores de boa qualidade" foram capacitados para as novas funções. Essa força de trabalho que antes geria o sistema de produção não automatizado, em função do seu "bom" comportamento no setor e da docilidade apresentada às regras do jogo, instituídas pelo capital. De duas uma: foram capacitados e aproveitados na indústria automatizada ou foram remanejados para outros setores não automatizados da produção. Os demais, que não conseguiram se adequar ao novo perfil profissional, exigido pelo movimento de automação, foram engrossar as fileiras do mercado de reserva. Acrescente-se ainda que a capacitação dos antigos/novos trabalhadores, para que eles pudessem gerir o processo de produção automatizado, é efetuada pelo SEBRAE, SENAC ou pelo SENAI, numa clara demonstração de que quem continua pagando todas as contas da modernização tecnológica inserida no setor é o erário público quer seja ele estadual ou nacional.

Para os representantes do capital, diretores e gerentes, a automação do processo de produção na indústria de açúcar aponta em duas direções: uma qualificação dos trabalhadores, inseridos no controle da produção automatizada, e a garantia de uma produção constante, com altos níveis de qualidade do produto e altas taxas de produtividade, num sistema considerado confiável, na medida em que passou a ser comandado pelo sistema automatizado. Os representantes do capital omitiram, entre outros fatores, que, as novas formas de organização automatizada do trabalho, têm gerado novos problemas de saúde, a exemplo de um stress mental. Um tipo de stress que "A esquerda sindical norte americana denomina-o management by stress (gerenciamento pelo stress), ou seja, uma constante pressão dos patrões para que os operários elevem a produtividade". (Gounet, 1999:92). Para Dejours (1992) ao se impor ao ser humano um ritmo contínuo e crescente do sistema de automação, em suas atividades laborais, aparta-se a consciência do ato de executar os movimentos na linha da produção automatizada ou não. Essa objetivação do processo de trabalho, materializada através do sistema de máquinas automatizadas, leva os trabalhadores à insatisfação, às descompensações mentais ou às doenças somáticas.

Todas essas transformações, acima explicitadas, ocorreram graças tanto à introdução do processamento computadorizado de dados como à produção e à postura do trabalhador em relação à organização sindical. O fordismo sistêmico, aí implantado, promoveu a troca hegemônica da organização baseada no sistema de transporte, ou cadeia de montagem, por um sistema automatizado, controlado por computadores. A principal função do trabalhador, portanto, nesse processo, passou a ser a de vigiar, monitorar e alimentar as máquinas e os equipamentos automatizados. Essas funções são desenvolvidas, durante vinte e quatro horas (24 horas, em sistema de rodízio de 12 horas), ininterruptamente, no período de safra. Com essas mudanças, a competitividade assume uma nova concepção estratégica: a de que ela não se dá no momento da produção, por si só, e sim enquanto um processo, construído através do desenvolvimento/aquisição de tecnologia e conhecimento, determinado pelas revoluções tecnológicas. A qualidade passa a ser monitorada por normas formais sob o sistema de controle Internacional Standard Organization-ISO (ISO 9.000, ISO 14.000 etc). A ISO 9000. refere-se ao certificado de qualidade total. Isto é, busca garantir que os produtos são elaborados de acordo com um padrão pré estabelecido, ou seja, com eficácia. O que não quer dizer que o seja com eficiência e efetividade; a ISO 14.000, estabelece condições de conformidade com as regras de proteção do meio ambiente, zelando para que os processos de produção minimizem os impactos ambientais. Essas mudanças elevaram, além da qualidade e homogeneidade dos produtos, a produtividade do complexo alagoano no mercado nacional. Ofereceram a Alagoas o segundo lugar no "ranking" nacional de produção de açúcar. Embora não se observe, na base industrial do complexo, a adoção do toyotismo, empregam-se algumas idéias copiadas desse modelo a exemplo da utilização da cooperação gerencial - os Ciclos de Controle de Qualidade/CCQs - e do trabalho em equipe. A combinação dessas diferentes técnicas elevou, extraordinariamente, a extração da mais valia relativa, na indústria do açúcar.

2 - O ACIRRAMENTO DA SUPER EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CAMPO

A segunda estratégia adotada no interior do complexo agro-industrial sucro-alcooleiro, o acirramento da super exploração da força de trabalho no campo promoveu inovações quanto ao controle e a gestão

da força de trabalho e a adoção de uma moto-mecanização que aumentou a extração da mais valia absoluta. As transformações tecnológicas ali ocorridas materializaram-se através de um processo restrito de moto-mecanização nas atividades de preparo do solo, manejo das culturas, inclusive no controle de pragas; da introdução do maturador na colheita, da irrigação dos canaviais, do controle e acompanhamento do corte de cana de açúcar na altura do toco, da introdução de tratores, arados mecânicos e máquinas colheitadeiras, além do pagamento baseado na produtividade. Consolidou-se o mecanismo de flexibilização das relações sociais de produção cujos métodos de controle envolvem, desde táticas psicológicas/culturais de convencimento até o uso da violência explícita e do desaparecimento de trabalhadores². Considerem-se também a terceirização marcada pelo sistema de cooperativas, a continuidade funcional dos sistemas de parcerias, pequenos arrendatários e posseiros que serviram para elevar as taxas de mais valia absoluta a níveis extraordinários. O acirramento da mais valia absoluta ocorre em virtude de observar-se, no canavial, um movimento lento de modernização. Essa modernização vem ocorrendo, através do emprego restrito de máquinas e da elevação da produtividade, e do assalariamento inconcluso (Iamamoto; 2001) do trabalhador rural. O trabalho de corte de cana desenvolve-se por pares de trabalhadores. Há, entre eles, um processo de autovigilância e de controle³ externo ademais do incentivo à competição e à eficácia individual na promoção da eficiência do processo agrícola. Essas medidas têm conformado um mercado de trabalho excludente cada vez mais restrito e seletivo, configurando o processo de exclusão da força de trabalho. Além disso, a transformação da base técnica da agricultura, desenvolvida através do trabalho em equipe, tem impedido a solidariedade de classe nesse setor e faz com que

“Em tais condições, o sacrifício do trabalho tende a ser elaborado como ‘cativeiro’, ‘prisão da vida pelo trabalho’ forjado pela disciplina e pelo horário do trabalho: as jornadas de doze horas, a ausência de descanso semanal, a inversão do dia pela noite, a violência ao ritmo

² Esse quadro de profunda violência e exclusão social é preservado na medida em que dois dos direitos primordiais a condição de cidadão, o civil e o social, são desrespeitados sem uma atuação enérgica do estado de direito no sentido de os garantir. E, porque o estado se preocuparia com tais prerrogativas democráticas? Sabe-se muito bem que essa parcela miserável da população tornou-se, em sua grande maioria, disfuncional a ordem econômica. Sua presença não é bem vinda, seus movimentos considerados suspeitos não combinam com a democracia burguesa. Pois, são poucos os “cidadãos” formalmente necessários a gerarem lucros à acumulação privada. Portanto, cabe ao Estado de direito, o dever, apenas, de manter a paz e a ordem social sob os meios mais contestáveis politicamente. Basta para isso lembrar o grande número de policiais civis e militares envolvidos em assassinatos de trabalhadores rurais neste estado.

³ “O controle do trabalho implica uma série de funções: além dos fiscais gerais, tem o fiscal responsável pelo controle da produtividade de cada trabalhador, que mede o que cada um cortou, os turmeiros da usina, que geralmente são motoristas dos ônibus que transportam os trabalhadores para o canavial. Existem ainda os ‘gatos’, agenciadores de trabalhadores, que terceirizam a mão-de-obra, chamada de a ‘turma do gato’”. (Iamamoto; 2001).

biológico de vida mediante o trabalho noturno. Alie-se, como agravante, a permanência no alojamento da usina, como mecanismo de imobilização temporária da força de trabalho às avessas entre trabalho e vida: aprisionando, de fato, o tempo de vida exclusivamente ao tempo de trabalho” (Iamamoto; 2001:1999).

Fato esse que em Alves (2000) foi também ricamente trabalhado quando o autor refere-se ao tempo de vida do trabalhador subsumido ao capital.

Ademais, as inovações relativas às novas formas de gestão do trabalho ali implantadas/implementadas, transformaram a antiga estrutura patriarcal, estruturada em relações pessoais e de imobilização da força de trabalho, presa ao sistema de moradia (relação de controle e disciplina sobre o trabalhador e sua família). A substituição daquela forma de dominação tradicional pela adoção das modernas práticas de gestão racional e informatizada, viabilizou-se através da contratação de profissionais com graduação superior e/ou de nível técnico. A nova gestão empresarial, pautada em técnicas modernas de administrar, instituiu formas impessoais de controle da força do trabalho e de organização do processo de trabalho no campo.

Nesse sentido, a adoção de um amplo processo de racionalização nesse setor trouxe consigo um movimento de modernização que criou novas formas de gestão, organização, controle, fiscalização e supervisão do trabalho, desenvolvidas pelos trabalhadores no corte da cana de açúcar. A gestão e o controle do processo de trabalho no canavial são desenvolvidos por uma equipe de trabalho que obedece a uma estrutura hierárquica organizacional bem definida: o gerente do setor agrícola; os administradores, aos técnicos agrícolas, aos assistentes de técnicos agrícolas, aos fiscais, aos cabos e, finalmente, aos apontadores. Os fiscais, cabos e apontadores são responsáveis pelo controle da operacionalização do processo de trabalho no corte de cana. Suas responsabilidades são distribuídas funcionalmente em: aos cabos cabe distribuir e fiscalizar os serviços; aos apontadores cumpre registrar a presença na planilha de ponto, estimar, empiricamente, o peso e daí inferir a quantidade de cana cortada por cada trabalhador e, finalmente anotá-la na planilha de produção.

Os trabalhadores escolhidos para exercerem as funções de cabos e apontadores são antigos cortadores de cana e devem, como enfatiza a pesquisa realizada nessa região por Padrão (1996),

“(...) ser malandros, meio vividos’, para vigiar e punir ‘a malandragem’ dos trabalhadores que driblam o serviço” (Padrão;1996:75). Por sua vez, as funções exercidas pelos fiscais e apontadores são controladas pelo técnico agrícola segundo, padrão de normas e técnicas pré estabelecidas pela gerência agrícola, em termos de racionalidade, qualidade e produtividade. O técnico agrícola é controlado pela gerência do Departamento Agrícola, ao qual ele presta contas do trabalho desenvolvido no canavial através de relatórios informatizados contendo fichas e registros individuais tanto do desenvolvimento do processo de trabalho como do comportamento de cada trabalhador.

Os registros individuais e informatizados dos trabalhadores servem também para conformar um perfil de trabalhador altamente produtivo. Em virtude do sistema de produtividade no campo, os trabalhadores escolhidos devem atingir uma produtividade dia de 07 a 12 toneladas de cana cortada. Os trabalhadores rurais que se adequam a esse perfil estabelecido para o corte de cana são treinados para que passem a cortar a cana na altura do toco, exigindo maior dispêndio de energia dessa força de trabalho. Essa prática passou a ser exigida dos trabalhadores em virtude da gestão técnica do setor agrário. Os agrônomos, descobriram que o maior valor de sacarose encontra-se na base da cana. A sacarose é o elemento responsável pela produção de açúcar cujo preço no mercado nacional e internacional apresenta-se mais rentável. Por outro lado, os trabalhadores do campo, responsáveis em operacionalizar as novas máquinas, foram preparados adequadamente para desenvolverem essa função.

A utilização de todas essas medidas apresentadas acima visa a melhoria da qualidade e competitividade dos produtos do complexo no mercado. No entanto, as mudanças de gestão no campo não significou melhoria das condições de trabalho para a força de trabalho ali inserido. Em realidade, o que se observa é o acirramento da super exploração da força de trabalho no campo, materializada não somente pelos, baixos salários, como pelo aumento das cotas de produtividade, desacompanhada pela correspondente valorização da remuneração pela tonelagem cortada. Este cenário de super exploração é fortemente agravado pois verifica-se a continuidade do roubo na medição da produtividade de cada trabalhador (percentual de tonelada cortada).

Por fim deve-se reafirmar que o “assalariamento inconcluso” na base agrária do complexo, (Iamamoto; 2001) está diretamente relacionado ao grau de mecanização ali introduzida. Quanto mais máquina é introduzida na agricultura menor é a quantidade de mão de

obra assalariada, aumentando o fenômeno do exército industrial de reserva. Este exército se vê imobilizado, de forma perversa, e resultará na marginalização sub humana da força de trabalho. Entre as formas de assalariamento encontram-se: o assalariado por tempo determinado, o meio assalariado, os bóias frias por tempo determinado e o pequeno produtor. Todas estas categorias de trabalhadores vendem sua força de trabalho e vêm-se obrigados a trabalhar, no período da safra, para complementar a sua renda. (Iamamoto,2001). Além disso, ali ocorreu o reordenamento dos direitos trabalhistas. Atualmente, o grande contingente de trabalhadores (cerca de 85%), inseridos no canavial, estabelece vínculo temporário com esse setor através dos contratos safristas de trabalho. Essa nova forma de acordo de contrato de trabalho continua, gerando salários insuficientes à manutenção do trabalhador e de sua família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face às estratégias adotadas pelo complexo e à guisa de conclusão podemos constatar que:

1 - o sucesso da estratégia política fez com que se extinguissem, com o fim do Instituto do Açúcar e do Alcool/IAA, exatamente os compromissos relativos à reprodução social, ou seja, às políticas sociais e trabalhistas voltadas para a melhoria das condições de vida da população rural. Com a extinção do IAA, os usineiros foram desobrigados⁴ de recolher 1% da receita por cada saco de açúcar produzido para investimentos na área social. Essa medida trouxe o desmonte de uma série de direitos sociais e trabalhistas antes garantidos, legalmente, por decretos instituídos pelo IAA. Os principais direitos sociais perdidos foram, dentre outros, saúde, educação, moradia inclusive com a expulsão dos trabalhadores das moradias nas quais habitavam no interior do complexo, creche e reserva de um pedaço de terra para a cultura de subsistência. Essas medidas acentuaram os níveis de miserabilidade e de exclusão da população rural inserida no complexo e o seu êxodo em direção as periferias das cidades⁵ provocaram o aumento da evasão rural e do exército industrial de reserva.

2 - a racionalização técnica, administrativa e gerencial da base industrial do complexo não só consolidou a organização científica do trabalho como reordenou o desenvolvimento das atividades ali

⁴ Conforme Lei 0.4.870, de 1965. Regulação nº 07/80, de 18/07/1980 do IAA e que foi extinta com o desmonte do IAA.

⁵ Entre os anos de 1987 a 2001 o número de favelas, na capital alagoana, aumentou de 100 para 126.

desenvolvidas. Tais funções foram facilmente decompostas em processos metodológicos racionais e padronizados, incorporados ao sistema de máquinas e de rápida apreensão por parte do trabalhador quando da seleção e preparação da força de trabalho. A adoção de idéias retiradas do toyotismo, não implantado naquela base industrial, como a cooperação gerencial, a introdução dos Ciclos de Controle de Qualidade aliado ao trabalho em equipe, permitiram reordenar o controle rígido do processo de trabalho ali desenvolvido num controle tênue. A sutileza do controle permitiu a incorporação da subjetividade do trabalhador a serviço do capital. Essas transformações criaram e privilegiaram uma categoria específica de representantes do capital diretamente envolvidos com a cooperação gerencial. A sua remuneração é diferenciada da dos trabalhadores e ocorre em virtude de essa força de trabalho qualificada, ser responsável pela gestão da modernização, adotada no complexo. Estes representantes do capital destacam-se dos trabalhadores não apenas pelo salário mas por estarem inseridos numa política salarial, denominada de "salário confiança" (Francisco; 1993), e por terem direito a um conjunto de políticas sociais que não são universais ao conjunto dos trabalhadores do complexo.

3 - o acirramento da super exploração da força de trabalho no campo reforçou o fenômeno da flexibilização das relações de trabalho, ocasionando uma acentuada superexploração do trabalhador⁶. A flexibilização⁷ do trabalho, observada na base agrícola do complexo, faz com que apenas 15% a 20% dos trabalhadores ali absorvidos tenham um vínculo formal de trabalho, ou seja, a carteira de trabalho assinada enquanto um passaporte definitivo ao seu ingresso ao "oásis" dos que podem exercer seus direitos à cidadania, adquiridos e/ou instituídos. Esses trabalhadores possuem um vínculo "mais" estável com a usina. Os demais trabalhadores - cerca de 85% - estabelecem relações contratuais precárias, terceirizadas ou subcontratadas. Ademais, a subproletarização vem associada ao aumento do descumprimento das cláusulas acordadas no contrato de trabalho como por exemplo o não pagamento das horas extras, o não reconhecimento formal na carteira de trabalho das funções exercidas pelos trabalhadores, o não pagamento do aviso prévio, entre outros itens. Acrescente-se, ainda, que o setor tem adotado a estratégia de demissão em massa, rotatividade de mão de obra e repressão às formas de organização do trabalhador rural. No cerne da flexibilização, a

6 Para este ponto ver: Antunes; 1997-1999; Harvey; 1994; Alves; 2000.
7 Conforme especialmente Braga; 1996.

terceirização da força de trabalho é viabilizada através da formação de cooperativas⁸ de mão de obra de trabalhadores rurais. A inclusão formal/legal que regulamentou a cooperativa de mão-de-obra dos trabalhadores rurais transferiu para o fórum privado - a cooperativa - a responsabilidade de garantir os direitos dos trabalhadores. Essa decisão política da esfera governamental federal aponta claramente para o reforço ao processo da sociedade solidária⁹, num claro propósito de isentar o Estado de suas funções de regulador das regras do jogo na relação da produção e reprodução da força de trabalho no setor economicamente produtivo. Tais cooperativas apoiam os contratos temporários de trabalho os quais têm, estrategicamente, constituído-se em alternativa viável à concretização de isenções fiscais/sociais a iniciativa privada e ao próprio Estado, enquanto ator social responsável por mediar o pacto social. Nessas paragens, o trabalho, a luta por conseguir uma ocupação para não morrer na miséria, leva os trabalhadores no canavial a se sujeitarem a qualquer imposição de exploração da força de trabalho. A necessidade de trabalho lhes impõe uma vida de obediência, associada ao medo, a incapacidade de se expressar coletiva e organizadamente e de ter conhecimento sobre seus direitos e muito menos de reivindicá-los. A dificuldade de se encontrar uma ocupação remunerada no sertão faz com que esses trabalhadores aceitem o regime de semi-escravidão no canavial. As condições de trabalho e as relações sociais ali estabelecidas brutalizavam aqueles seres humanos. Todas essas medidas têm conformado um mercado de trabalho excludente, cada vez mais restrito e seletivo, na medida em que reduz as demandas de trabalho manual. Esse movimento tem feito com que o homem do campo se sujeite às péssimas condições de trabalho, que lhe são impostas, com medo de se tornar um excluído do mercado de trabalho.

4 - Nessa conjuntura, a identificação da "aceitação não consensual do poder"¹⁰ patronal é reforçada pela inexpressividade da organização e combatividade dos sindicatos tanto dos trabalhadores rurais como os da indústria do açúcar. Além do mais, a gerência patronal usa a coerção enquanto elemento fundamental do controle e regulação da força de trabalho, nesse ramo de atividade produtiva.

8 Organizados em cooperativas, "(...) os trabalhadores se protegem uns contra os outros, gerando uma luta silenciosa no que o neoliberalismo colocou nas mãos dos trabalhadores, ao contrário do que propunha o Manifesto do partido Comunista - 'Proletários de todos os países uni-vos'; - sugere Proletários de todos os países, suprimam mutuamente nossos empregos e condenem-se reciprocamente, ao desemprego e a redução de salários' (Mandel;1990:236). Nesse contexto, a informalização do trabalho, longe de ser iniciativa do trabalho voluntário, confirma a plenitude do fetichismo da mercadoria, com o que se amplia o campo de exploração, pois as relações informais estão se expandindo, inclusive como parte da organização coletiva do trabalho". (Tavares;2002:117).

9 Sobre o assunto ver as contribuições de Rosanvalon, 1981.

10 A expressão está em Navarro, 1993.

5 - A reestruturação industrial desencadeou um crescimento acelerado e desordenado das usinas. Elas procuraram aumentar a sua eficiência e sua competência num crescente processo de monopolização/oligopolização para neutralizar a concorrência das pequenas usinas. Este movimento resultou na concentração e na centralização de capitais. A "crise" tem, portanto, caminhado no sentido de modernizar a indústria sucro-alcooleira. Os grupos mais fortes adotam tecnologias de ponta e, por um lado, têm comprado/absorvido as pequenas e médias propriedades e mesmo determinadas indústrias do ramo e assim, culmina um processo de concentração de capital e de produção. Por outro lado, o complexo busca otimizar e diversificar a aplicação de seu capital, concomitantemente, em outros ramos mais rentáveis. Assim sendo, a "crise" serve aos interesses do grande capital nacional oligopolizado.

Na especificidade do complexo agro-industrial sucro-alcooleiro alagoano, o sucesso das estratégias empreitadas por esse ramo da economia local garantiu o reordenamento do Estado, na marcha do projeto neoliberal. Este projeto transformou o papel do Estado, enquanto agente mediador da relação entre o capital e o trabalho. O Estado passou, única e exclusivamente, a desempenhar o papel decisivo na reprodução do capital em detrimento das demandas dos trabalhadores. Hoje o capital se reproduz as custas do erário público, sem fazer nenhuma concessão à força de trabalho!

Entretanto, todas essas transformações ocorreram em outras regiões do país de forma diferenciada, a depender do grau de organização e luta dos setores organizados da sociedade civil. Em particular pela atuação dos trabalhadores rurais que lutam, muitas vezes de forma individual, velada e surda, pela melhoria das condições de trabalho face às novas tecnologias adotadas e pela posse da terra. Suas lutas se contrapõem ao perverso modelo de exclusão social implantado pela burguesia rural brasileira através dos subsídios financiados pelo erário público. Ao longo desse percurso observam-se reações explícitas e/ou encobertas tanto dos trabalhadores assalariados e/ou sub-assalariados quanto dos trabalhadores inseridos no Movimento dos Sem Terra/MST. Em comum todos estes trabalhadores lutam pela melhoria das condições de trabalho, de salário e pelo controle do processo de trabalho e mesmo pelo direito a posse da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovane. *O Novo e Precário Mundo do Trabalho (Parte I Toyotismo, Novo (e Precário) Mundo do Trabalho e Crise do Sindicalismo)*. São Paulo Editora Bom Tempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. Cortez Editora, São Paulo, 1997, 4ª Edição.
- . *Os Sentidos do Trabalho? Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (Cap. I,II,III e IV). São Paulo. Bom Tempo Editorial, 1999.
- BRAGA, Ruy. *A Reestruturação do Capital. Um Estudo Sobre a Crise Contemporânea*. Editora Xamã V W. São Paulo. 1996.
- CARVALHO, Rui Q. e SCHMITZ, H. O Fordismo Está Vivo no Brasil, in *Novos Estudos Cebrap*, SP, 1990
- DEJOURS, Chitope. *A Loucura do Trabalho, Estudo de Psicologia do Trabalho*, Editora Cortez, 1992, 2ª Edição.
- FASE-AL. Breve Resumo Temático da Pesquisa "A Quem Interessam as Campanhas Salariais de Canavieiros em Alagoas?". Recomendações para uma Política de Desenvolvimento Econômico das Regiões e Populações Canavieiras em Alagoas. In *Texto para Debate*. Maceió, Mimeo, 1995-A.
- Crise e Reestruturação no Complexo Sucro-Alcooleiro Alagoano: Sugestões para o Setor em Alagoas. In *Texto para Debate N°1*. Maceió, Mimeo, 1995-B.
- Processo de Trabalho e Violência no Complexo Sucro-Alcooleiro em Alagoas. In *Texto para Debate N°2*. Maceió, Mimeo, 1995-C.
- FÓRUM PERMANENTE CONTRA A VIOLÊNCIA EM ALAGOAS: *Para Aquém da Cidadania. as Várias Faces da Violência em Alagoas*. Maceió, OVFAM/FASE/VISÃO MUNDIAL, 1992.
- FRANCISCO, Eliane Marlova e CARDOSO, Isabel C. da Costa. As Políticas Sociais Empresariais e as Novas Tecnologias de Gerenciamento de Recursos Humanos, In *Serviço Social e Sociedade, n° 14*. Ano XIV, abril de 1993.
- GUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel*. Editora Bom Tempo. São Paulo, outubro de 1999.
- Jornal do Brasil*. Ajuda aos Usineiros. In Caderno de Economia, folha 11 de 19 de Abril de 2002.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Edições Loyola, São Paulo, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Trabalho e Indivíduo Social: um Estudo sobre a Condição Operária na Agroindústria Canavieira Paulista*. Cortez Editora. 2001.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.

LOPES, José Sérgio Leite. *O Vapor do Diabo*. O Trabalho dos Operários do Açúcar. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978.

MALLOY, James M. *Política de Previdência Social no Brasil*, Editora Graal. Rio de Janeiro. 1996.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. Editora Nova Cultura. São Paulo. 1985

MARX, Karl. "Capítulo Inédito D' O Capital. Resultados do Processo de Produção Imediato". Porto, Publicações Escorpião. 1975.

MARX, ENGELS. "A Consciência Revolucionária da História. K. Marx: Trabalho Alienado e Superação Positiva da Auto-Alienação Humana". In *Marx Engels. História*. Organizador Florestan Fernandes. Coleção Grande Cientistas Sociais, nº 36 São Paulo, Editora Ática S.A. .1989.

MATTOSO, Jorge. "O Desafio do Trabalho". Editora Scrita. São Paulo.1995.

NAVARRO, V. "Produção e estado de bem-estar: o contexto político das reformas". In: *Lua Nova*, nº 28/29, 1993, pp.156-199.

PADRÃO, Luciano Nunes. *Processo de Trabalho em Tempos de Reestruturação Produtiva: Estratégias de Controle na Agro-indústria Canavieira*. Dissertação de Mestrado, Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRJ; 1996.

PAIXÃO, Marcelo, J. *Sindicalismo e Reestruturação - Dilemas e Perspectivas*, *Cadernos Proposta* n.º 1.

----- . *No Coração do Canavial: Estudo Crítico da Evolução do Complexo Agro-Industrial Sucro-Alcooleiro e das Relações de Trabalho na Lavoura Canavieira*. Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro. Mimeo, 1994.

ROSAVALON, Pierre. *Crise do Estado Previdência*. Editora Inquérito, Lisboa, 1981.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça. A Política Social na Ordem Burguesa*, Editora Campos, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1979.

TAVARES, Maria Augusta. "Os Fios (In)Visíveis da Produção: Informalidade e Precarização do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo". Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro ESS/UFRJ. Rio de Janeiro, Maio de 2002.

VERAS, Edimilson Correia. *Complexo Sucro-Alcooleiro*. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Alagoas, Departamento de Economia. Mimeo, Maceió, Out./1997.

TRABALHO, POLÍTICA E PRÁTICAS DE CLASSE

CRISE CAPITALISTA E O "AGGIORNAMENTO"¹ DAS PRÁTICAS SINDICAIS

Ângela Santana do Amaral²

O presente texto pretende discutir as mudanças entre Estado, Sociedade e Mercado no contexto da crise capitalista e sua incidência sobre a organização dos trabalhadores, cuja referência analítica é a estratégia de organismos internacionais articulada no sentido de redirecionar o papel da economia, do Estado e suas instituições e, principalmente, das classes sociais.

A partir dos finais dos anos 80 e prolongando-se nos anos que se seguem, expressivas mudanças nos campos econômico, político e cultural compõem o cenário das profundas transformações que afetam as diversas dimensões da vida social, modificando as práticas dos sujeitos coletivos e do Estado.

Do ponto de vista dos trabalhadores, as expressões mais visíveis e significativas desse quadro, revelam-se, dentre outras questões, na aceleração dos processos da chamada reestruturação produtiva que implicam em mudanças nos padrões de gestão do trabalho, nos novos requerimentos para atender as mudanças em curso nas empresas, no redimensionamento do mercado de trabalho, no deslocamento territorial de importantes plantas fabris e na problemática do desemprego.

Tais questões relacionam-se às estratégias gestadas pelo capital para sair da sua crise, reestabelecer suas taxas de lucro, expandir-se e ampliar as formas de dominação burguesa.

O ponto de unidade das diversas perspectivas de análise sobre essa "nova" realidade está exatamente na argumentação do fim da centralidade do trabalho na organização e formação da sociabilidade. Pretendem com isso, aparentemente, a partir de uma análise científica, negar a sociedade de classes, apostando na constituição de uma sociedade pós-moderna, a chamada sociedade do conhecimento³. O contraponto a essas novas configurações da sociedade enfatiza as características de um período de crise orgânica, marcado por um conjunto de iniciativas que respondem pelo processo designado como

¹ Estamos utilizando a expressão "aggiornamento" para designar a atualização das práticas classistas presentes da dinâmica capitalista contemporânea. No caso das práticas sindicais, consideramos que a idéia de "aggiornamento" explicita essa dimensão de atualização, caracterizando-a como adaptação à ordem e, portanto, como transformação/negação do caráter classista.

² Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco e Doutoranda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Curiosamente, é nessa sociedade dita do conhecimento em que internacionalmente, a partir dos "conselhos" dos organismos financeiros internacionais, se destrói a Universidade Pública, responsável pela imensa maioria das pesquisas desenvolvidas no Brasil.

reestruturação produtiva, mas que é de fato uma reestruturação capitalista, ou seja, caracterizado pela recomposição das condições de valorização do capital e pelos processos políticos que dão sustentação a estas mudanças.

Partimos do suposto que o discurso da crise econômica e as estratégias utilizadas para assegurar os ajustes e reformas na dinâmica do capitalismo mundial, vêm afetando, sobretudo, as práticas do trabalho, incidindo no conteúdo e nos meios que caracterizaram historicamente os embates e conflitos entre capital e trabalho.

Não sem contradições, este processo atinge brutalmente os trabalhadores e particularmente suas representações e organizações, as quais, independentemente das forças políticas que expressam, tendem, majoritariamente, a se adequar ao espaço de alternativas possíveis, levando-os a integrar-se ao "discurso da ordem". As tentativas de tornar subjetiva a objetividade da ordem burguesa determinam a necessidade de "naturalizar" a racionalidade das práticas socialmente dominantes, expressas tanto nos argumentos que enfatizam as "positividades" da reestruturação produtiva e do progresso técnico que caracterizam a atual fase da dinâmica capitalista, quanto naqueles que invocam a necessidade de impulsionar e valorizar iniciativas sociais que reivindicam a autonomia, a cidadania, a democracia, a liberdade, como princípios fundamentais que devem orientar o que vem sendo insistentemente denominado de "nova era". Ao não se tematizar o significado do "progresso" assume-se, inconscientemente ou não, a neutralidade desse movimento, mais especificamente, de que ele é bom para todos. Vale dizer, que a sociedade capitalista é, em si mesma, positiva.

Estes processos que se ampliam e se aprofundam nas sociedades capitalistas contemporâneas se inserem em um duplo movimento: no primeiro, está colocada a tendência de operar mudanças na base do capitalismo, através de um amplo e profundo processo de restauração capitalista⁴. Nele, emergem, de modo mais evidente, as contradições do desenvolvimento capitalista, expressas, dentre outras, no movimento de mundialização financeira, tratado por Chesnais (1999), como a pedra de toque do capitalismo contemporâneo e cuja característica central é a valorização do capital, a curtíssimo prazo, mediante aplicações financeiras que permitem um volume de recursos sem tamanho, em detrimento das atividades produtivas.

⁴ Para aprofundar a natureza da crise, e as estratégias de superação utilizadas pelo capital estamos tomando como referência os estudos de Braga, Ruy (1997), Dias, Edmundo (1999), Mota, Ana Elizabete (1995) e Netto, José Paulo (1993).

No segundo movimento, o que está em questão são as iniciativas que permitam criar condições favoráveis às mudanças no processo de acumulação, de modo que este momento seja assimilado pela sociedade, numa ampla dinâmica, na qual se inscrevem as necessidades, para o capital, de reconstrução das "formas mercantis e o aparato estatal que lhe dá coerência e sustentação" (Dias, 1999: 27), configurando, como diria Gramsci, a articulação entre "a reforma do governo da economia" e "a reforma do governo das massas".

Nestes termos, a compreensão da sociedade capitalista contemporânea supõe entender tanto a natureza das reformas econômicas levadas a cabo, principalmente, pelas agências financeiras internacionais, quanto os elementos sócio-institucionais que asseguram estas reformas, conformando o sistema ideológico que dá sustentação ao que se pode chamar de novo padrão de dominação capitalista. Em outras palavras, trata-se de uma fase em que se pretende uma nova personificação da hegemonia capitalista que re-atualiza - sob diversas formas - o momento da subordinação do trabalho ao capital.

Subjacente a este conjunto de mudanças, localizam-se alguns supostos do pensamento liberal, que retornam, sob novas condições históricas, ao comando das relações que se estabelecem entre a economia e a política.

Desse ponto de vista, eliminar-se-iam, assim, todos os aparelhos e mecanismos estatais criados para fazer frente às crises anteriores, como se fosse possível voltar a uma espécie de "idade de ouro" a um só tempo, prévia e supra-histórica.

Assim, a associação entre a política monetária, considerada elemento fundamental da política macroeconômica, e a orientação liberal do papel do Estado, constituem, na sua totalidade, os principais vetores das radicais mudanças que incidiram na dinâmica social, tanto dos países centrais como os chamados periféricos. Para estes, o Consenso de Washington tratou de deliberar medidas de ajustes e recomendar reformas essenciais. Tais deliberações resultaram em prescrições que afetam, particularmente, as áreas de seguridade social e de educação, além dos mecanismos reguladores das relações de trabalho.

Da conjunção desses fatores, dois processos se interpõem: por um lado, assistimos a uma crescente financeirização do capital e suas investidas para caracterizar um processo cuja lógica, como denomina Plihon (1999:125), é orientada pelo "curtoprazismo" e pelo imediatismo das necessidades dos mercados financeiros e dos fundos de investimento, em contraposição ao planejamento do crescimento a longo prazo. De

outro, uma drástica redução do papel do Estado e nos modos de conceber e operar as políticas públicas.

A materialização das transformações na natureza da intervenção do Estado encontra-se explicitada nos vários documentos oficiais como diagnósticos, relatórios, projetos, agendas governamentais e dos organismos internacionais, em que são avaliadas e feitas propostas com o objetivo de indicar as mudanças necessárias face à nova dinâmica do capitalismo contemporâneo.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, elaborado em 1997 pelo Banco Mundial, apresenta, detalhadamente, prognósticos, condições, tarefas e recomendações a serem implementadas para viabilizar uma nova racionalidade na relação entre Estado-Sociedade-Mercado. Os argumentos nele utilizados destacam a questão da efetividade a ser alcançada pelo Estado diante dos novos processos de ajuste e de adequação à nova capacidade institucional a ser construída; o papel do Estado na relação com o mercado e a agenda de reformas que deve acompanhar a remodelação prevista.

Esse conjunto de argumentos informa, na ótica do Banco Mundial, que o Estado deve ser ajustado às novas demandas postas pela dinâmica econômica internacional. E mais que isso: deve estar sintonizado com as estratégias propostas, àquelas referentes, principalmente, à necessidade de "atribuir um papel maior aos mercados". Para tal, invocam-se diferentes maneiras de "levar as sociedades a aceitarem uma redefinição das responsabilidades do Estado".

Aqui, a sociedade civil ganha destaque na medida em que esta, na visão dos intelectuais do capitalismo, se constitui em um poderoso instrumento de participação, fiscalização e fortalecimento das ações estatais. Essa intervenção via sociedade civil permite considerar um duplo movimento: por um lado, tratar como superados os antagonismos e de outro, articular interesses diferenciados como se fossem homogêneos.

Ademais, nota-se que a sociedade, através das suas representações, é interpelada permanentemente a contribuir com idéias, opiniões, e, quando "executável", "a participar da formulação, implantação e monitoração dos bens e serviços públicos". Configura-se aí um claro substitucionismo dos atores sociais⁵: saem as classes, entram as representações, os interesses.

Interessante observar que as prescrições sugeridas pelos

⁵ O uso da expressão "atores" em lugar de "sujeitos" foi notado por Oliveira, Francisco (1990:43) em interessante ensaio intitulado *Os protagonistas do drama: Estado e Sociedade no Brasil*, para designar uma espécie de "paradigma dos atores", tão em voga no capitalismo contemporâneo, o qual reduz os sujeitos à mera representação, não lhes permitindo a fixação de nenhuma identidade.

organismos internacionais, tratadas por alguns atores como "condicionalidades", têm, como ponto de partida, as recomendações sobre o uso da comunicação e a formação do consenso, em uma clara intenção de integração ativa à ordem, e, portanto, às reformas propostas. As estratégias de sustentação das reformas vão desde a divulgação massiva dos benefícios auferidos com as mudanças até o convencimento do caráter inclusivo das políticas implantadas. No discurso do Banco Mundial, são estas estratégias que levarão à sociedade a pensar numa perspectiva de longo prazo e a se colocar como partícipe da mesma, como expressa o documento: "O líder eficiente dá ao público o senso de que a reforma pertence ao povo e não foi imposta de fora para dentro. A reforma do Estado requer a cooperação de todos os grupos na sociedade".

A função ideologizante da política está aqui claramente explicitada. A mistificação é apontada como eficiência.

A necessidade de dar mais ênfase às reformas no sistema jurídico, na função pública e nas políticas sociais, são mecanismos invocados de forma recorrente. Em síntese, trata-se da estratégia de desconstitucionalização dos direitos, da retirada deles das normas jurídicas e das investidas para flexibilizar, ainda mais, as relações trabalhistas.

Aqui, já se pode apontar para a natureza das mudanças requeridas para ajustar o Estado às reais necessidades de acumulação do capital, dotando-lhe de novas funções e atribuindo-lhe uma capacidade ancorada em controles rígidos de despesas, restrição de recursos para atender às demandas sociais por serviços públicos, articulação com a sociedade civil e particularmente, com o chamado terceiro setor, para "dividir" as responsabilidades em solucionar problemas causados, segundo o documento, por "falhas do mercado e do governo".

Estão implicadas nessas perspectivas da reforma a necessidade de inflexionar as ações dos trabalhadores, de modo a colocá-los numa posição defensiva e de envolvimento com a resolução dos problemas propostos pelas classes dirigentes e pelos organismos internacionais. Fato que requereria uma refundação/eliminação de racionalidades classistas e uma assimilação da "cultura da crise"⁶.

Do ponto de vista do capital, tais proposições significam uma

⁶ A expressão e a temática foram cunhados dos estudos de Mota, Ana Elizabete (1995), que ao trabalhar as reformas na previdência e assistência social no Brasil nos anos 90, problematiza a crise e a necessidade da burguesia em disseminar na sociedade a cultura da crise e envolvê-la na sua resolução.

grande e duradoura ofensiva, que, articulando avanços no campo da ciência e tecnologia e redirecionamento dos processos de produção e organização do trabalho - a chamada revolução científica do trabalho - evidencia as reais necessidades do capital: negar os antagonismos de classe que marcam a sociedade capitalista, integrando os trabalhadores à ordem e preservar a sua reprodução ampliada. Fica claro o caráter ideológico dessas "transformações": para configurar o novo trabalhador coletivo é preciso que ele assuma - como seu - o discurso da qualidade total, por exemplo, e a partir disso, ver-se como responsável perante o consumidor e não como um trabalhador da ordem do capital.⁷

Chama-nos atenção o lugar de peso que é dado à sociedade civil, como parceira privilegiada do Estado na provisão dos bens públicos. Trata-se, na nossa opinião, de uma estratégia que visa transferir as responsabilidades do Estado para o âmbito do mercado e da sociedade, em particular, para o chamado Terceiro Setor. No plano empírico e na conjuntura brasileira, especialmente, algumas ações tomam corpo, a exemplo dos "amigos da escola", do crescimento progressivo do programa do voluntariado, da proliferação de ONGs que recebem recursos estatais para implantar desde programas de qualificação profissional a intervenções junto a jovens que buscam o primeiro emprego.

A despeito dos mecanismos de participação serem compreendidos como instrumentos fundamentais na relação entre Estado e sociedade, o Banco Mundial, através dos seus documentos, os apresentam como parte de uma estratégia, onde é possível obter a legitimação, o consentimento dos cidadãos para a materialização da Reforma do Estado. Sob a denominação da "melhoria da capacidade institucional", o que parece estar se tecendo, na realidade, é a necessidade de pulverizar as demandas, fragmentar a luta coletiva, incentivar formas de organização não mais de natureza classista, mas, a partir das reivindicações de grupos de interesses específicos, constituindo-se, assim, um núcleo central do Estado, com funções restritas, que, sob o manto da descentralização, do exercício da livre escolha e da autonomia, preparam terreno para o livre desenvolvimento do mercado. São ilustrativos desse quadro, a ampliação desenfreada dos seguros de saúde, dos planos de previdência privada⁸ e a expansão do ensino privado.⁹ A fragmentação

⁷ São múltiplas as formas empregadas. Dos CCQ ao sindicato cidadão, tudo passa a identificar o patronato e a classe trabalhadora como cidadãos de uma mesma ordem produtiva.

⁸ Sobre esta questão, é interessante a leitura do texto "A descoberta (im)prevista: transformar servidores públicos em investidores financeiros". Mota, Ana Elizabete, Revista Universidade e Sociedade, Ano XI, n° 26, fevereiro de 2002.

⁹ A expressão material do que estamos tratando é exemplificada, com bastante profundidade nos estudos de doutoramento de Leher (1998) "Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para 'alívio' da pobreza".

dessas políticas "públicas" ajuda a fortalecer a fragmentação das classes trabalhadoras.

Um benefício extra é obtido nesse processo. Não são apenas as políticas que se fragmentam, mas as classes, posto que, agora, vistas como "arquipélagos" de particularidades e não mais como totalidade. Se, por um lado, essa fragmentação atua como se fossem "aproximações sucessivas" às individualidades, por outro, reduz o horizonte e o projeto das classes ao campo do consumo. Em outros termos, do mercado. Em suma: não mais projetos, mas, interesses.

Do ponto de vista dos trabalhadores, assistimos, tanto na dimensão internacional como nacional, uma crise profunda. Sitiados nas suas reivindicações corporativas e, ao mesmo tempo, envolvidos nos processos que, sob o discurso da técnica e da qualidade se impunham nas empresas, trabalhadores e suas direções sindicais vêem-se, no curso de toda década de 90 e início dos anos 2000, como protagonistas de referências que não são suas, e sim, da racionalidade capitalista. Cidadania, democracia, autonomia, sociedade civil, são termos chaves na construção de um novo ideário de sociabilidade; expressam as novas condições do atual momento de atualização do capital.

Também estes mesmos termos e a defesa pela sua efetiva implementação constituíram as bases sobre as quais os movimentos sindical e partidário - aqueles vinculados à orientação de esquerda - dirigiram suas ações no enfrentamento às políticas governamentais de cunho neoliberal.

No início da década de 90, organizados em sindicatos e partidos, os trabalhadores, fortalecidos pelos processos de democratização que a sociedade brasileira vivenciava nos anos anteriores, não só pautavam reivindicações corporativas nos seus programas de ação como também acreditavam que estas se constituíam uma via de ampliação e consolidação da cidadania, numa forma de distribuição da riqueza social e de socialização da política. Uma e outra efetivamente não realizadas. A idéia da socialização política passou a designar uma integração à ordem política vigente. Quanto à função distributivista, os dados e as estatísticas, oficiais, inclusive, por si só, afirmam que a distribuição, pela via das políticas sociais e de renda, longe de ampliar o acesso a bens e serviços, está cada vez mais concentrada.

Vale lembrar que a postulação desta cidadania inscreve-se no quadro mais geral do que compreendemos como "cidadania abstrata", marcada, fundamentalmente, pelo consumo e pela cisão entre as demandas do movimento sindical e as reivindicações dos movimentos

posicionaram-se no campo de uma luta econômico-corporativa, problemática, que corresponde à construção de uma cidadania nos marcos da sociabilidade capitalista, e, portanto, ainda no terreno das relações de exploração, no interior da ordem capitalista.

A esse movimento, poder-se-ia indagar, ancorada no pensamento de Gramsci, se o conjunto de ações referidas “à conquista de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes”, permitiria avançar para um outro patamar, o de que a defesa das reivindicações pudesse revelar uma consciência política a ponto daquelas se tornarem objetos, interesses e exigências das classes subalternas, na construção da sua hegemonia.

Com efeito, a dinâmica social e a correlação de forças que se colocavam no início da década de 90, não permitiu caminhar nessa trilha, dado que a cidadania, compreendida como forma de institucionalidade dominante, é negadora da subjetividade classista dos subalternos.

Evidente que a institucionalidade, *malgré tout*, é um espaço atravessado por contradições e que algumas iniciativas possibilitaram, seguramente, as condições para que frações importantes das classes subalternas pudessem fazer a crítica desse processo, enquanto processo mediado pela ação estatal, e, conseqüentemente, pelos interesses dos dominantes, que, para construírem sua hegemonia, eram impelidos a incorporar alguns interesses dos subalternos, como afirma Gramsci (1988b:33):

“a hegemonia pressupõe, indubitavelmente, que se levem em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios não se relacionem com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política, também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”.

As análises feitas por diversos estudiosos do sindicalismo localizam este momento como um momento de refluxo e de críticas aos custos decorrentes dos benefícios do welfare state, de apologia do fim da história e da centralidade do trabalho, de anúncio da inexistência das ideologias políticas - principalmente com os acontecimentos do leste europeu - enfim, uma realidade que impõe mudanças fundamentais para compreensão da dinâmica social.

Do ponto de vista dos movimentos sindical e partidário no Brasil, os anos 90 marcam uma correlação de forças desfavorável aos trabalhadores, com o avanço dos programas neoliberais e as iniciativas de destruição dos direitos sociais conquistados ao longo das décadas anteriores.¹⁰

O discurso da cidadania e da democracia bem como o aparecimento e diversificação de novos interesses na sociedade que não são representados pelos sindicatos, os quais, não conseguem ampliar sua intervenção para fora dos “muros da fábrica”, são capturados com maestria pela burguesia capitalista. Invoca-se a necessidade de construir alternativas coletivas de saída da crise, ao mesmo tempo em que se esgarçam as identidades classistas com as interpelações à colaboração, substituindo a capacidade de enfrentamento pela conciliação, a possibilidade de avanços nas conquistas pela necessidade de abrir mão delas, o acirramento dos conflitos pela articulação de interesses comuns. Aqui estão postas as bases que definem qual o sentido atribuído ao conceito de cidadania que interessa ao grande capital. Não se trata da cidadania do trabalho, mas, daquela que é uma das mais caras construções da sociedade burguesa.¹¹

Os movimentos sociais passaram a ser o foco para onde se voltavam todas as atenções. O discurso de que algo de novo acontecia na dinâmica social e no fazer político, exterior às formas tradicionais de organização e expressão, ganhava força. O deslocamento do campo dos conflitos do sindicato para a sociedade genérica e indiferenciada parecia ceder à virtualidade dos anos anteriores e neutralizar as diferenças classistas. Movimentos sociais e sociedade civil expressavam uma unidade consensual, homogeneizadora e nesse sentido, capturada pelas forças dominantes. Muitas das vezes, articulando interesses que “ajudam” o Estado a implementar suas políticas, transferindo para os movimentos a execução de programas - e a responsabilidade de selecionar os beneficiários seletivos das políticas, com base nos poucos recursos estatais - e, alçando seus representantes a “parceiros incontestes” na cruzada em prol da democracia e da cidadania.

O sindicalismo brasileiro não fugiu a essa realidade. Depois de atravessar um período de grandes mobilizações e embates que resultaram em conquistas fundamentais, a Central Única dos Trabalhadores, principal representação de esquerda do sindicalismo, ingressou a década

¹⁰ Para uma análise das posições assumidas, nesse período, pelos partidos e centrais sindicais, sugerimos uma leitura atenciosa das elaborações de Dias (1997), Badaró (1998), Braga (1997), Arenas (2001) e Antunes (1997).

¹¹ A idéia de sindicato cidadão nada mais é do que uma reatualização da idéia do pacto social. A luta sindical é subsumida ao campo da cidadania. Assim, os conflitos sociais terão maiores dificuldades de estabelecer o princípio antagônico.

de 90 sob a pressão de todo um contexto de profundas modificações no mundo do trabalho, retirando da sua intervenção e da pauta política as questões centrais do embate entre capital/trabalho. O capital propunha, em seu lugar, a condição de parceiro, colaborador e mais recentemente, na linguagem capitalista, associado. A aparência desse processo era revelada nas propostas sedutoras de envolvimento e adesão a modernas ideologias participativas, mas, na verdade, o que se busca tecer, nesse momento, é a supressão dos conflitos e conseqüentemente, integração à ordem vigente.¹²

A palavra de ordem nos documentos de principal deliberação da CUT é a construção do sindicato cidadão. No âmbito da CUT, construir essa proposta significa articular e ampliar a luta pela cidadania junto aos movimentos sociais, firmando alianças e apresentando propostas que avancem o projeto democrático, ao tratar de diferentes aspectos da vida social.

Cidadania, aqui, está referenciada a um conjunto de ações integradoras com os demais movimentos da sociedade civil e responde pela necessidade dos trabalhadores serem incorporados à vida social. Responde, fundamentalmente, pela necessidade de que o discurso do Estado e do capital sejam identificados como condição de liberdade e não mais como possibilidade de crítica e de construção de hegemonia das classes subalternas.

A nosso ver, são exatamente essas formas de compreender a cidadania e democracia, ainda nos limites da ordem burguesa, que permitem que prevaleçam as práticas consensuais, em contraposição às práticas autônomas e classistas.

Esta questão nos coloca diante do problema dos intelectuais de classe. Ou seja, de trabalhar os mecanismos que vêm sendo construídos pelos intelectuais para a reafirmação da hegemonia do capital. Nesse momento, é vital que o embate hegemônico não se trave mais no âmbito dos antagonismos, mas sim, da formação de consensos, na idéia da naturalização das formas socialmente dominantes e de neutralização dos seus interesses de classe.¹³

Conforme Mota e Amaral (1998:29), a idéia de construção de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital, supõe a socialização de valores

¹² Interessante artigo de Badaró, Marcelo (1998:53-65) discute a postura e as ações, que, sob a justificativa da necessidade de ser propositiva, redireciona a posição da Central Única dos Trabalhadores e dos sindicatos que se alinham a essa força.
¹³ Referenciada na visão de Dias (1997:91-92), podemos pensar a adesão e o consentimento como o processo de "incorporação ativa (convencimento ativo, em especial pela impregnação da nova racionalidade) ou passiva (...) pela neutralização das práticas das classes subalternas, isto é, pela destruição ativa de uma personalidade histórica que se expressa na gestação de uma nova classe trabalhadora e de uma nova cultura".

políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamentos compatíveis com as necessidades de mudanças nas esferas da produção e da reprodução social. Assim, a direção dos processos políticos e a produção do consentimento de classe, para empreender mudanças, transformam-se nos novos baluartes da ação das classes dominantes.

Ao destituir o caráter de classes e enaltecer tanto a igualdade entre os indivíduos quanto as possibilidades que estes têm de construir sua identidade a partir de interesses assépticos, materializa-se a institucionalidade dominante. Por isso, como afirma Dias (1999), a necessidade da "reforma intelectual e moral" das massas: acelerar o futuro, gerir a sociedade, clarificar seu projeto estatal, libertar-se do domínio ideológico das outras classes exercido pelos intelectuais daquelas...".

No caso dos sindicatos, este argumento discursivo da cidadania e da democracia se expressa em diversas estratégias de ação e intervenções políticas. Nesse sentido, o sindicato-cidadão materializa uma prática política que pode estar transformando uma possibilidade de uma intervenção de caráter classista em uma intervenção da sociedade civil indiferenciada. Em outros termos, assumindo questões, que, embora nos seus pressupostos estejam contidos os elementos centrais da dominação do capital sobre o trabalho, dizem respeito, meramente, a necessidades despolitizadoras da genérica sociedade civil, e, portanto, desprovidas dos elementos de classe.

Na atual conjuntura brasileira, podemos compreender os novos processos de articulação entre Estado-Sociedade-Mercado, tal como referidos no início do nosso artigo como uma estratégia de construção de uma hegemonia do capital. As noções de flexibilidade, competitividade, empregabilidade, entre outras, vêm sendo incorporadas e pensadas como inevitáveis, no campo sindical. Todas elas, mediadas pelo discurso da democracia e da cidadania, tomadas como referências universais.

Uma das estratégias que permite pensar essa transformação dos sindicatos em representações da sociedade civil é a execução do Programa de qualificação dos trabalhadores, integrante da agenda política e de intervenção daqueles. Parceiros do Estado em uma das políticas de mais ampla divulgação do governo atual, os sindicatos, através do Programa de Qualificação, operam com a idéia de que a formação dos trabalhadores, pode, nos marcos da institucionalidade dominante, tornar-se instrumento fundamental de sua autonomia, da

sua liberdade. A qualificação corresponde, portanto, ao conjunto de referências da idéia da cidadania liberal, donde a existência de uma igualdade jurídica entre os indivíduos assegurando a sua inserção na sociedade e nas relações de intercâmbio.

Como já discorremos anteriormente¹⁴, longe de qualificar tal ação como portadora de articulação histórica dos trabalhadores numa perspectiva classista, este processo está socializando a idéia de que esta articulação é individual, é de responsabilidade de cada trabalhador, responde a necessidades de outrem - que são as necessidades do capital - e portanto, os indivíduos consentem e se tornam partícipes dos projetos que não são seus.

Desta forma, pensamos que esta estratégia nos coloca diante das condições materiais e subjetivas para a construção de um pacto social, fundado na idéia da individualidade edificada sob os pressupostos da cidadania restringida.

O que é interessante apreender é que a idéia de sociedade civil na convocação do Estado aos sindicatos, corresponde à análise liberal do conceito, que oculta as diferenças classistas presentes nos projetos societários. Como explicita Dias (1999:76), "um dos erros vitais na análise da sociedade civil é pensá-la como articulação de instituições indiferenciadas, como expressão de interesses universais, não contraditórios, sem caráter classista".

Desse ponto de vista, ao colocar os sindicatos no campo da sociedade civil, retirando-os do foco das lutas sociais e forjando uma cultura de que a sociedade organizada corresponde à sociedade civil, o Estado trabalha com a concepção de que o sindicato é, por excelência, espaço de negociação, de pactos sociais e não espaço de embate de hegemonia, de projetos classistas diferenciados.

¹⁴ Qualificação, Sociedade Civil e Desidentidade de classes: os desafios para o sindicalismo. Artigo publicado na Revista Outubro, 2001, nº 5

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL**, Ângela Santana de - *Qualificação, Sociedade Civil e Desidentidade de Classe: Os desafios para o Sindicalismo*. Revista Outubro, Instituto de Estudos Socialistas, nº 5, 2001.
- BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO** - Banco Mundial. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. Washington, 1997.
- BRAGA**, Ruy - *A restauração do capital. Um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo, Xamã, 1997.
- CHATELET**, François. Dialética, Diálogo e Discussão. In: *Perguntas y Réplicas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989. Tradução: Edmundo Fernandes Dias.
- CRÉSPIGNY**, Anthony, de; **CRONIN**, Jeremy (eds). *Ideologias Políticas*. Brasília, Editora da UNB, 1999.
- CHESNAIS**, François (org). *A Mundialização Financeira. Gênese, Custos e Riscos*. São Paulo, Xamã, 1998.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES**. *Documentos vários*. Página Internet.
- DIAS**, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim. A construção do conceito de hegemonia*. São Paulo, Xamã, 2000.
- _____. *A liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação Produtiva e Passivização*. Campinas/São Paulo. Ed. UNICAMP, 1999 - 2ª edição.
- _____. "Reestruturação Produtiva": *Forma atual da luta de classes*. Revista Outubro, Instituto de Estudos Socialistas, nº 1, 1998.
- GENTILI**, Pablo e **FRIGOTTO**, Gaudêncio (orgs). *A Cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo, Cortez, 2001.
- MATOS**, Marcelo Badaró. *Entregando a mão para não perder os dedos. O sindicalismo brasileiro e o desemprego*. Revista Outubro, Instituto de Estudos Socialistas, nº 1, 1998.
- MOTA**, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo, Cortez, 1995.
- _____. *A cidadania do Fordismo*. Revista História e Perspectivas. Uberlândia/MG, 1991.
- _____. *Do Operário Padrão ao Operário Patrão*. Revista Temáticas, Campinas, nº 2, 1994.

MOTA, Ana Elizabete e AMARAL, Ângela. Reestruturação do capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social. In: *A nova Fábrica de Consensos*. São Paulo, Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo, Cortez, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. Os protagonistas do drama: Estado e Sociedade no Brasil. In: *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1990.

PLIHON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano. In: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo, Xamã, 1999.

SOUZA, Donaldo Bello de; SANTANA, Marco Aurélio; DELUIZ, Neise. *Trabalho e Educação. Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro, Quartet, 1999.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA PRIVADA: A (IM)POSSÍVEL SOLIDARIEDADE DO CAPITAL FINANCEIRO.

Sara Granemann¹

"Depois do anseio de ganhar dinheiro, o mais imperioso é o de desembaraçar-se dele mediante qualquer aplicação que proporcione juro ou lucro; pois dinheiro de per si nada rende". - Karl Marx -

INTRODUÇÃO

A delimitação do interesse analítico do presente texto circunscreve-se à investigação inicial de algumas propostas e tendências assumidas pelas organizações operárias e dos trabalhadores em geral, no campo específico da instituição da previdência privada. Tal modelo previdenciário tem sido cultuado - pelo capital e por segmentos do trabalho - como "a" alternativa de vida à força de trabalho para o momento em que cessar sua capacidade laboriosa, conforme os parâmetros prescritos pelo modo de produção capitalista, no tempo presente. O desvelamento das determinações para a transição de uma previdência social, pública e pautada na solidariedade de classe à previdência privada - na qual incluímos também os fundos de pensão - individualista e mercável, tem sua inteligibilidade revelada no estudo do desenvolvimento do capital financeiro. Dito de diferente modo, a afirmativa aqui proposta busca na compreensão do atual estágio da acumulação capitalista - dos monopólios e de domínio do capital financeiro - as razões para o crescimento da previdência privada e de suas assunção e defesa pelas organizações operárias e pelos movimentos dos trabalhadores em geral. Assim, a explicação da adoção da lógica da previdência privada não pode ser buscada em si mesma, senão nas próprias formas de lutas, resistências, pactos e subordinações entabuladas pelo capital e pelo trabalho em dado momento do desenvolvimento do capitalismo. Todavia, ao estudo da previdência privada e ao de sua adoção por importantes segmentos do trabalho em todo o mundo, há que se conjugar o exame da lógica neoliberal para o Estado e para a totalidade da vida social.²

¹ Docente e doutoranda na Escola de Serviço Social da UFRJ. sgranemann@uol.com.br

² Tais conexões serão levadas a termo em nossa tese de doutorado. Por razões evidentes, não há como explorar em profundidade todos os matizes da discussão no espaço deste artigo.

Assim, ver-se-á, ao tomar-se em análise as particularidades do desenvolvimento da previdência privada no Brasil, que dentre as políticas públicas mais atingidas pelas reformas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso, ocupam importante espaço os ataques e os efetivos desmontes realizados no âmbito da Previdência Social³. As ações empreendidas contra a política de previdência social carregam um duplo sentido: político e econômico. Político porque ao fragmentar os interesses e a luta de classes pela instituição de previdência privada e/ou complementar - no segundo caso, através dos fundos de pensão - quebra-se a solidariedade de classe do operariado, patrimônio duramente construído em pelo menos dois séculos de lutas em todo o mundo. Econômico porquanto abre ao capital financeiro - em suas variantes nacional e internacional - novos espaços para a acumulação. Como resultante deste brutal processo, capitaneado pelos interesses do capital financeiro mundial, vêem-se as organizações operárias curvarem-se aos traços mais emblemáticos da ciranda financeira, a ponto de capacitarem-se, trabalhadores e sindicalistas, para a gerência financeiro-bolsista dos montantes acumulados pelos fundos de pensão.

Porém, na história do movimento operário - ao contrário da direção majoritária por previdência privada, presente nas organizações dos trabalhadores, em todo o mundo, nos dias que correm - a referência da luta por previdência pública e regulamentação das condições de trabalho e as respectivas conquistas dos trabalhadores foram sempre aclamadas, tal qual em Marx, "como uma vitória da economia política do trabalho sobre a economia política do capital".

II - DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA À PREVIDÊNCIA FINANCEIRIZADA: A 'SOLIDARIEDADE' CONTABILIZA LUCROS.

É assente na literatura crítica sobre a gênese dos sistemas previdenciários no mundo, terem eles surgido como uma iniciativa do trabalho para, coletiva e solidariamente, encontrar saídas às péssimas condições de vida e de trabalho impostas pelo capital aos proprietários da força de trabalho. Basta para isso deitar um olhar à história do movimento operário nos últimos trinta anos do século XIX, quando, no

³ As estratégias de depreciação da Previdência Social, aliadas ao enorme sucateamento dos serviços oferecidos à população brasileira foram ingredientes utilizados à larga pelos governos do país e com especial empenho pelos governantes da década de 90. Além da Previdência Social, também o serviço público e os seus servidores sofreram campanhas de desmoralização, especialmente empreendidas pela mídia e pelos discursos propagandistas dos governantes, quando foram responsabilizados até mesmo pelo endividamento estatal e miséria social de significativos contingentes da força de trabalho no país. Para além do pensamento ideológico dos técnicos do capital presentes nos governos, parece-nos, para dizer o mínimo, curiosa a relação que pode ser estabelecida entre a privatização da previdência, os ataques aos servidores e a constituição de um promissor mercado de previdência privada para estes mesmos funcionários públicos.

calor das lutas operárias, especialmente as protagonizadas pelo proletariado francês, dentre as quais a mais marcante continua a ser a Comuna de Paris, o operariado mostrou ao mundo a sua identidade de classe.

Assim, no âmbito da luta operária contra o capital, parece ser correto afirmar que os sistemas de proteção e especialmente os direitos previdenciários públicos sempre estiveram em forte compasso com os rumos do trabalho e de seus movimentos organizados. Pensá-los de forma autônoma, isto é, desconectar os reverses sofridos pelos trabalhadores no plano dos direitos do trabalho dos rumos imprimidos ao trabalho pelo atual estágio do desenvolvimento capitalista, corresponderia a realizar uma análise fragmentada de uma totalidade social que somente encontra sentido quando analisada para além da aparência recortada com que se apresenta sob o capitalismo. Afirma-se então, que uma previdência forte, igualitária e pública é simétrica a uma organização de classe forte. Da mesma forma, a destruição de sistemas públicos e universalistas é coeva à construção de sistemas privados de proteção, seletivos e particularistas e, portanto, dirigidos a grupos ou categorias de trabalhadores, corresponde a um momento de fragmentação dos interesses e das lutas de classe. Estas saídas particularistas e corporativas ao extremo, tipificam as ideologias de "concertação" e de "soluções políticas" implementadas pelo capital, nos últimos trinta anos, com o fito de combalir as organizações operárias e de trabalhadores nos seus conteúdos mais essenciais, de que são exemplos as lutas contra a propriedade privada e contra a exploração do trabalho.

Sugeriu-se acima que na análise da acumulação capitalista sob o domínio do capital financeiro encontram-se as razões fundantes da fragmentação da luta de classes. Entretanto, como este fenômeno não é algo propriamente original e observável apenas neste estágio do desenvolvimento do modo capitalista de produção, posto detectar-se sua manifestação em outros momentos do desenvolvimento do capitalismo, trata-se de uma das determinações presentes nas relações desenvolvidas entre capital e trabalho. O novo é a profundidade alcançada pela fragmentação das lutas de classe e pelo nível de invasão da lógica do capital na lógica do trabalho.

Assim, parece correto indicar que sob o capital financeiro a 'questão social' tem sua 'resposta' na mercantilização e na metamorfose das políticas públicas em políticas privadas, das quais a constituição da previdência privada é paradigmática. Dito de modo diverso, afirma-se a própria 'questão social' como espaço de valorização do capital financeiro

ao transformar-se a identidade de classe construída pelo trabalho em seu contrário, isto é, a solidariedade de classe transmuta-se em direito do consumidor, portanto individual, que comprou determinado plano previdenciário em um banco ou seguradora. Mesmo ao considerar-se a lógica presente nos fundos de pensão, o máximo alcançável por uma dada categoria é a extensão de um dado direito - talvez de consumidor - para os limites daquela mesma categoria de trabalhadores.

Ao tomar-se em estudo a lógica dos fundos de pensão vê-se como o trabalho, ao lutar de modo atomizado e corporativo, além de reforçar as bases político-ideológicas do capital e prostrá-lo em sua luta pela superação do modo capitalista de produção, transforma-se em um agente capitalista - proprietário de capital-dinheiro - financiador da produção e, por extensão, da exploração do trabalho.

O conhecimento profundo da realidade sempre foi, para a Teoria Social de Marx e seus herdeiros, a condição primeira à transformação social. A superação da vida social própria do capitalismo, por evidentes razões, somente ocorrerá se o operariado e seus aliados protagonizarem-na como a única classe social capaz de opor-se à dos proprietários, a burguesia. Entretanto, vários pensadores, no seio da tradição marxista, preocuparam-se e preocupam-se com a propagação das ideologias burguesas no interior do movimento operário e da tradição revolucionária.

Para Lênin, o grande revolucionário do século XX, não escapava que os aprofundamentos da degradação das relações de solidariedade e dos fenômenos de reformismo e chauvinismo, que impregnavam a consciência de segmentos de classe no interior do movimento operário, eram conseqüências do estágio monopolista do capitalismo. Conhecê-los - ao capitalismo e ao fenômeno de os operários tornarem-se agentes da burguesia - uma tarefa urgente e de igual importância para o movimento comunista. Aos operários aburguesados e subornados com os superlucros, Lênin os indicará para um lugar e uma função precisas: são os **'agentes da burguesia'** porque se constituíram no principal **'apoio social (não militar)'** daquela classe no aprofundamento do modo capitalista de produção. A razão precisa Lênin a indicará:

"É evidente que tão gigantesco superlucro (visto ser obtido para além do lucro que os capitalistas extraem aos operários do seu 'próprio' país) permite subornar os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária. Os capitalistas dos países 'avançados' subornam-nos efectivamente, e fazem-no de mil e uma maneiras, directas e indirectas, abertas e ocultas" (Lênin; 1986: 585).

A previdência privada em geral e os fundos de pensão⁴ em particular, são hoje no mundo, os responsáveis centrais - talvez até os mais importantes - pela realização de dois grandes movimentos da acumulação capitalista: a centralização dos capitais e a financeirização da riqueza⁵. Todavia, somados os montantes dos fundos de pensão ou das previdências complementares fechadas em todo o mundo, ver-se-á uma gigantesca soma de recursos que, em escala global, corresponde a algo em torno de 17 trilhões de dólares.

Mas, de que modo estes recursos têm servido para a realização daqueles dois movimentos do capital citados anteriormente? A resposta é tão simples quanto assustadora: nos EUA 45% dos recursos movimentados na bolsa de valores são provenientes dos fundos de pensão. Para o nosso país, segundo especialista no assunto, o papel dos fundos de pensão não é diferente. Diz Rabelo,

"Talvez o grande desafio dos fundos de pensão em países como o Brasil, em termos de melhorar a gestão dos grupos econômicos nacionais, será forçar a diluição da propriedade destes grupos, possibilitando estruturas de governança melhor adaptadas a estratégias de crescimento" (Rabelo; 1997:45).

Todavia, linhas adiante, o autor é lapidar ao revelar:

"O papel dos fundos de pensão certamente será fundamental para consolidar a nova estrutura de propriedade e controle que vai se desenhando com o processo de privatização em vários países da Europa e América Latina. A presença de fundos capitalizados pode facilitar bastante o processo de privatização, como bem ilustram os casos do Chile e do Brasil (...)" (Rabelo; 1997:45).

Conhecida a lógica - inegavelmente, a do capital - constitutiva dos fundos de pensão e da previdência privada, parece correto notar à guisa de síntese: estes mecanismos são imprescindíveis à realização das leis da acumulação capitalista nos dias atuais. Igualmente indispensável para a dominação do capital financeiro é os trabalhadores - além das "concertação" e "soluções políticas" (Alves; 2000), para os conflitos e

⁴ Atualmente, assim denominam-se os sistemas previdenciários de determinados segmentos ou de trabalhadores de uma dada indústria ou empresa

⁵ Na impossibilidade de, neste momento, desenvolver uma comparação mais aprofundada sobre o patrimônio dos Fundos de Pensão, a Previdência Privada em geral e o PIB dos respectivos países, ainda assim parece importante salientar: nos EUA, os fundos detêm um patrimônio de US\$ 5 trilhões, aproximadamente 65% de seu PIB; na Inglaterra, o patrimônio dos fundos de pensão é de cerca de 800 bilhões de dólares e corresponde a 70% do PIB do país; na Holanda, o patrimônio é de 332 bilhões de dólares, superior ao PIB em 13%; no Brasil, o montante de recursos patrimoniais dos fundos de pensão atinge a casa de 145 bilhões de reais, ou aproximadamente 15% do PIB brasileiro. Ademais, o montante total do patrimônio dos Fundos de Pensão e da Previdência Privada sediados num dado país nada diz sobre a sua aplicação no próprio país, pois, freqüentemente, é investido no mundo todo.

antagonismos de classe - promoverem com suas contribuições salariais - o trabalhador desconta do salário um percentual para a formação dos recursos dos fundos de pensão - montantes responsáveis pelo incremento da produção de mais valia e da privatização dos complexos construídos com recursos públicos, dos quais - conforme já se viu - o Brasil e o Chile já são tomados como casos emblemáticos. A razão para ocuparem tal posição deve-se ao profundo comprometimento dos fundos de pensão destes países com os processos de privatização das estatais e com o realinhamento de propriedade realizados. Privatizações consumadas não sem terem deixado pelo caminho um rastro de suspeitas de corrupção, de falcatruas e de assalto ao patrimônio público como em raras vezes se viu na história das modernas nações e que, apesar das esparsas notícias na imprensa, ainda não estão esclarecidas suficientemente.

De acordo com tal lógica, cabe agora, ao trabalhador - "proprietário" de um dado fundo de pensão, eufemisticamente denominado participante - gerar "recursos" e "apostar" em ações mais rentáveis no eletrizante jogo das bolsas e do capital especulativo. Realiza-se assim a exploração do trabalhador pelo próprio trabalhador, porquanto ao aumentarem as ações em bolsas de valores e o capital financeiro emprestar capital-dinheiro a juros, incrementa-se a geração de mais valia.

A solidariedade e os interesses de classe, ao pautarem-se sindicatos e centrais sindicais por semelhante razão, são substituídos pelo instrumentalismo do interesse imediato e pelo corporativismo das reivindicações e ganhos rápidos de uma dada categoria profissional. Além disso, conforme já o anotava Lênin, há dinheiro em quantidades suficientes para a realização da compra das consciências de muitos dirigentes operários e de trabalhadores.

Assim, é de tal modo estranho perceber-se as fundas raízes que estas concepções apresentam no movimento sindical brasileiro, mormente na Central Única dos Trabalhadores - a única central brasileira a nascer sob a inspiração do pensamento socialista - que, por vezes, parecem ter os movimentos operários e de trabalhadores assumido inteiramente a lógica do capital.

A linguagem empresarial - ou melhor, mercadológica e mercantilista - aplicada à análise da previdência social encontra sua *raison d'être* nos documentos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Neles, a previdência complementar, fechada ou aberta, guarda importância central para a financeirização do capital, ou dito de outro modo, como aglutinadora de monumentais quantidades de

recursos postos sob o domínio da especulação e da expansão imperialista do capital dos grandes centros econômico-financeiros.

Parece-nos ser esta uma instigante possibilidade para explicar o que se processou no âmbito da luta por direitos do trabalho, especialmente pelos direitos previdenciários⁶, no Brasil, a partir da Reforma Constitucional de 1998: o desmonte da Previdência Pública como uma das ações fundamentais para a execução dos receituários propostos pelas agências multilaterais, notadamente a do Fundo Monetário Internacional e a do Banco Mundial, para constituir os espaços surgidos e deixados pela retração da previdência social, como um dos mais profícuos para a acumulação do capital nos tempos atuais. A Reforma da Previdência é parte importante da política de destruição dos direitos sociais públicos e da construção de um Estado Mínimo que, em nosso país, teve início nos anos 90 do século XX, com o Governo de Fernando Collor de Melo e aprofundou-se com o de Fernando Henrique Cardoso. Estas reformas, mais além de apoiarem-se no irrestrito espaço aberto aos bancos, as seguradoras e ao capital especulativo em geral, fazem ingressar a lógica do capital no âmbito da lógica do trabalho. Dito de outro modo, a Reforma da Previdência fez crescer entre os trabalhadores e também no seio da Central Única dos Trabalhadores, a fragmentação da defesa dos direitos previdenciários. Assim, a previdência para os trabalhadores divide-se agora em: Pública, para os mais acentuadamente vitimados pelo pauperismo na pirâmide do mercado de trabalho ou aos que sequer tem acesso a ele; e Privada, para os assalariados melhor alocados na estrutura sócio-econômica brasileira. Nesta medida, a saída - sob nosso ponto de vista, dramática - para os trabalhadores mais privilegiados tem sido aquela dos chamados Fundos de Pensão. Com este mecanismo rompe-se a solidariedade, valor fundante na construção histórica da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, e instala-se o circuito da exploração do capital no seio das diversas categorias de trabalhadores ao substituírem-se as lutas e organizações de classe pela administração do capital-dinheiro. Isto ocorre porque os fundos de pensão vinculam a solidez e a estabilidade do sistema de aposentadoria à continuidade da exploração, numa autêntica chantagem de classe⁷. Há ainda o fortalecimento da ideologia liberal - a cada um e de cada um de acordo com as suas capacidades, cada um é responsável pela sua aposentadoria, a solidariedade entre as gerações é substituída pelos juros

⁶ Ver texto de Ana Elizabete Mota (1995), intitulado *Cultura da Crise e Seguridade Social - Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*.

⁷ Devo ao meu amigo e companheiro de lutas, professor José Miguel Bendrao Saldanha, estas oportunas expressões e idéias. Como de hábito, a responsabilidade pelo seu uso é toda minha.

do mercado financeiro, como se o capital produzisse juros como a pereira dá pêras. Para dizer de outra maneira, os trabalhadores de determinado fundo de pensão devem aplicar seus recursos para a aposentadoria naquelas ações mais lucrativas e nos empreendimentos considerados mais sólidos. E, mais lucrativas serão as ações das empresas que potencializarem a extração de mais-valia de seus trabalhadores.

Em seu último Congresso, a Central Única dos Trabalhadores - através de sua corrente majoritária e direção nacional - textualmente propôs:

“Nosso posicionamento deve se pautar pela defesa de um modelo de fundos de pensão administrados pelos trabalhadores, aposentados e empresários de forma paritária, nos quais as aplicações desses recursos, para as futuras aposentadorias dos trabalhadores, estejam voltadas para a geração de emprego e renda e que não dependam exclusivamente da ciranda financeira especulativa das bolsas de valores” (Cadernos 7º CONCURT; 2000:19) (grifos nossos).

Finalmente, a análise da proposta da CUT⁸ para a Seguridade Social brasileira evidencia a naturalização de uma tendência posta pelo capital financeiro para os trabalhadores de todo o planeta, presente na aceitação e assunção de um modelo que tem por premissa a utilização destes fundos para a geração de emprego e renda e que não dependam exclusivamente da ciranda financeira, embora ela seja lateralmente admitida. Todavia, este não é um entendimento exclusivo da CUT. Concorda com a Cut o Banco Central, ao indicar, na Resolução nº 2109, de setembro de 1994, que os montantes aplicados em ações não devem exceder 50% do patrimônio total do fundo de pensão.

Ora, a menos que ocorra aqui um grave entendimento de leitura, o que se anuncia e se permite é o uso dos montantes de recursos dos trabalhadores - reservados de seus salários e para além da mais valia já entregue ao capital no ato da produção - para o financiamento da acumulação capitalista, pois neste modo de produção esta é a única forma de gerar ‘empregos e renda’. Mais grave ainda é supor que se pode tomar do caminho proposto pelo capital somente a “sua parte boa”, como se esta não fosse uma lógica que move o próprio modo de produção. Porém, em Lênin é bastante clara a afirmativa de que - ao contrário do que propuseram e propõem alguns dos célebres reformistas do capital - sob o capitalismo não há espaço para a humanização e a

⁸ O 7º CONCURT realizou-se em Serra Negra/São Paulo, entre os dias 15 e 19 de agosto de 2000. O fragmento citado compõe o Texto Base da Direção Nacional, no título: *A reestruturação neoliberal da seguridade social*.

fruição da vida social, não há espaço para a satisfação das necessidades da força de trabalho. Lamentavelmente, a debilitação político-ideológica da perspectiva de classe coloca em cena esdrúxulas possibilidades como as de um “capitalismo de cabelos brancos” ou de um “capitalismo dos trabalhadores” vale dizer, de aposentados e de ‘trabalhadores da ativa’ interessados nos rodopios das ações nas bolsas de valores mundiais e nos empreendimentos mais lucrativos do capital financeiro. Certamente, ações como estas deformam indelevelmente a tradição revolucionária que o movimento operário forjou ao longo destes séculos de capitalismo.

Contudo, conforme já o afirmamos acima, há que se conhecer a lógica e aprofundar a análise para desvelar a razão de uma tal orientação política estranha ao mundo do trabalho - porquanto reforçadora e em alguma medida financiadora do capital - ser assumida pelas categorias mais bem remuneradas dos trabalhadores e muito especialmente por seus representantes.

Em tal sentido, a compreensão do tempo presente da acumulação capitalista, o estudo dos movimentos do capital e também das alternativas de organização e de luta assumidas pelos operários e pelos trabalhadores em geral, impõe-se como determinação necessária para a realização da análise da particularidade, do estudo concreto de uma situação concreta: a relação entre trabalho e previdência privada. Na análise dos rumos do capital buscar-se-á sistematizar a categoria capital financeiro por ser, ao menos em nosso entendimento⁹, a expressão mais complexa do desenvolvimento capitalista nos dias que correm.

III- ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: A CATEGORIA CAPITAL FINANCEIRO EM MARX E LÊNIN.

A trajetória percorrida pelo fenômeno real - o desenvolvimento capitalista na atualidade - encontra na categoria capital financeiro a síntese mais carregada de determinações para a explicação da concreta situação - trabalho e previdência privada - tomada como a preocupação deste texto. No trabalho de compreender os movimentos do capital financeiro, privilegiar-se-á as observações construídas no âmbito da teoria social de Karl Marx e em Lênin, no último, especialmente as do *Imperialismo - fase superior do capitalismo*.

⁹ Certamente este entendimento foi produzido a partir do exame de algumas obras. Citar-se-á aqui algumas tornadas clássicas à discussão; ver em especial: *O Capital* de Karl Marx, Livro 3. *O Imperialismo - fase superior do capitalismo*, de Lênin e *A era do imperialismo*, de Harry Magdoff.

Em Marx, as formulações mais amadurecidas sobre o capital financeiro estão estabelecidas no volume 5¹⁰, Livro 3 de *O Capital*. Ao estudá-lo, pode-se descobrir ali que, no processo de circulação dos capitais industrial e comercial, o dinheiro desenvolve movimentos “*puramente técnicos*”. Todavia, os movimentos puramente técnicos exigidos ao dinheiro somente ocorrem quando um determinado modo de produção já atingiu o desenvolvimento de um certo grau de complexidade das relações de produção e das exigências de atendimento às necessidades sociais. Então, o alcance de um tal grau de desenvolvimento das relações de produção leva o capital financeiro – a exemplo do que ocorreu com o capital comercial – a constituir-se em uma forma de capital com “*particularidades características*” e a conformar e a ocupar um determinado lugar na divisão social e técnica do trabalho, no modo de produção capitalista. Marx explica-lhe a origem do seguinte modo:

“Esses movimentos – ao se tornarem função autônoma de um capital particular que os executa, como operações peculiares, e nada mais faz além disso – transformam esse capital em capital financeiro. Parte do capital industrial, e também do capital comercial, na forma dinheiro, existiria sempre não só como capital-dinheiro em geral, mas como capital-dinheiro empenhado apenas nessas funções técnicas. Da totalidade do capital destaca-se e se torna autônoma determinada parte, na forma de capital-dinheiro, tendo a função capitalista de efetuar com exclusividade essas operações para toda a classe dos capitalistas industriais e comerciais. Como se dá com o capital comercial, parte do capital industrial existente no processo de circulação na figura de capital-dinheiro se destaca e executa essas operações do processo de reprodução para todo o capital restante. Os movimentos desse capital-dinheiro portanto são, por outro lado, movimentos apenas de parte que se tornou autônoma do capital industrial empenhado no processo de reprodução”. (Marx; 1985:364). (sublinhados adicionados).

Ao constituir-se o capital financeiro com uma forma particular de capital com existência autônoma da totalidade do capital, exigirá também a constituição de uma fração da classe capitalista, especial e exclusivamente, dedicada a este negócio. À fração de classe especializada em mercadejar com o dinheiro denominar-se-á banqueiro. A ela caberá

constituir e organizar as especializadas e aperfeiçoadas condições de trabalho que esse ramo exige, em razão de exercer um negócio para o conjunto dos capitalistas.

Marx enfatiza, ao tratar do capital financeiro, as profundas diferenças entre as demandas a ele colocadas sob o capitalismo e às de outrora – por ser sua existência antediluviana – quando este modo de produção ainda não fora constituído. Sob o capitalismo, algumas das antigas funções são preservadas e muitas outras são agregadas. Porém, não são as novas atribuições que explicarão o capital financeiro e sim, a necessidade da totalidade do modo de produção e, muito especialmente, àquelas postas pelo capital industrial. Conforme em Marx,

“(...) vimos que se concentraram nas mãos dos banqueiros a guarda dos fundos de reserva dos homens de negócios, as operações técnicas de receber dinheiro e pagar, as de efetuar pagamentos internacionais e em consequência o comércio de barras de ouro ou prata. Ligado a esse comércio de dinheiro desenvolve-se o outro aspecto do sistema de crédito, a administração do capital produtor de juros ou do capital-dinheiro como função particular dos banqueiros. Tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se negócio especial deles São os intermediários entre o verdadeiro emprestador e o prestatário de capital-dinheiro. De modo geral, o negócio bancário, sob esse aspecto, consiste em concentrar grandes massas de capital-dinheiro emprestável, e assim, em vez do prestamista isolado, os banqueiros, representando todos os prestamistas, se confrontam com os capitalistas industriais e comerciais. Tornam-se os administradores gerais do capital-dinheiro. Além disso, concentram todos os prestatários perante todos os prestamistas, ao tomarem emprestado para todo o mundo comercial. Um banco representa, de um lado, a centralização do capital-dinheiro, dos emprestadores, e, do outro, a dos prestatários. Em geral, seu lucro consiste em tomar emprestado a juro mais baixo que aquele a que empresta”. (Marx; 1985:463). (sublinhados adicionados).

Assim, para Marx, o ponto diferencial do capital financeiro no modo capitalista de produção é alcançado quando ao comércio de dinheiro – para além das suas demais funções técnicas serem preservadas – adiciona-se uma nova função técnica: administrar o capital produtor de juros ou, para dizer de forma diferente, emprestar, tomar emprestado e negociar com o crédito.

¹⁰ Sobre este volume disse Engels, seu editor: “A maior dificuldade encontrei na parte quinta, que trata da matéria mais complexa do livro” (Marx, 1987: 07).

Ademais, Marx ao sinalizar, em fins de 1860¹¹, que o banco representa a centralização do capital-dinheiro, talvez, ainda não pudesse medir em toda a extensão a antecipação que realizava, pois a centralização como fenômeno largamente desenvolvido pelos bancos e indústrias somente imprimiria uma nova fase ao capitalismo muito mais tarde, vale dizer, na transição do século XIX ao XX¹².

Lênin, como Marx, preocupou-se em desvelar as

“particularidades mais características do capitalismo” de seu tempo. E elas indicavam um “enorme incremento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores”. (Lênin; 1986: 586).

A agudização destas particularidades levou ao trânsito da concorrência ao monopólio e, na vigência dos monopólios, o movimento do capital industrial pode ser sintetizado em três grandes traços:

1. o gigantesco incremento industrial e o processo de concentração da produção em grandes empresas;
2. a combinação¹³, ou reunião, numa só empresa de diferentes ramos da indústria;
3. a organização industrial e dos capitalistas em cartéis, trustes e sindicatos.

O resultado da associação destes três traços não gera uma situação nova em termos de alteração do eixo do modo capitalista de produção, no qual a uma produção cada vez mais socializada corresponde a uma apropriação privada da riqueza produzida pelos homens. Todavia, o aprofundamento deste ‘produto’ do modo de produção capitalista faz desencadear uma enorme socialização da produção, ao lado de uma brutal apropriação da riqueza concentrada

¹¹ É largamente conhecido o fato de que Marx somente viu publicar, em 1867, o Livro I de sua obra máxima, O Capital. Sabe-se também que seu fiel colaborador - Engels - encarregou-se da organização e publicação dos Livros II e III daquela obra. Karl Marx trabalhou, já doente, nos dois últimos livros de O Capital até que a morte lhe colheu em 1883. Engels publicou-os em 1885 (Livro II) e em 1894 (Livro III).

¹² Sobre o correto entendimento da transição da concorrência aos monopólios, indica-o Lênin: *“Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo”* (Lênin; 1986: 591).

¹³ Neste ponto, ao buscar a inteligibilidade da categoria combinação, Lênin recorre aos acertos de Hilferding, conforme o texto: *“A combinação - diz Hilferding - nivela as diferenças de conjuntura e garante, portanto, à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar, a combinação conduz à eliminação do comércio. Em terceiro lugar, permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas ‘simples’ (isto é, não combinadas). Em quarto lugar, fortalece a posição da empresa combinada relativamente à ‘simples’, reforça-a na luta de concorrência durante as fortes depressões (dificuldades nos negócios, crise), quando os preços das matérias-primas descem menos do que os preços dos artigos manufacturados”.* (Lênin; 2000: 588).

cada vez mais sob o comando de um número menor de capitalistas, que se alçam em transformar todo o globo em território de suas empresas. Porém, em Lênin, de resto como em Marx, havia que se entender o papel dos bancos, ao lado dos novos traços encontrados na indústria, para capturar a tipicidade do imperialismo. Seu entendimento a respeito dos bancos é assim manifesto:

“A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é a de intermediários nos pagamentos. É assim que eles convertem o capital-dinheiro inactivo em capital activo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda a espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista.

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onnipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista, e por isso devemos deter-nos em primeiro lugar na concentração bancária” (Lênin; 1986: 597). (Sublinhados adicionados).

Observa-se, através dos estudos complementares de Lênin ao disposto em Marx, a ocorrência de uma especialização dos bancos no que se refere ao desenvolvimento de suas ‘funções puramente técnicas’. Em Marx, a administração do capital produtor de juros - como um aspecto do sistema de crédito - ainda não havia alcançado a centralidade atingida sob a época de Lênin: a operação fundamental de intermediar pagamentos tem por objetivos captar e transformar o capital-dinheiro inativo em capital que rende juro.

Todavia, se os novos traços da indústria e dos bancos sinalizam, inequivocamente, a também nova movimentação da totalidade do capital, há ainda que se precisar a compreensão leniniana da categoria capital financeiro. Para Lênin,

“...o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais...” (Lênin; 1986: 641).

Aqui, outro aprofundamento posto pelo real: se em Marx já há a identificação de uma tendência - quando do estudo da concentração resultante da constituição das sociedades por ações - de que os bancos e as indústrias entabulam uma possível aproximação, Lênin pode assistir - e, sobretudo, lutar para superar as condições postas à vida social decorrentes de tal fase do capitalismo - a completa realização da fusão entre os grandes bancos monopolistas e as associações monopolistas de indústrias.

Finalmente, há para considerar-se que, na ampla e diversificada literatura sobre a 'globalização' - acumulada especialmente nas duas últimas décadas do século XX, em todo o mundo e de igual modo no Brasil, não é raro encontrar-se a razão - explícita ou implicitamente afirmada - de tão abundante produção: analisar o desenvolvimento do capitalismo na atualidade. Entretanto, poder-se-ia objetar que dentre estas numerosas publicações muitas carregam em suas formulações a marca ideológica dos discursos explicativos produzidos pelas potências econômico-financeiras e por seus organismos multilaterais. De outro lado, encontrar-se-á sérios esforços para atribuir sentido analítico aos processos sociais sintetizados no conceito 'globalização'. Todavia, será legítimo suspeitar de uma 'categoria analítica' que ao mesmo tempo tudo expressa e nada faz conhecer em profundidade e quando os mais variados assuntos e fenômenos são justificados na e pela globalização. Assim foi que o esforço inicial, aqui empreendido, impôs, como ponto de partida assumido neste texto, o resgate de categorias clássicas da tradição marxista para a investigação, também inicial, dos fenômenos aludidos em teorizações a respeito da 'globalização'; vale dizer, a globalização e os processos por ela egendrados deverão submeter-se à análise pela lente de categorias com maior solidez analítica, como por exemplo, a do capital financeiro e a dos monopólios. Como tais formulações ainda nos ensinam o fundamental da realidade e como o esforço de toda a pesquisa deve encaminhar-se no sentido de apreender a realidade para transformá-la, operar com categorias fiéis à realidade é tarefa imprescindível para os que não consideram a história humana acabada, pois, como brilhantemente sintetizou Marx, "As categorias são formas de ser, determinações da existência".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, Giovanni. (2000). *O novo (e precário) mundo do trabalho - reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo. Boitempo, setembro.
- DIAS, Edmundo Fernandes. (1999). *A liberdade (im) possível na ordem do capital - reestruturação produtiva e passivização*. Campinas. IFCH/UNICAMP, nº 29, setembro.
- DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. (1988). Editado por BOTTOMORE, Tom. RJ. Jorge Zahar Editor Ltda.
- CHESNAIS, François. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo. _____ . (org.). (1998). *A mundialização financeira - gênese, custos e riscos*. São Paulo. Xamã.
- GOUNET, Thomas. (1999). *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo. Boitempo, outubro.
- HARVEY, David. (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo. Loyola.
- JAMESON, Fredric. (1996). *A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo. Ática.
- LENINE, V. I. (1986). *O Imperialismo - Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo. Alfa- Omega.
- MAGDOFF, Harry. (1978). *A era do imperialismo*. São Paulo. Hucitec.
- MANDEL, Ernest. (1982). *O Capitalismo Tardio*. SP. Abril Cultural, (Os Economistas).
- MARX, Karl. (1988). *O Capital*. Livro 1 - *O Processo de Produção do Capital*. Vol. I. SP. Difel.
- _____. (1985). *O Capital*. Livro 3 *O Processo Global de Produção Capitalista*. Vols. IV, V e VI. SP. Difel.
- _____. (1985a). *O Capital*. Livro 4 - *Teorias da Mais-Valia*. Vol. III. SP. Difel.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederich. (s/d) Manifesto do Partido Comunista *in Karl Marx e Frederich Engels - Textos*. SP. Vol. III, Edições Sociais.
- MOTA, Ana Elizabete. (1995). *Cultura da crise e seguridade social - Um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo, Cortez.
- RABELO, Flávio Marcílio. (1997). Fundos de pensão, mercados de capitais e corporate governance - lições para os mercados emergentes *in Fundos de pensão - novo fator de desenvolvimento da América Latina*. São Paulo. UNICAMP/ABRAPP/Programa Bolívar.
- 7º CONCURTO. (2000). *Texto Base da Direção Nacional*. Serra Negra/São Paulo, 15 a 19 de agosto.

RELAÇÕES ENTRE PROCESSO DE TRABALHO E SUBJETIVIDADE: UM TEMA EM QUESTÃO

Adriana Fonseca de Azevedo¹

O artigo em pauta pretende cotejar determinadas interpretações sobre o conceito geral de processo de trabalho em Marx, destacando os aspectos objetivos e subjetivos do trabalho para, em seguida, inferir algumas considerações sobre a subjetividade do trabalhador na atualidade.

Apesar de alguns autores sustentarem a idéia de que o conceito geral de processo de trabalho, em Marx, é anacrônico e insatisfatório para compreensão dos fenômenos empíricos recentes, a análise marxiana sobre a natureza do processo de trabalho sob o regime capitalista de produção é de fundamental importância para a identificação do funcionamento de qualquer modo de produção.

Marx opera com um conceito de processo de trabalho em termos das forças produtivas e das relações sociais que as personificam. Na perspectiva marxiana, força de trabalho se refere à "capacidade humana de executar trabalho", ou seja, diz respeito ao poder do homem de transformar a natureza; e relações de produção referem-se à organização social e as implicações sociais da produção. Trata-se de dois aspectos do mesmo processo de trabalho.

Com base nesse princípio, o processo de trabalho é concebido enquanto uma unidade entre forças produtivas e relações sociais. A forma como está organizado o sistema capitalista gera uma série de tensões entre essas duas dimensões da produção.

Depois da morte de Marx, o debate em torno das mudanças na estrutura ocupacional e industrial da população trabalhadora foi praticamente esquecido na tradição marxista. Braverman, com a publicação de *Trabalho e Capital Monopolista*, em 1974, vai atualizar o pensamento de Marx, abordando as modificações ocorridas nos processos de trabalho no século XX e a evolução e transformação da gerência científica e da tecnologia, para atender às exigências da empresa moderna.

¹ Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Doutoranda da Pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na concepção de Braverman (1987),

“os marxistas impressionados talvez, e até aterrados pela imensa produtividade do processo de trabalho, perplexos ante a crescente complicação científica, participando das lutas de trabalhadores por melhorias salariais, jornadas e condições de trabalho, adaptaram-se à maneira de ver a fábrica como uma inevitável mas aperfeiçoável forma de organização do trabalho” (Braverman, 1987: 21).

A fim de contribuir para o debate, Braverman vai se debruçar longamente sobre o estudo do desenvolvimento dos processos de produção e dos processos de trabalho em geral na sociedade capitalista, ou seja,

“a maneira pela qual os processos de trabalho são organizados e executados, como produto das relações sociais que conhecemos como capitalistas” (Braverman, 1987: 29).

O seu foco de análise é a organização e administração do trabalho nas formas que ele assume na sociedade capitalista, considerando a tecnologia e a maquinaria, de um lado, e as relações sociais, por outro lado. Contudo, na introdução de seu livro, Braverman adverte que não tratará

“do estudo da moderna classe trabalhadora no nível de sua consciência, organização ou atividades. Este livro trata da classe trabalhadora como classe em si mesma, e não como classe para si mesma. Entendo que para muitos leitores omiti a parte mais importante desse tema. (...) O que é necessário antes de tudo é um quadro da classe trabalhadora tal qual existe, com a forma dada a população trabalhadora pelo processo de acumulação do capital” (Braverman, 1987: 34).

A partir dessas reflexões, o autor vai focar, em sua obra, determinados princípios essenciais concernentes ao modo de organização da produção de base taylorista, tais como o controle, por parte dos capitalistas e seus representantes, do modo concreto de execução de toda a atividade do trabalho, dissociando o processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores, separando as atividades ligadas à concepção (trabalho mental) das atividades vinculadas à execução (trabalho manual), e por último, utilizando o monopólio do conhecimento, para controlar cada fase do processo de trabalho e sua

execução, desqualificando o trabalhador. Tanto o problema do controle quanto a questão da desqualificação do trabalhador são pensados a partir da teoria marxista do valor.

Braverman parte do pressuposto de que, em cada geração, deve ser renovada a “habituação do trabalhador ao modo de produção capitalista”, ou seja, habituação às condições de emprego na firma capitalista. Segundo essa ótica, o capital tem necessidade de ajustar o trabalhador ao trabalho, de superar qualquer movimento de resistência dos trabalhadores em relação à intensificação do ritmo de trabalho imposto e de fazer com que os trabalhadores produzam os resultados desejados pela gerência.

O estudo de Braverman é uma referência obrigatória na literatura do trabalho, para qualquer analista que queira aprofundar a concepção original de Marx sobre processo de trabalho e entender o modo de organização do trabalho nas empresas modernas. Ele acreditava

“que a transformação do processo de trabalho, desde a sua base na tradição marxista até sua base na ciência, é não só inevitável para o progresso da humanidade e para a emancipação dela quanto a fome e outras necessidades” (Braverman, 1987: 17)

Contudo, por ser esta uma obra clássica sobre o assunto, suscita, na maioria das vezes, inúmeras críticas e comentários, entre autores marxistas e não marxistas. Para esses críticos, tanto Marx quanto Braverman trataram os trabalhadores como “objetos” dominados pelo capital e subordinados a sua vontade. Nesse sentido, os dois autores teriam restringido o conteúdo objetivo da luta de classes no processo de relações produtivas, omitindo assim os aspectos subjetivos da mesma.

Com relação a essa polêmica não se pode deixar de citar Friedman, em sua obra *O trabalho em migalhas*, que sinaliza, antes mesmo da publicação da abordagem de Braverman sobre a gerência científica, a necessidade de se considerar a participação criativa dos trabalhadores no processo de trabalho

Diferentemente de Braverman, esse autor trabalha com a idéia de que “o homem é maior do que sua tarefa” e, portanto, a fragmentação do conjunto das operações industriais gera questões muito controversas. Na opinião de Friedman (1983), a parcelarização das tarefas diz respeito à grande maioria da população que trabalha nas empresas, nos escritórios e no campo e mesmo entre aqueles trabalhadores superqualificados.

A partir dessa compreensão, a tese de Braverman sobre a habituação do trabalhador às condições de trabalho penoso, evidenciando apenas o aspecto objetivo do trabalho, merece um outro nível de problematização. Hoje mais do que antes, faz-se necessário estudar o fator subjetivo do trabalho, que foi largamente esquecido. Com a nova configuração do trabalho, surge, cada vez mais, a necessidade de uma investigação das realidades industriais para compreender

“se através da habituação não se sancionam, ao menos em certos indivíduos cuja a tipologia estaria por definir, graves empobrecimentos ou alterações na personalidade” (Friedman, 1983:40).

Desse modo, a fragmentação e a repetição das tarefas causariam bastante sofrimento para os trabalhadores, impedindo os operários de atualizar um potencial de cooperação, de trabalho em equipe e de solidariedade. Utilizando as palavras de Friedman, “é preciso começar por colocar os trabalhadores numa relação criativa”, resistindo à coação e ampliando a liberdade de operar.

As questões apontadas por Friedman ganham uma dimensão extraordinária, considerando as novas formas de organização do trabalho nas quais a gerência se utiliza de estratégias de gestão baseadas num conceito de “autonomia responsável” para garantir a flexibilidade dos trabalhadores na esfera da produção. Importa sinalizar que as preocupações de Friedman sobre o processo de trabalho não ultrapassam os limites do capitalismo e, portanto, não têm a pretensão de se tornar um instrumento de emancipação da classe trabalhadora, como acreditava Braverman.

Na esteira de Friedman, Burawoy (1990), pautado numa leitura marxista, vai criticar Braverman por ter privilegiado, em sua análise, os aspectos objetivos do trabalho em detrimento do significado subjetivo, ideológico e político das lutas de classes, no interior das fábricas. Na percepção do autor, Braverman (1987) seria uma “vítima da ideologia taylorista”, porque a história mostra como a classe trabalhadora derrotou o taylorismo e obrigou os capitalistas a buscarem outros meios de controle, mais aceitáveis para os trabalhadores.

Burawoy afirma que a maioria dos estudos concernentes ao trabalho “não esclarecem a diferença entre o processo de trabalho, concebido como uma organização particular das tarefas, e os aparelhos políticos de produção” (Burawoy, 1990:32) Ao contrário de Braverman, que ignora os aparelhos políticos presentes no processo de trabalho e,

ao invés de Friedman, que encerra a sua análise no interior do processo de trabalho, Burawoy considera os aparelhos políticos de produção “como sendo analiticamente distintos e casualmente independentes do processo de trabalho” (Burawoy, 1987:32).

A idéia central que está presente no trabalho de Burawoy pode ser assim sintetizada: o processo de produção contém tanto elementos políticos e ideológicos quanto uma dimensão puramente econômica, ou seja, o processo de produção não se restringe ao processo de trabalho. De acordo com Burawoy, a produção inclui “aparelhos de regime fabril”, que teriam a finalidade de reproduzir as relações do processo de trabalho, através da regulação de conflitos.

A princípio, Burawoy se fundamenta na análise marxista da dinâmica e das tendências do capitalismo, resgatando a idéia de Marx da produção capitalista enquanto um regime despótico de política de produção, que o autor denomina de um “tipo particular de regime fabril”, ou despotismo de mercado. Nesse regime, “a regulação despótica do processo de trabalho é estabelecida pela coação econômica do mercado” (Burawoy, 1990:30) O autor caracteriza esse tipo de despotismo não pela noção de concorrência capitalista (Marx), não pelo problema da desqualificação (Braverman), mas “pela dependência operária em relação à classe patronal, pela vinculação da reprodução por meio de elos econômicos e extra-econômicos” (Burawoy, 1990:47). Sendo assim, o marxismo clássico estaria equivocado ao acreditar que os interesses de capitalistas e trabalhadores são irreconciliáveis.

O autor traça uma periodização do capitalismo e observa que os regimes despóticos dos primeiros anos (da época em que Marx escreveu a sua obra) vão sendo gradativamente substituídos por regimes hegemônicos nas quais o consenso prevalece mais do que a coerção. Nas condições atuais de organização do capitalismo avançado, o equilíbrio entre coerção e consenso será dado a partir de determinadas condições, que diferem de país para país e variam de acordo com a extensão dos programas previdenciários do Estado e a sua forma de intervir nos regimes fabris.

Burawoy afirma que “se os regimes despóticos se baseiam na unidade entre produção da força de trabalho e processo de produção e os hegemônicos em uma separação limitada, mas clara entre ambos, a natureza específica dos dois regimes varia segundo as formas de trabalho, da concorrência entre as empresas e da intervenção estatal. Dessa

maneira, a forma do regime despótico difere entre países de acordo com os seus padrões de proletarização" (Burawoy, 1990:32)

Seguindo o raciocínio do autor, a resolução dos conflitos e a determinação de novos padrões de cooperação, nesse novo tipo de despotismo, só pode ser resolvida pela intervenção estatal, estabelecendo salário social e limitando o arbítrio gerencial. Desse modo, o processo de trabalho deve ser compreendido não somente em termos de resistência e exploração, mas também em termos de geração de consentimento.

Burawoy define um conceito de política de produção e de seus aparelhos políticos, utilizando dois estudos de caso em duas fábricas (inglesa e norte americana), para especificar a forma assumida pela política, nos planos da produção e do Estado. Por fim, determina a emergência de novas formas de política de produção, no desenvolvimento do capitalismo recente. A partir de uma pesquisa em vários países, o autor conclui que

"as diferentes formas de intervenção do Estado são condicionadas pelos interesses e capacidades de classe, que se definem, primordialmente, no plano da produção. Sua dinâmica autônoma decorre das relações de produção e das forças produtivas que estabelecem a natureza do regime fabril e suas relações com o Estado" (Burawoy, 1990:47).

A tese apresentada no seu trabalho está centrada na vulnerabilidade coletiva dos trabalhadores à mobilidade nacional e internacional do capital, que levaria a um novo despotismo construído sobre os fundamentos do regime hegemônico. De acordo com Burawoy, não se trata da ressurreição do despotismo anterior e sim, da "tirania racional da mobilidade do capital sobre o trabalhador coletivo". Diz ele: o medo do trabalhador de ser despedido "é substituído pelo medo da fuga de capitais, do fechamento da fábrica, da transferência das operações e do desinvestimento na planta industrial" (Burawoy, 1990:48). Nesse sentido, não interessa explicar a resistência dos trabalhadores em relação às atividades de trabalho e sim, a não resistência ao capital por parte dos trabalhadores.

A partir de uma outra perspectiva de análise, claramente anti-marxista, Castro e Guimarães (1991) interpretam a obra de Burawoy e sintetizam o seu pensamento afirmando que:

"os horizontes de trabalhadores e capitalistas se encontram materialmente articulados pelo fato de que os interesses futuros dos trabalhadores, tais como organizados no modo da produção capitalista, dependem da produção do valor excedente" (Castro e Guimarães, 1991:45).

A extração desse valor excedente estaria "mascarada" de quatro formas distintas: a) o trabalhador é pago pela jornada de trabalho; b) o lucro se realiza no mercado; c) o lucro aparece como investimento de capital; d) a propriedade dos meios de produção não se confunde com a gestão do trabalho.

Os autores afirmam que Burawoy faz determinadas distinções analíticas e conceituais que merecem atenção: a primeira distinção "é chamar relações na produção às relações sociais estabelecidas no âmbito do processo de trabalho e ligadas à divisão social" (Castro e Guimarães, 1991:45). Dessa maneira, relações de produção estão associadas com relações de distribuição e consumo da mais-valia; a segunda distinção é feita entre processo de trabalho e aparatos políticos da produção; e, por último, o autor propõe o conceito de "regime fabril" para referir-se à forma geral da produção, que envolvia a política de produção e a política de Estado.

Na visão de Castro e Guimarães, "*Burawoy descortina uma dimensão do processo de trabalho para a qual o marxismo clássico havia se mostrado completamente carente de apetite analítico: a subjetividade do trabalhador*" (Castro e Guimarães, 1991:47) No entanto, os autores apresentam alguns impasses do pensamento de Burawoy, afirmando que "ao sustentar o cerne da sua interpretação no recurso à lógica funcional, Burawoy não faz juízo à riqueza das suas próprias evidências, fartas em indicar que o consentimento é sempre necessário à extração de sobretrabalho, por variado que seja o fetiche (o mercado, as relações familiares, étnicas ou de gênero) (Castro e Guimarães, 1991:47) A recusa, feita a Burawoy, incide no fato de que o autor tenta isolar do processo de trabalho determinados fatores externos à produção, como, por exemplo: raça, família ou educação. Da mesma forma, a noção de "aparatos de produção" também implica o recurso a explicações de tipo funcional.

Castro e Guimarães admitem que a abordagem de Burawoy teve sucesso ao ressaltar o caráter estratégico da relação entre trabalhadores e gerentes. Entretanto, "a centralidade explanatória da lógica funcional" apresenta dois inconvenientes:

“o primeiro é a subjetividade no contexto de uma teoria essencialista, segundo a qual as potencialidades humanas ficam impedidas de se desenvolverem sob certas condições sociais, potencialidades que não são específicas e nem tratadas com necessário rigor teórico. O segundo inconveniente advém de uma pretensão generalizadora, que faz com que certos regimes fabris sejam *desnecessariamente relacionados com certas fases do capitalismo*” (Castro e Guimarães, 1991:48).

Para os autores, Burawoy se equivocou quando admite o espaço da produção restrito ao exercício da influência e do controle dos trabalhadores. Nesse sentido, Burawoy omite o fato de que instituições não fabris como, por exemplo, a escola, a família e a igreja são também responsáveis para o estabelecimento de outras formas de relações sociais, que não se restringem à relação capital-trabalho. Castro e Guimarães criticam a perspectiva de Burawoy sobre as escolhas estratégicas dos sujeitos na esfera da produção, argumentando que o seu enfoque recai numa representação dualista da relação capital-trabalho, “*pela qual a subjetividade representa o aspecto produtivo e autônomo da existência humana, o qual deve ser contrastado com as estruturas objetivas que os constroem*” (Castro e Guimarães, 1991:49). Os autores argumentam que a tese defendida por Burawoy é insustentável, pois, as estruturas objetivas, aparecem como dimensões negativas e castradoras e a subjetividade, como o reino da autonomia e da criatividade.

A nosso ver, por mais que Burawoy e Friedman tenham sinalizado para a importância do enfoque da questão da subjetividade do trabalhador na análise do processo e relações de trabalho, não se percebem grandes avanços na forma de pensar esse problema. Friedman concebe a subjetividade do trabalhador ressaltando apenas a autonomia e a liberdade do trabalhador nos marcos do capitalismo; portanto, trata de uma subjetividade limitada, alienada. Burawoy compreende a subjetividade do trabalhador em relação direta com as escolhas efetuadas na esfera do processo produtivo, omitindo, assim, outros elementos externos à produção, imprescindíveis para a análise das disposições e capacidades dos sujeitos, a sua subjetividade.

Independente das limitações que possam ter as obras dos autores mencionados acima, o estudo sobre a compreensão da questão da subjetividade e trabalho merece um maior aprofundamento.

Trabalho e subjetividade

Nos termos das argumentações de determinados autores acima mencionados, a partir do processo de centralização e concentração do capital, fica patente uma série de mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, que implicam profunda reorganização nas relações sociais e reestruturação das forças produtivas.

No centro do interesse dos autores trabalhados, encontra-se uma discussão sobre as transformações nos processos e relações de trabalho nas sociedades atuais, as quais incidem, em grande parte, sobre as mudanças perceptíveis no universo objetivo da produção, estando por ser mais explorado uma análise sobre as alterações na subjetividade dos trabalhadores, decorrentes dessas transformações.

Nesse novo cenário da divisão internacional do trabalho, sob as condições sociais dadas no capitalismo atual, a subjetividade e a criatividade do trabalhador vêm sendo pouco a pouco amoldada ao novo reordenamento dos processos e relações de trabalho. Dessa maneira, a subjetividade alienada do trabalho, tal qual aparece no modelo taylorista fordista, adquire uma nova configuração com a incorporação de elementos do modelo japonês de organização do trabalho pelos países ocidentais e dos novos modos de mobilização do trabalhador através do envolvimento e da integração da força de trabalho (trabalho em equipes, just in time, círculos de controle de qualidade, programas de gestão participativa, etc)

Nesse sentido, pode-se afirmar que as tentativas para subordinar a subjetividade operária ao capital é algo historicamente posto pelo modo de produção capitalista, porém, no toyotismo, essa apropriação da subjetividade operária à lógica do capital é caracterizada por um tipo de inserção dos trabalhadores no processo de produção, aumentando as suas responsabilidades quanto aos objetivos finais do processo produtivo e intensificando a exploração do trabalho.

Parece evidente, contudo, que a partir das novas circunstâncias sociais do trabalho o controle do elemento subjetivo do processo de trabalho seja exercido pela via da participação consensual, pelo convencimento, pelo envolvimento do trabalhador, através dos programas de gestão participativa. Nessa perspectiva, instaura-se uma nova forma de domínio do capital no plano da produção de mercadorias, articulando-se coerção capitalista e consentimento operário.

Essa nova forma de organização social da produção conforma uma nova maneira de incorporação da subjetividade do trabalhador, desenhada a partir da lógica do capital que tende a se tornar mais

consensual, mais participativa, como também mais manipulada e subalternizada em relação ao projeto ideológico do capitalismo contemporâneo.

Nas palavras de Alves (2000), trata-se de “uma nova forma de captura da subjetividade da classe trabalhadora”, ou seja, uma nova constituição da subjetividade operária que se relaciona com uma nova via de racionalização do trabalho que difere da compreensão taylorista/fordista, principalmente porque incorpora na esfera da produção “as variáveis psicológicas do comportamento operário” desenvolvidas através de mecanismos de comprometimento dos trabalhadores, aprimorando, assim, o controle do capital na dimensão subjetiva.

No toyotismo, como argumenta Alves, “ocorre uma nova orientação na constituição da racionalização do trabalho, na qual a *intentio recta* da produção capitalista, na etapa da mundialização do capital, exige a captura integral da subjetividade operária (o que explica, o impulso desesperado – e contraditório – do capital para conseguir parceria com o trabalho assalariado) (Alves,2000:41). Assim sendo, a cultura organizacional advogada pelo modelo japonês responde perfeitamente à essa nova base técnica da produção que exige, cada vez mais, um novo tipo de envolvimento do trabalhador no processo produtivo.

Ao mesmo tempo que o resultado da captura da subjetividade operária pela lógica do capital tende a se tornar mais consensual, mais participativo, torna-se também mais manipulatório. Conforme Alves,

“surge um estranhamento pós-fordista, com o toyotismo, que possui uma densidade manipulatória maior do que em outros períodos do capitalismo monopolista. Não é apenas o “fazer” e o “saber” operário que são incorporados pela lógica do capital, mas a sua disposição intelectual-afetiva que é constituída para cooperar com a lógica da valorização. O operário é encorajado a pensar “pró-ativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neocooperativas de cariz propositivo)” (Alves,2000:54).

A nosso ver, a maneira como vem sendo incorporada a subjetividade dos trabalhadores, pelas novas formas de gestão do trabalho, propicia um processo de dessubjetivação do trabalhador bastante distinto de uma compreensão da subjetividade de forma

“autêntica”, humana, capaz de uma “consciência moral” livre dos condicionamentos econômicos burgueses.

Torna-se imprescindível discutir os mecanismos ideológicos de poder, utilizados pelo capital, para fazer valer o seu projeto de sociedade, permeado de uma rede de relações sociais, políticas, ideológicas e valorativas, presentes no processo de trabalho; como também, uma compreensão crítica do grau de resistência e subordinação dos trabalhadores, frente às novas formas de alienação do trabalho tomando, como referência, não somente a resistência do trabalhador no interior dos processos de trabalho, mas avaliando a relação desses trabalhadores com as instâncias de representação da categoria, através dos sindicatos, associações de classe, etc.

Nesse contexto, pode-se questionar até que ponto as atuais bandeiras defendidas pelos grandes sindicatos de classe são resultado de um movimento espontâneo dos trabalhadores na esfera da produção, ou são simplesmente assimiladas, a partir de comportamentos normalizados, frutos de uma razão auto-alienada.

Assim sendo, resgatar o fator subjetivo no processo de trabalho, entre outras coisas, abandonar a condição precária de vida e de trabalho do indivíduo isolado, marcada pelo desgaste contínuo, pelo esmagamento de qualquer resistência individual, pelo sentimento de impotência frente às modificações realizadas no mundo do trabalho; e, apostar na construção de uma contra hegemonia ao projeto de sociedade dominante, favorável a um movimento coletivo dos trabalhadores com a marca de uma subjetividade sóciopolítica isenta de interpretações idealistas.

Importa registrar uma discussão da subjetividade da classe trabalhadora, a partir de uma “concepção histórico-política”², compreendida como um instrumento de emancipação e apresentada como o elemento criativo vivo, presente nas individualidades no mundo moderno e que, tem a ver com os projetos, vontades, capacidades e representações da classe trabalhadora. A reflexão sobre a alienação, na constituição da subjetividade dos indivíduos sociais, parece ser uma alternativa fecunda para problematizar a subjetividade do trabalhador na atualidade. Contudo, a ruptura com as novas formas de alienação do trabalho e a perspectiva de uma nova conformação da subjetividade do trabalhador, não parecem ser, somente, uma decisão de foro íntimo

² Recupero aqui o conceito de “subjetividade histórico-política” utilizado por Roberto Finelli, em seu artigo “As contradições da subjetividade: Americanismo e Fordismo em Antonio Gramsci”. Na leitura gramsciana de Finelli, “uma subjetividade, para Gramsci, não pode ser pressuposta, mas apenas produzida, posta. Porque ela é sempre fruto de um longo e complexo processo de crítica e de elaboração de formas de consciência ingênuas e desagregadas e de sua superação com formas representativas adequadas e coerentes” (Finelli,2000:55)

de cada trabalhador, mas apontam para o fortalecimento de um novo projeto de sociedade, assentado em novas bases sociais e políticas.

BIBLIOGRÁFIA

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2000.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

BURAWOY, M. A Transformação dos Regimes Fabris no Capitalismo Avançado. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n.13. São Paulo, ANPOCS, jun.1990.

CASTRO, N. e **GUIMARÃES**, S. Além de Braverman, Depois de Burowy: Vertentes Analíticas na Sociologia do Trabalho. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n.17. São Paulo, ANPOCS, out. 1991.

FINELLI, Roberto. As contradições da subjetividade: Americanismo e Fordismo em Antonio Gramsci. In: *Gramsci 100 anos*, Juiz de Fora, Editora UFJF, 2000.

FRIEDMAN, G. *O Trabalho em Migallias*. Editora Perspectiva, 1983.

RAMALHO, R. Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: um Balanço do Debate. In: *BIB* n.32. Rio de Janeiro, ANPOCS, set.1991.

O DEBATE DA CATEGORIA TRABALHO

A CENTRALIDADE DO TRABALHO PRODUTIVO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO¹

Maria Augusta Tavares²

A relação entre o trabalho produtivo e improdutivo para o capital é circunscrita por polêmicas que não deixam dúvidas quanto à dificuldade de apreensão desse objeto, sobretudo no capitalismo contemporâneo, quando um conjunto de profundas transformações associadas ao processo de reestruturação produtiva promove um intenso processo de reorganização do trabalho e de elevação da produtividade, alterando significativamente o volume e a estrutura do emprego, donde derivam redes de subcontratação e novas formas de utilização da força de trabalho, fenômenos que têm a propriedade de obscurecer a função do trabalho para o capital.

O modelo de acumulação atual desenvolve, por um lado, expressões do trabalho informal, decorrentes da flexibilidade, e, por outro, o trabalho polivalente. Este último pode reunir funções produtivas e improdutivas num mesmo posto de trabalho, fato que em outra oportunidade será analisado. Interessa-nos, aqui e agora, tratar dos postos de trabalho deslocados para a informalidade, no sentido de questionar as formulações teóricas que associam o fim do emprego ao cancelamento da contradição capital-trabalho, pois a prática demonstra que o uso clandestino da força de trabalho não elimina o regime de assalariamento, não transforma a compra/venda de força de trabalho numa mera troca de equivalentes, nem elimina a exploração da mais-valia, fim último da produção capitalista.

Certamente o emprego com as suas tradicionais características é cada vez mais substituído pelo trabalho por conta própria ou por quaisquer outras formas que assumem um caráter de suposta autonomia, mas isso não significa que, hoje, a relação entre trabalhadores e capitalistas comece e termine na esfera da circulação de mercadorias. Embora transfiguradas, a subordinação e a exploração não só continuam presentes, como têm sido intensificadas, sendo responsáveis pela precarização do trabalho e pelo aprofundamento das desigualdades

¹ Temática discutida originalmente e com maior riqueza analítica na nossa tese de doutorado: *Os fios (in)visíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

² Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da UFAL.

sociais. É preciso, portanto localizar as determinações capazes de distinguir as funções sociais do trabalho para o capital, tornando visível especialmente as expressões do trabalho produtivo.

O nosso objetivo é mostrar que a organização contemporânea da produção consegue intensificar a exploração do trabalho a tal ponto, que se torna possível extrair mais-valia mediante relações que parecem negar a forma clássica. Queremos tornar claro que a transformação nos processos de produção e o deslocamento da força de trabalho não eliminam a jornada de trabalho combinada, o que equivale a dizer que a cooperação permanece como forma básica do modo de produção capitalista, com o que também se confirma o trabalho coletivo, embora tenham se modificado as condições que os consubstanciam na sociedade contemporânea.

Disponer de meios de subsistência para muitos trabalhadores continua sendo a regra para que o capitalista individual possa tê-los sob o seu comando, mas empregá-los simultaneamente não significa mais aglomerá-los num mesmo local, nem ter com eles uma nítida relação de compra/venda da força de trabalho. Os processos de produção atuais tornam possível a cooperação sem que, necessariamente, os trabalhadores estejam juntos, e sem a compra direta da força de trabalho, com o que, aliás, se consegue encurtar o excedente do tempo de produção sobre o tempo de trabalho, suprimindo os espaços vazios que se constituíam em *faux frais*. Neste sentido, a organização da produção também tem diminuído o tempo de circulação das mercadorias, como é o caso de alguns bens duráveis, que são vendidos antes mesmo de serem produzidos. Com isso os vendedores não se transformam em trabalhadores produtivos, mas se imobiliza menos tempo na função que realiza a mais-valia, permitindo ao movimento que as partes do capital descrevem sucessivamente se realizar com maior velocidade. A coincidência entre esses tempos aumenta a produtividade e a autovalorização do capital.

A flexibilidade promove essa forma de cooperação que é determinante hoje, tanto na administração dos processos de trabalho, como na maquinaria, que não se constitui mais num sistema de articulação fechado, adequando-se, é óbvio, ao atual modelo de acumulação, que mantém as atividades nucleares na esfera da mais-valia relativa, enquanto as demais são externalizadas, para serem executadas, na sua maior parte, em regime de mais-valia absoluta. Assim, torna-se possível a execução de um produto cujas partes podem ser resultantes de uma série de jornadas combinadas de trabalhadores, em

pequenos grupos ou individualmente, espalhados por diversos lugares, com o que trabalhos aos quais se atribui autonomia constituem o "departamento externo da fábrica".

Transformada num departamento da fábrica, a

"chamada indústria domiciliar nada tem em comum, exceto o nome, com a antiga, que pressupõe artesanato urbano independente, economia camponesa autônoma e, antes de tudo, uma casa da família trabalhadora" (Marx, 1984: 71).

O trabalho domiciliar e outras formas contemporâneas de trabalho suscitadas pela flexibilidade participam da cadeia produtiva, articuladas ao trabalho diretamente comandado no interior da fábrica. Essa possibilidade de explorar a custos mais baixos a força de trabalho promove a reemergência de velhas formas que se adequam ao padrão flexível de acumulação.

Contudo, a exploração é dissimulada pela tentativa de, pela via da semântica, transferir-se ao fenômeno o sentido do enunciado. Com esse propósito, a informalização do trabalho não é discutida enquanto uma relação capital-trabalho. Geralmente, denomina-se-a de trabalho autônomo, conta própria, serviço, venda de mercadoria, empresa (pequena ou micro), formas pelas quais se transfere ao trabalhador-patrão a tarefa de explorar a si mesmo e/ou a outros trabalhadores, que, juntos, produzem sob o comando do capital industrial, a quem caberá usufruir da mais-valia por eles gerada.

Em contraposição a essa teoria, pretendemos sinalizar que a lógica flexibilizadora e seus mecanismos de extração do sobretrabalho deflagraram uma explosiva informalização do trabalho, que tem nexos com a acumulação do capital. Tornar visíveis esses nexos implica distinguir as relações que se dão efetivamente na esfera da circulação das que subsumem diretamente o trabalho ao capital na esfera da produção. Essa distinção, além de elucidar a confusão entre venda de trabalho e venda de força de trabalho, coloca no centro do debate a diferença específica do trabalhador produtivo e da produção capitalista como produção de mais-valia.

Breve questionamento sobre o fulcro da exploração

O capital não é a forma social dominante porque o maior volume de horas trabalhadas se efetiva em regime de mais-valia relativa. Não é

esse quantum que determina a dominação. O aumento da produtividade não implica, necessariamente, a diminuição da jornada de trabalho, nem mesmo para os trabalhadores que trabalham em regime de mais-valia relativa.³ Para Gorz, é falso pensar que a dominação é necessária para maximizar a produção. “A dominação é necessária para maximizar a exploração, isto é, fazer servir o máximo possível de trabalho para fins que não são os do trabalhador, mas sim os do capital” (1996: 235). Essa finalidade alheia aos trabalhadores é determinada pela cisão entre trabalho manual e intelectual, com o que a ciência é monopolizada no sentido de centralizar o poder e perpetuar a dominação do capital sobre o trabalho sejam quais forem as relações de produção. Portanto, não enveredemos pela estreiteza mental burguesa de tomar a parte pelo todo. Quase tudo que a literatura burguesa contemporânea apresenta como transformação desta ordem, a sua própria história demonstra tratar-se tão-somente de velhas práticas maximizadoras da exploração, apresentadas sob uma nova roupagem.

Mas, parece haver uma certa resistência ao enfrentamento dessa realidade. Vive-se hoje uma cultura de submissão que atinge não só os trabalhadores, mas também grande parte da intelectualidade, demonstrando serem raras as vozes que questionam no desenvolvimento econômico o fulcro da exploração. Ao contrário, formulam-se teorias que defendem o fim do trabalho e que fazem supor uma sociedade capitalista sem antagonismo de classes, uma vez que a orientação é transformar todos os trabalhadores em pequenos empresários, na qual subjaz a noção ahistórica de que todos serão iguais. Idéia que desmorona quando contextualizada, pois

“A sociedade não consiste em indivíduos, senão que expressa a soma das relações e condições nas quais esses indivíduos se encontram reciprocamente situados” (Marx, 1989: 204-205, 1).

Nesse cenário em que o trabalhador e suas organizações são profundamente enfraquecidos, a sociedade é conduzida a acreditar numa estratégia global irreversível que envolve todos os países e no determinismo econômico dissociado do social, do político e do cultural.

³ “Embora, em períodos anteriores da história, aumentos de produtividade tivessem resultado numa redução constante do número médio de horas trabalhadas, no caso das quatro décadas desde o nascimento da revolução do computador tem sido o oposto. (...) os americanos estão trabalhando mais horas hoje do que há 40 anos, no início da revolução da tecnologia da informação. No decorrer das últimas décadas, o tempo de trabalho aumentou em mais de 163 horas por ano. Mais de 25% de todos os trabalhadores em tempo integral trabalham 49 horas ou mais por semana. A quantidade de tempo de férias e de abono de faltas por doença também declinou nas duas últimas décadas. O trabalhador americano médio agora recebe três dias e meio a menos de férias e de abono de faltas por doença do que no início da década de 1970. Trabalhando mais horas atualmente do que na década de 1950, os americanos dizem que seu tempo livre ficou reduzido em mais de um terço” (Rifkin, 1995: 245).

Sob essa ótica, a maquinaria não poderia ter outra utilização que não fosse a capitalista, sendo o desemprego decorrência quase natural, e a globalização da economia seria um processo integrador de todos os países, empresas e trabalhadores, embora a dimensão ideológica do discurso oculte uma polarização, que se traduz em relações hierárquicas marcadas por uma profunda desigualdade.

No interior dessa desigualdade, o trabalho produtivo é nuclear e subordinado a ele cresce o trabalho improdutivo. Nem um nem outro precisam mais estar enquadrados na condição formal de trabalho assalariado, nos termos em que essa relação se consubstanciava na economia do século XIX. Marx, na sua crítica a Proudhon, nos ensina a não perder de vista o caráter objetivo da História. Assim, quando afirma que “As categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção”, está enfatizando que não são artifícios da razão, que são *produtos históricos e transitórios*” (1985: 106). Dessa perspectiva, a análise marxiana continua válida no que se refere à essência do modo de produção capitalista, uma vez que os fenômenos novos não o modificaram na sua dinâmica interna. As modificações sofridas na forma, no entanto, têm propiciado interpretações equivocadas, que tendem a eliminar a diferença fundamental entre trabalhadores e capitalistas, a exemplo do que também fizera o “senhor Proudhon” (Marx, 1989: 204-205, 1). Por isso, tendo o cuidado de recusar os dogmatismos oriundos de certos comentadores, preferimos fazer uma análise que privilegia a interlocução com o próprio Marx, sem desconsiderar que a evolução histórica pode impor atualizações à sua obra no plano dos novos processos produtivos, tendo em vista que, para ele, o critério da verdade é a prática social. Esse argumento é defendido por Netto, no prólogo do *Manifesto do Partido Comunista*, nos seguintes termos:

“(...) é só à base de uma investigação sistemática da realidade contemporânea da ordem burguesa que se podem responder as questões hoje colocadas por aqueles para os quais a história não chegou ao fim. E se porventura estas respostas, obtidas a partir de um quadro teórico rigoroso e de uma perspectiva de classe centrada no trabalho, colidirem com o *Manifesto*, um marxista ortodoxo $\frac{3}{4}$ para parafrasearmos o Lukács de 1923 $\frac{3}{4}$ não teria nenhuma dificuldade em revisar suas conclusões e incorporá-las. Entretanto, não há qualquer indicação minimamente séria de que seja este o caso, porque o tempo presente, mais que o contexto imediato no qual surgiu, vem confirmando e comprovando a correção das tendências histórico-

sociais estruturais, de largo curso, da ordem burguesa que estão genialmente prefiguradas no *Manifesto*" (1998: LXVIII).

Com esse aporte teórico estamos nos debruçando sobre as relações que vicejam no processo de produção capitalista, com o propósito de apreender o trabalho produtivo e improdutivo que está se desenvolvendo na sociedade da acumulação flexível mediante relações informais.

O que é produtivo para o capital?

Todo trabalho produz algo, ou seja, todo trabalho cria um produto. Parece plausível dizer que todo trabalho é produtivo. Certamente seria, se estivéssemos tratando do trabalho produtivo em geral, contentado-nos

"assim com a resposta tautológica de que é produtivo todo trabalho que produz, todo o que redundando em um produto ou em algum valor de uso qualquer, resumindo: em um resultado" (Marx, 1978: 71).

Mas aqui, estamos tratando da produtividade numa sociedade determinada: a sociedade capitalista. Nesta, a produtividade não é determinada pela utilidade do produto, a produtividade do ponto de vista do processo capitalista de produção é a produção de mais-valia. O que é relevante nessa situação historicamente dada é a valorização do valor. Por isso,

"a plenitude da produção capitalista só tem lugar quando o capital orienta a tecnologia para os valores-de-uso que, em cada oportunidade concreta, fornecem o melhor suporte material para a expansão do valor-de-troca" (Napoleoni, 1981: 85).

Capital não existe sem trabalho, única mercadoria que produz valor. Mas, em se tratando de uma relação social, o capital reforma as estratégias de extração de mais-valia quando, para atingir seu fim específico, faz-se necessário mudar as condições de acumulação, o que torna o campo do trabalho produtivo e improdutivo uma zona cada vez mais sombria.⁴ Compreender a sociedade, hoje, significa apreender todos

⁴ Analisar o caráter produtivo e improdutivo do trabalho informal no capitalismo contemporâneo implica enfrentar uma polémica que se complexifica com o atual padrão tecnológico e com as novas formas de organização da produção. A fragmentação do processo de produção, a polivalência no trabalho, a interpenetração de momentos da circulação e da produção, as possibilidades de exploração da força de trabalho criadas pelos processos de terceirização, para demarcar apenas alguns fatores, são originários de expressões novas do trabalho inscritas na informalidade, as quais, pela aparente ausência do comando capitalista só revelam sua função produtiva ou improdutivo mediante acurado exame da realidade.

os fios que tecem a produção capitalista, pois a terceirização dispõe de mecanismos para a criação de um panorama que, quando visto superficialmente, dá lugar a interpretações pelas quais a relação compra/venda de força de trabalho é tomada como relação mercantil, muito embora o exame da sua função evidencie a subsunção do trabalho ao capital.

Antes de prosseguirmos a discussão sobre trabalho produtivo e improdutivo, impõe-se desmistificar um equívoco sobre a produção da mais-valia, dado que este interfere na elucidação do objeto em análise. Falamos da identificação da mais-valia à produção material da riqueza. Sendo a exploração da mais-valia dimensionada na relação entre trabalho necessário e trabalho excedente, há quem pense que só é possível dimensioná-la na produção que se objetiva em coisas tangíveis. Assim, só o trabalho na indústria, do qual resultam objetos que se separam de quem o produz, seria gerador de mais-valia, e só o trabalhador da indústria seria trabalhador produtivo. Esse raciocínio restritivo permite compreender a redução do trabalho vivo na indústria como indicativo do desaparecimento da mais-valia na sociedade capitalista, com o que se justifica o fim da sociedade do trabalho ou o fim da sociedade de classes.

Ao se fazer essa leitura, desconsidera-se a sociedade capitalista enquanto forma histórica e a mais-valia como expressão determinada desta, e, também, não se levam em conta as mudanças operadas no mundo do trabalho pela flexibilização. Hoje, um sujeito que está trabalhando em casa no seu computador pode estar adicionando valor a um produto que efetivamente é produzido na linha de montagem de uma fábrica. Graças aos processos de flexibilização, muitas ocupações interiores à produção têm sido terceirizadas. Dentre outras modalidades, a terceirização pode ser realizada através da subcontratação de pequenas empresas que, geralmente, não oferecem proteção social aos trabalhadores, ou pela compra de serviços, às vezes, de antigos empregados, demitidos, que exercem a mesma ocupação mediante trabalho autônomo ou domiciliar. Esses trabalhadores dificilmente são alcançados pelos organismos que operam a estatística oficial, com o que parte do trabalho vivo, diretamente envolvido na produção fabril, fica obscurecida na clandestinidade, dando lugar a formulações que vislumbram uma sociedade na qual o trabalho será executado tão-somente pelas máquinas, ou em que todas as relações se efetivam na esfera da circulação. Assim, o trabalho exercido sob relações que não caracterizam emprego, mesmo que faça parte do trabalho coletivo, é

tratado como uma prestação de serviço, ou como uma troca de equivalentes, mascarando-se, portanto, a exploração da mais-valia. Desvendar essa confusão é fundamental à apreensão da funcionalidade do trabalho ao capital.

É importante ressaltar que o trabalho produtivo não é apenas aquele que produz o conteúdo material da riqueza. A produção material resultante do processo de trabalho, no modo de produção capitalista, sofre determinações formais dessa economia, embora em si não seja uma qualidade inerente ao capital.

“A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada” (Marx, 1983: 149).

Com isso, Marx está nos dizendo que a produção de valores de uso não muda as qualidades sensoriais do produto por se realizar para o capitalista; que o trabalho concreto, condição natural eterna da vida humana, intercâmbio entre o homem e a natureza, é comum a todas as formas sociais. O que cria a diferença nesta sociedade são as determinações formais de sua economia.

“Não é o que faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas” (Marx, 1983: 151).

Nesses termos, reafirmando Marx, “é produtivo o trabalho que gera diretamente *mais-valia*”, ao que acrescentamos, constitua ou não o conteúdo material da riqueza.

Para não incorreremos no risco da estreiteza mental burguesa de afirmar que só é produtivo o trabalho do qual resulta um produto material, vale a pena rever uma das primeiras passagens de *O capital*, onde se lê:

“A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera em nada a coisa” (*idem*: 45).

A mercadoria, para ser valor de troca, obviamente tem que

causar interesse pelo seu valor de uso. Nesse sentido, as necessidades humanas são permanentemente fomentadas pela determinação incessante de expansão capitalista. Assim, muitas necessidades originadas da fantasia são atendidas por produtos inusitados, muitos deles inseparáveis do ato da produção, sem com isso deixar de ser mercadoria, produto transferido por meio da troca a quem vai servir como valor de uso. Não são as qualidades sensoriais do produto que vão torná-lo produtivo ao capital, nem tampouco o fato de ser vendido por um preço acima de seu valor. O que o torna produtivo é o mais-trabalho, é o tempo de trabalho pelo qual o trabalhador não foi pago, enfim, é a mais-valia, que pode ser extraída não só na fábrica, mas também na escola, no hospital, no teatro, nas empresas de serviços etc. A esse respeito, Marx nos brinda com um exemplo elucidativo fora da esfera da produção material:

“(…) um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera em nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e o efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar” (1984: 106).

Está claro, portanto, que o que conta nas coisas que o capital produz é o seu valor de troca, o valor. Mas é preciso atentar que valor não é preço. Essa distinção é importante para o entendimento das relações de trabalho que são mascaradas pela informalidade. Preço é só a expressão monetária do valor da mercadoria, assim como o salário é a expressão monetária do valor trabalho. O que determina a grandeza do valor de uma mercadoria é o tempo de trabalho necessário à sua produção, critério que também se aplica à mercadoria força de trabalho, cujo valor

“é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico” (Marx, 1983: 141).

Em tese, “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor” (*ibidem*). A relação que começa pela compra/venda da força de trabalho entre o dono do dinheiro e o dono da mercadoria (força de trabalho), na circulação, subsume diretamente o trabalho ao capital na produção, transformando-o em capital, com o que se revela o poder do *trabalho materializado* sobre o *trabalho vivo*.

Esse poder do *trabalho materializado* sobre o *trabalho vivo*, ou o poder do trabalho morto sobre o trabalhador assume, na atualidade, proporções gigantescas, na medida em que a mercadoria em questão (força de trabalho) existe em quantidade muito maior do que as necessidades imediatas de valorização do capital, implicando, portanto, sua contínua desvalorização. Esta se reflete na redução de postos de trabalho, nos baixos salários, nas precárias condições de trabalho, e nos mecanismos dissimuladores da extração de mais-valia, enquanto, em sentido inverso, aumenta a produtividade do capital. É por isso que Marx diz que

“a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo” (1984: 43).

Mas, de nada adiantaria ao capital produzir mais-valia e não realizá-la no mercado. A fórmula geral $D - M - D'$, que garante a valorização do capital, é um movimento que deve ser incessantemente renovado. Quanto maior for a velocidade do processo, maior a produtividade do capital, o que justifica o crescimento do trabalho improdutivo subordinado aos imperativos do produtivo. A exemplo, dentre os métodos utilizados após a crise dos anos setenta, inscreve-se a venda a jusante da produção. Essa medida elimina a antiga prática dos estoques e imprime mais rapidez à realização da mais-valia, diminuindo espaços vazios, constitutivos dos *faux frais*.

Esse caráter de insaciabilidade do capital está diretamente associado à produtividade do trabalho e à sua realização no mercado, portanto, ao próprio modo de produção capitalista, cuja compreensão é fundamental para explicar qualquer fenômeno social nesta formação histórica. É preciso, pois, estar atento às estratégias que, por um lado, são utilizadas pelo capital, para se manter enquanto forma social dominante, e, por outro, para mascarar esse objetivo, porque embora a tarefa do capital não seja o desenvolvimento humano, seus

representantes buscam sempre mecanismos de legitimação. Nesse sentido, encarregam-se de disseminar interpretações da realidade que insistem no capitalismo como formação social eterna, distanciando cada vez mais a supressão dessa forma de produção.

Flexibilidade: uma insuficiente negação do real

Não há dúvida que, nesta sociedade, átomos de tempo são os elementos do lucro. A defesa de uma organização voluntária do trabalho no interior da ordem burguesa estaria cancelando essa determinação? A liberdade atribuída a essa organização teria a capacidade de eliminar a categoria *tempo de trabalho socialmente necessário*? O trabalho nas suas formas contemporâneas sofre algum comando? De quem?

Aproximadamente até a década de oitenta, as diferenciações que consubstanciam a unidade capital $\frac{3}{4}$ capital-dinheiro, capital produtivo, capital-mercadoria $\frac{1}{4}$ se ordenavam em torno do capital produtivo. Mas a reestruturação produtiva promoveu a financeirização da economia, permitindo a apropriação parasitária do valor sem expor o capitalista ao enfrentamento das constrangedoras lutas de fábrica. No entanto, essa supremacia do capital em relação à riqueza não significa que o capital financeiro seja uma força autônoma capaz de, independentemente do capital industrial, colocar em movimento o processo de reprodução capitalista.

“Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram - e continuam nascendo $\frac{3}{4}$ no setor produtivo” (Chesnais, 1996: 241).

O capital produtivo continua comandando a criação de valor e de riqueza, embora o peso adquirido pelo capital comercial e pelo capital financeiro imprima sua marca numa forma de acumulação que atinge diretamente a classe trabalhadora pela significativa redução dos postos de trabalho e por uma organização da produção que possibilita o aprofundamento da exploração.

A liberdade adquirida pelo capital com o reordenamento da economia, imprimido pelo atual modelo de acumulação, torna nebulosa a fronteira entre a produção e a apropriação parasitária do valor. Tem-se a impressão de que a origem daquele capital que se valoriza na esfera financeira deixou de ser a esfera produtiva. Mas não é disso que se trata. O trabalho continua sendo a única mercadoria que, quando consumida,

produz valor. Não é casual que os grandes capitalistas, mesmo aqueles que têm na esfera financeira o seu ramo essencial, não se restrinjam a este. Ao contrário, reúnem numa mesma empresa as três formas: capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria,⁵ evidenciando que o enorme poder do capital-dinheiro não faz dele uma força autônoma.

“É necessário encarar o ciclo do capital como capital em movimento, como capital que atravessa uma sucessão de metamorfoses e de que cada forma depende da existência das duas outras formas” (Nagels, 1979: 168, I).

Ao lado dessas metamorfoses emerge uma nova divisão internacional do trabalho, favorecida por fatores que traduzem as condições de desvantagem do trabalhador em contraposição ao poder incontrolável do capital nesse momento histórico. Por um lado, as inovações tecnológicas são derivativas de processos de produção flexíveis, capazes de ser executados parcialmente através de operações fragmentadas, em qualquer lugar do mundo, por trabalhadores com um mínimo de qualificação. E, por outro, existe uma oferta abundante de força de trabalho barata nos países em desenvolvimento, o que inviabiliza qualquer propósito, por mais bem intencionado que seja, de organização autônoma do trabalho.

Tais condições põem em evidência que o desenvolvimento capitalista não destruiu as formas de organização que não são características deste modo de produção. Verifica-se que, ao invés de serem destruídas, as atividades extensivas em força de trabalho são incorporadas mediante articulação da mais-valia relativa à mais-valia absoluta, revelando, por um lado, a desigualdade espacial do uso e da remuneração da força de trabalho e, por outro, que ser dominante não quer dizer exclusiva: mais-valia absoluta e mais-valia relativa conformam uma unidade, cujos efeitos atingem especialmente os países menos desenvolvidos, onde a escala de utilização do trabalho informal tende a ser maior (Pochmann, 2001: 34).

⁵ “Essa multiplicidade das formas autonomizadas de existência do capital deixa de ser funcional com a emergência da cooperação complexa. Hoje, aquela unidade é recomposta pelo próprio capital como condição necessária para se reproduzir como valor que se autovvaloriza. Noutros termos, o capital passa a reunificar numa mesma unidade de produção o que fora separado pela divisão do trabalho e petrificado numa atividade particular. Vale dizer: uma mesma empresa opera em todos os ramos de produção a um só tempo, o que lhe permite evitar que seus concorrentes se apropriem de parte do valor por ela produzido. Assim, cada empresa realiza em sua experiência concreta o que expressa o conceito de capital industrial. Ou seja, cada empresa passa a existir como encarnação individual de todas as formas de existência de capital: capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. É quando, então, o capital atinge o ápice do seu desenvolvimento histórico; o fim de sua evolução como desdobramento de suas determinações essenciais, cuja unidade, antes oculta pela multiplicidade existente dos diferentes capitais, torna-se, agora, imediatamente manifesta. Cada capital em sua existência imediata, é, a um só tempo, capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria” (Teixeira, 2000: 218-219).

Entretanto, apesar dessa nítida hierarquização entre países que exploram mais-valia relativa e mais-valia absoluta ser inerente ao capital, a razão liberal pode utilizá-la no sentido de fazer crer que o desenvolvimento desses grupos que apresentaram menor renda *per capita* os colocaria no mesmo patamar do último, pretendendo com isso reafirmar igual possibilidade para todos. Nessa perspectiva, organismos representativos dos interesses capitalistas insistem em vender a ilusão de que é possível compartilhar poder sem a necessidade de superar essa ordem.⁶ Numa passagem de *Formações econômicas pré-capitalistas* lê-se:

“O mercador compra seu trabalho e arrebatá-lhes primeiramente, sua propriedade do produto, e, logo, sua propriedade dos instrumentos de trabalho, a menos que lhes permita a *ilusão da propriedade* para reduzir custos de produção” (Marx, 1981: 107).

A estratégia atual é transformar trabalhadores em pequenos empresários, com o que se quer uma sociedade capitalista sem antagonismo de classes. Sob esse ângulo, presume-se um modelo de perfeita concorrência, cujos lucros atenderiam a interesses públicos e privados.

É óbvio que isso não é possível numa sociedade com interesses antagônicos. Assim, transformar trabalhadores em pequenos empresários é só a forma mais adequada de exploração capitalista no atual momento histórico. Não há, nem de longe, a intenção capitalista de compartilhar poder, e muito menos de superação ao sistema. Ao contrário, as novas funções são objetivadoras do poder que os defensores do capital querem dissimular.

O trabalho produtivo, produtor de mais-valia, é, sem dúvida, o segmento interno fundamental e nuclear da reprodução do capital. O simples obscurecimento do processo que extrai mais-valia não altera em nada a essência da relação. Graças à terceirização, muitos assalariados diretos são transformados em prestadores de serviços, trabalhadores autônomos ou pequenos empresários, o que pode lhes dar a ilusão de ter mudado de classe, especialmente quando a sua atividade cria algum posto de trabalho, com o que o indivíduo passa de empregado a empregador. Contudo, tal qual um assalariado, o produto de seu trabalho é enlaçado pela lógica do capital e está sempre em oposição à sua

⁶ Conforme Paniago, “O reconhecimento da incontrolabilidade do capital coloca, por um lado, em primeiro plano, a necessidade de superá-lo enquanto sistema organicamente articulado, e exige que as propostas defensivas de atenuação de seus efeitos destrutivos, tão necessárias na luta imediata quanto mediadoras e transitórias, estejam subordinadas aos objetivos da tomada do controle sobre a produção material e a reprodução social, pelo ‘sujeito real da produção’ ¾ o trabalho. E, por outro, inviabiliza qualquer intenção de democratização do capital consubstanciada em atos compartilhados de poder com seu antagonista estrutural” (2000: 28).

capacidade viva de trabalho. O dinheiro nas suas mãos não cumpre o movimento D - M - D', porque é só meio de circulação.

Transformar empregos em serviços com a pretensão de generalizar o trabalho improdutivo, é uma tentativa ingênua de negar a mais-valia, porque sendo o trabalho produtivo nuclear, negá-lo significaria a negação do próprio sistema, em que produtivo e improdutivo coexistem numa relação dialética. Sendo assim, a generalização do trabalho improdutivo não diminui a exploração, pois os trabalhadores improdutivos subsistem da redistribuição dos rendimentos criados pelo trabalho produtivo.⁷

"A circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor" (Marx, 1983: 136).

O trabalho improdutivo enquanto serviço não se distingue do produtivo apenas por ser prestado como atividade e não na forma de uma coisa. O que os distingue é o conteúdo objetivo da circulação, ou seja, se o comprador do serviço funciona como capitalista ou não.

Nesses termos, vê-se que, da mesma maneira que é inconcebível confundir o processo de extração da mais-valia pela generalização do trabalho improdutivo, também o é a tentativa de mascarar-la sob o pressuposto da autonomia, transformando relação de trabalho em relação comercial, como ocorre com certas ocupações que a terceirização colocou na informalidade. O processo de reprodução do capital necessita de ambas as categorias, do trabalho produtivo e do improdutivo. Cada um cumpre uma função específica, num processo necessariamente contínuo, porque a mais-valia gerada na produção precisa ser rapidamente transformada em dinheiro para novamente retornar à produção. O aumento da produtividade torna a improdutividade mais necessária, embora essa não seja a meta do capitalista, uma vez que a última consome, em alguma medida, a mais-valia produzida pela primeira.

Fica, portanto, evidenciado que trabalho produtivo e improdutivo coexistem como faces de uma mesma unidade, mas é importante distingui-los, pois ao nivelá-los

"passam felizes por alto sobre a diferença específica desse 'trabalhador produtivo' e a produção capitalista como produção de mais-valia,

⁷ Segundo Teixeira, o capital "ao desenvolver extraordinariamente a produtividade do trabalho, permite que uma parte subsista através de uma redistribuição dos rendimentos criados pelo trabalho produtivo" (1988: 27).

como processo de autovalorização do capital, cujo instrumento (*agency*) a ele incorporado, é o trabalho vivo" (Marx, 1978: 74).

Nesse sentido, deve-se atentar para o fato de que as atuais formas de incorporação do trabalho vivo não modificam a dinâmica interna da relação capital-trabalho, embora do ponto de vista fenomênico elas não deixem de aparecer como novas. Precisamos questionar com rigor as conceituações que constituem meros artifícios da razão burguesa, pois está na sua base mascarar a incontrollabilidade desse sistema que os (neo)liberais defendem ser eterno. Na esteira do pensamento burguês, entende-se que o trabalho externo à empresa capitalista é garantia de liberdade, de autonomia e de independência, quando, na verdade, em algumas situações o trabalhador externalizado (demitido) continua exercendo a mesma função produtiva que tivera antes, agora na informalidade. Há situações contempladas pelo trabalho domiciliar e pelas cooperativas em que o trabalho é executado sob o comando direto do capital, e há outras que, mesmo não fazendo parte da interioridade do sistema, se subordinam a este mediante as necessárias trocas que todos precisam fazer no mercado, o que os coloca, nas mesmas $\frac{3}{4}$ ou piores $\frac{3}{4}$ condições que o assalariado em ato.

O processo de terceirização, ao mesmo tempo que tornou externas ao ambiente fabril muitas ocupações que continuam interiores à produção capitalista, também incorporou as características da informalidade, pela sua flexibilidade, e pela possibilidade que as mesmas oferecem para mascarar a exploração, na medida em que a relação entre capital e trabalho é substituída por uma aparente relação entre possuidores de mercadorias que se defrontam na esfera da circulação. Como muitas dessas ocupações podem ser executadas na casa do próprio trabalhador, sem a figura do patrão (o capitalista) que represente o comando, e como este é determinado por um poder impessoal que não tem regras escritas, parece não existir aí a categoria *tempo de trabalho socialmente necessário*.

Entretanto, mesmo nas atividades de estrita sobrevivência, sem ligações diretas com o capital, o fator tempo é fundamental. A atividade não está articulada à produção capitalista, mas a sobrevivência do trabalhador que a executa está. Nessa circunstância, dadas as condições técnicas menos desenvolvidas em que o trabalho se realiza, produzir um *quantum* suficiente para realizar suas trocas no mercado implica a necessidade de um volume maior. A informalidade não é exterior à

produção capitalista. Ao contrário, é inerente a esta formação social. Tem razão Fausto, quando afirma que

“a exterioridade da periferia não é absoluta: a periferia ao sistema é periferia do sistema” (1987: 244, II. Nota de pé-de-página).

Não há um tempo de trabalho socialmente necessário para a atividade formal e outro para a mesma atividade quando executada informalmente. Quando se trata do impulso de valorização, a medida do capital é única. O trabalho informal, tal qual o formal, é igualmente mercadoria, bem como é igual o parâmetro para determinação do seu valor.

As inovações tecnológicas e a terceirização, juntas, externalizaram muitas das atividades industriais, com o que é possível continuar utilizando, às vezes, a mesma força de trabalho como parte do trabalho coletivo, sem nenhum prejuízo para o produto final e com redução significativa dos custos variáveis. Em poucas palavras, a relação que era formal torna-se informal, significando um acréscimo nos ganhos do capital e mais perdas para o trabalho. Essa passagem origina as situações em que empregos informais estão a jusante e a montante da indústria. Trabalhadores aparentemente sem patrões estão diretamente articulados à produção capitalista. E, em sendo assim, o tempo de trabalho é igualmente determinante, porque mesmo que o trabalhador não sofra a vigilância direta de quem paga pelo trabalho, tem a obrigação de fornecer um *quantum* determinado de trabalho ao final de um período (semana, quinzena, mês), se quiser garantir a sua reprodução. Se exercer a “liberdade” de não trabalhar um dia, terá que produzir duplamente no dia seguinte, ou explorar o trabalho não pago de membros da família, contanto que apresente o resultado acordado.

Não só as ocupações interiores à produção capitalista sofrem a determinação do tempo de trabalho, pois são poucas as ações dos homens que não implicam trocas a ser realizadas no mercado. Aqueles que só têm a força de trabalho como única mercadoria para ser trocada no mercado precisam produzir o suficiente para, no mínimo, assegurar a sua reprodução, que é mediada por um conjunto de mercadorias, cujo valor tem como base o tempo de trabalho socialmente necessário.

“O valor das mercadorias está na razão inversa da força produtiva do trabalho. Do mesmo modo, por ser determinado por valores de mercadorias, o valor da força de trabalho” (Marx, 1983: 253).

Sem pretender deslocar o debate do trabalho não pago para a pobreza, é evidente que, dada a redobrada desvalorização do trabalho informal, o tempo de trabalho lhe é tão ou mais determinante do que para o trabalho formal, haja ou não na relação exploração de mais-valia.

A subordinação do trabalho ao capital não se explicita apenas na relação empregado-empregador, isto é, na compra direta da força de trabalho, mas em todas as formas de trabalho nesta sociedade. Não basta que as representações do capital propaguem a existência de um mercado onde as trocas se pautam na liberdade e na igualdade, e onde há lugar para todos.

Ora, como trabalhar sem estar submetido ao comando do mercado, quando o capital atingiu um nível de desenvolvimento capaz de tornar quase absoluto o trabalho abstrato? Como escapar das trocas de que todo indivíduo depende para sua reprodução? Por mais frugal que seja a alimentação, o indivíduo vai comprá-la num estabelecimento comercial, que, sendo um mercadinho ou um supermercado, realiza mais-valia. Por mais simples que seja a moradia, tem alguma relação com o ramo imobiliário. A televisão, a geladeira, o fogão, o liquidificador, os móveis, enfim tudo que o trabalhador necessita implica trocas, nas quais a lei do valor é determinante.

O capital é uma relação global. A lei do valor não pode ser nacional, muito menos local ou familiar, como querem aqueles que apostam em características pessoais para fazer do trabalhador um capitalista, ou ao menos um pequeno patrão. A arena onde os agentes econômicos se enfrentam é o mercado mundial, regido por organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, cujas regras para financiar empreendimentos econômicos são orientadas unicamente pela apropriação parasitária do valor. Nas palavras de Mandel,

“a função cria o órgão. O órgão não pode agir de outra forma senão para cumprir a função pela qual e para a qual foi criado” (1990: 228).

Para este autor, a “economia aberta” é uma mistificação, uma vez que é aberta apenas a uma classe. “É a economia aberta ao dinheiro, aos proprietários de dinheiro, e ao dinheiro que, acumulado além de um certo limite, se transforma espontânea e continuamente em capital, isto é, em capacidade potencial de se apropriar de uma fração de sobretrabalho” (*ibidem*).

É um devaneio, portanto, acreditar na possibilidade de uma organização voluntária do trabalho, especialmente quando a cooperação e a solidariedade não dizem respeito ao conjunto dos trabalhadores, mas tão-somente a cada pequeno grupo em particular. Organizados, os trabalhadores se protegem uns contra os outros, gerando uma luta silenciosa no interior da própria classe. A bandeira que o neoliberalismo colocou nas mãos dos trabalhadores, ao contrário do que propunha o *Manifesto do Partido Comunista* ³/₄ "Proletários de todos os países unidos" ³/₄, sugere: "Proletários de todos os países, suprimam mutuamente vossos empregos e condenem-se reciprocamente ao desemprego e à redução de salários" (Mandel, 1990: 236). Nesse contexto, os processos derivados da flexibilidade, longe de serem indicativos de independência, confirmam a plenitude do fetichismo da mercadoria, na medida em que até o trabalho informal assume função produtiva, inclusive como parte da organização coletiva do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: *Economia e sociedade* N° 5. Campinas, SP, UNICAMP, Instituto de Economia, dezembro/ 1995.
- FAUSTO, R. *Lógica & política*. São Paulo, Brasiliense, 1987, Tomo II.
- GORZ, A. Técnica, técnicos e luta de classes. In: GORZ, A. (Org.) *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo, Ensaio; Campinas, SP, UNICAMP, 1990.
- MARX, K. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política. (Borrador) 1857-1858*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1989, Vol 1.
- _____. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1983 e 1984, Vols I e II, Livro 1.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- _____. *Capítulo VI (Inédito)*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- _____. *A miséria da filosofia*. São Paulo, Global, 1985.
- NAGELS, J. *Trabalho colectivo e trabalho produtivo na evolução do Pensamento marxista*. Lisboa, Prelo Editora, 1979, v. I.
- NAPOLEONI, C. *Lições sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- NETTO, J. P. "Prólogo" do *manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Cortez, 1998.
- PANIAGO, M. C. S. O controle do capital: uma impossibilidade objetiva. In: *Serviço Social e Sociedade* n° 64. São Paulo, Cortez, nov/2000.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo, Boitempo, 2001.
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. São Paulo, Makron Books, 1995.
- TAVARES, M. A. *Os fios (in)visíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002 (Tese de Doutorado).
- TEIXEIRA, J. F. S. O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. In: Boito Jr. et alli. (Orgs.) In: *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo, Xamã, 2000.
- _____. *Análise crítica do mercado de trabalho de Fortaleza à luz das categorias de trabalho produtivo e improdutivo*. Fortaleza, SINE/CE, 1988.

A PRODUÇÃO IMATERIAL: VELHOS ELEMENTOS DE UM NOVO DEBATE.

Monica de Jesus Cesar¹

INTRODUÇÃO

As transformações que vêm ocorrendo tanto na base material da sociedade capitalista quanto no campo das idéias e suas inflexões no mundo do trabalho se constituem numa preocupação candente no âmbito das ciências sociais. A crescente visibilidade dos efeitos das alterações estruturais na esfera produtiva, encarnadas no processo de reestruturação, recoloca indagações para o pensamento sociológico com relação à composição do trabalhador coletivo, suas formas institucionais de organização, representação e luta².

Há vários caminhos a seguir quando se trata de pensar a articulação entre a nova historicidade do trabalho e das sociedades contemporâneas aos processos de restauração da relação entre econômico, social e político, ou ainda, a nova relação entre a produção, a distribuição e o consumo, a partir do movimento de transformação conjunta das forças produtivas e dos mecanismos de hegemonia ética, ideológica e cultural.

No debate contemporâneo sobre as transformações do trabalho, se destacam os esforços de pesquisa e reflexão sistemática sobre a "economia do imaterial", cuja abordagem, paulatinamente, se tornou um referencial dentro do conjunto de proposições que pretendem demarcar o que há de novo no processo de reestruturação capitalista.

Dentre essas abordagens está inserida a produção dos pesquisadores que compõem a Revista Futur Antérieur³ que, em grande

¹ Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. End. Rua Senador Nabuco, 150/211 - Vila Isabel - 20551-230 - Rio de Janeiro - E-mail: mocesar@brfree.com.br

² A resultante mais visível dessas indagações tem sido a argumentação reducionista - presente na tematização filosófica de Habermas e na problematização sociológica de Gorz, Kurz, Offe e outros - de que as mudanças tecnológicas e o incremento do progresso técnico, com base na automação microeletrônica e informacional e suas consequências sobre o emprego da força de trabalho, colocaria em questão a centralidade do trabalho assalariado como "fator de integração social", levando ao fim da sociedade fundada no trabalho. Este debate está aprofundado na produção de Braga (1996).

³ O aporte recai nas formulações de um grupo de autores italianos contemporâneos, em particular, Maurizio Lazzarato e Antonio Negri (2001) cuja elaboração da noção de trabalho imaterial pode ser situada dentro da corrente neomarxista italiana da década de 60 conhecida como operáismo. Nos periódicos Quaderni Rossi e Classe Operaia estão expressas as principais formulações teóricas do operáismo italiano, cujos eixos centrais de discussão são "a história operária do capital", "a recusa do socialismo e do trabalho" e "conceito de composição de classe". A este respeito ver a produção de Mañío Tronti (1976).

medida, procuram identificar a nova composição do trabalho a partir da caracterização do conteúdo informacional e cultural da mercadoria no novo regime de acumulação capitalista.

Nesta abordagem é possível verificar a introdução de ferramentas teóricas da crítica do trabalho que buscam apontar possíveis alternativas políticas abertas pelas atuais modificações no capitalismo, considerando a socialização dos saberes, a intensificação dos níveis de cooperação, das subjetividades dos trabalhadores e dos dispositivos tecnológicos e organizativos, que redefinem as possibilidades de recomposição e singularização da nova natureza das relações sociais.

As análises sobre o trabalho imaterial, nos termos da nova natureza do trabalho, são articuladas ao conceito marxista de "intelecto geral" e derivam, primeiro, da constatação de que a força de trabalho imaterial - comunicação, cooperação, afeto - ocupa uma posição cada vez mais central na produção capitalista e na composição do proletariado. Em segundo, da problematização das novas configurações de subjetividades, advindas da dimensão social e comunicativa do trabalho imaterial e de seu potencial de exploração e revolução.

Os desafios que se colocam nesse viés analítico - legado do neomarxismo italiano - é, por um lado, compreender a nova composição de classes do proletariado e o potencial de suas lutas e, por outro, desvendar as relações dinâmicas e criativas entre a reprodução material e a reprodução social frente à subsunção real das novas forças produtivas - ciência, comunicação, linguagem - aos poderes do capital que perpassam e constituem diretamente não apenas a produção, mas também todo o domínio da reprodução.

O objetivo deste trabalho é apresentar, a partir de uma releitura da produção imaterial em Marx, os fundamentos teóricos em torno dos quais circunda o debate sobre a "economia do imaterial" no capitalismo contemporâneo.

Trabalho produtivo e improdutivo: de volta à velha questão.

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo desponta em virtude das problemáticas relativas à recomposição do capital que vem provocando uma ampla reestruturação no nível de participação dos setores produtivos no conjunto das atividades social e econômica, trazendo em seu núcleo a recomposição das formas de enfrentamento e dominação entre as classes sociais.

As mudanças nas políticas de gestão da força de trabalho, nas qualificações, nas práticas organizacionais, no nível de emprego/desemprego e nos conteúdos do trabalho têm gerado importantes reflexões sobre a expansão do setor de serviços, o alargamento das atividades informacionais e comunicativas e, conseqüentemente, sobre a dimensão imaterial da atividade produtiva, colocando a análise da clivagem entre trabalho produtivo e improdutivo sob novos parâmetros.

A análise de Marx sobre essa distinção perpassa, em grande medida, sua obra. A definição que Marx propõe para trabalho produtivo parece bastante clara, e o conceito de trabalho improdutivo dela decorre como trabalho assalariado que não é produtivo. O trabalho produtivo é contratado pelo capital no processo de produção, com o objetivo de criar mais-valia. Como tal, o trabalho produtivo diz respeito apenas às relações sob as quais trabalhadores são organizados, e não à natureza do processo de produção, nem à natureza do produto. Cantores de ópera, professores e alfaiates, tanto quanto mecânicos ou mineiros, podem ser empregados pelos capitalistas tendo em vista o lucro e isso é o que determina se são trabalhadores produtivos ou improdutos.

A importância desta distinção para Marx é que ela expressa a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, em que o excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Para Marx, portanto, a determinação do trabalho produtivo e improdutivo se baseia no fato da produção capitalista ser produção de mais-valia e do trabalho por ela empregado ser trabalho produtor de mais-valia.

Esta distinção é a base para a análise do trabalho improdutivo em sua dependência da mais-valia como fonte de salários, mas não constitui, ela própria, uma análise desse trabalho como tal, sobretudo, porque a maior parte da análise de Marx está voltada para o trabalho produtivo e para as leis segundo as quais a produção capitalista se desenvolve.

Uma segunda definição acessória de trabalho produtivo, segundo Marx, é aquela que considera produtivos os trabalhadores que, independente do conteúdo de sua atividade, realizam riqueza material por meio dos produtos de seu trabalho. Nesta definição, diversa da característica dominante de trabalho produtivo, pode ser incluída, ainda que de modo restrito na análise marxiana, a produção imaterial quando nesta se configura intercâmbio entre dinheiro e trabalho.

Para Marx, tanto no Capítulo Sexto Inédito como nas Teorias da Mais-Valia, a produção imaterial, mesmo quando se dedica apenas à troca, isto é, produz mercadorias, pode ser de dois tipos. No primeiro, ela resulta em mercadorias que existem separadamente do produtor, como os produtos artísticos que se distinguem do desempenho do artista executante. O produtor estabelece uma relação que constitui uma forma de transição para o autêntico modo de produção capitalista e apenas se submete formalmente ao capital.

O segundo tipo é inseparável do ato de produzir e, em virtude da natureza dessa atividade, o modo de produção capitalista só se verifica em extensão reduzida, podendo somente se estender a algumas esferas, tal como os professores, que não são produtivos em relação aos alunos, mas o são em relação ao empresário do estabelecimento de ensino. Marx afirma que (1980: 404),

“o mesmo se aplica às empresas de teatro, estabelecimento de diversão etc. O ator se relaciona com o público na qualidade de artista, mas perante o empresário é trabalhador produtivo. Todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, comparadas com o conjunto dessa produção são tão insignificantes que podem ficar de todo despercebidas”.

De acordo com Marx, a mesma espécie de trabalho pode ser produtiva e improdutiva, no entanto, só pode ser considerada produtiva se, no sistema de produção capitalista, produz mais-valia para o empregador ou transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte, se configura como trabalho que produz o próprio produto como capital.

Um dos exemplos utilizados por Marx para ilustrar trabalho improdutivo é o da prestação de serviços do alfaiate, já que a troca direta de dinheiro por trabalho não transforma o dinheiro em capital ou o trabalho em trabalho produtivo. Segundo Marx (1980: 396-397),

“... o alfaiate que vem a minha casa não é trabalhador produtivo, embora seu trabalho me forneça o produto, a calça, e a ele, o preço do trabalho, o dinheiro. É possível que a quantidade de trabalho que o alfaiate me fornece seja maior que a contida no preço que de mim recebe. E isso é mesmo provável, pois o preço de seu trabalho é determinado pelo preço que os alfaiates produtivos recebem. Mas esse assunto não me interessa. Uma vez dado o preço, para mim tanto faz que o alfaiate trabalhe 8 ou 10 horas. Trata-se apenas do valor de

uso, a calça, e aí, tanto faz comprá-la de uma maneira ou de outra, meu interesse naturalmente é pagar o menos possível, mas num caso nem mais nem menos que no outro, noutras palavras, a pagar o preço normal dela. Isso é uma despesa no meu consumo, diminuição, ao invés de acréscimo, de meu dinheiro. Não é meio de enriquecimento, nem o é tampouco qualquer outra maneira (senão) de despendar dinheiro para meu consumo pessoal”.

Para Marx, na produção imaterial, o mesmo trabalho pode ser realizado pelo mesmo trabalhador, mas somente será considerado produtivo se constituir um elemento do processo de autovalorização do capital. Marx afirma que (1980: 396),

“Milton, por exemplo, que escreveu o Paraíso Perdido por 5 libras esterlinas, era um trabalhador improdutivo. Ao revés, o escritor que fornece à editora trabalho como produto industrial é um trabalhador produtivo. Milton produziu o Paraíso Perdido pelo mesmo motivo por que o bicho-da-seda produz seda. Era uma atividade própria de sua natureza. Depois vendeu o produto por 5 libras. Mas o proletário intelectual de Leipzig, que sob a direção da editora produz livros (por exemplo, compêndios de economia), é um trabalhador produtivo; pois, desde o começo, seu produto se subsume ao capital e só para crescer o valor deste vem à luz. Uma cantora que vende seu canto por conta própria é um trabalhador improdutivo. Mas, a mesma cantora, se um empresário a contrata para ganhar dinheiro com seu canto, é um trabalhador produtivo, pois produz capital”.

Dos dois tipos de trabalho imaterial parece que o primeiro se enquadra melhor no conceito de trabalho produtivo – trabalho que produz mais-valia e não aquele somente útil ou desgastante. De acordo com Marx (1980: 116),

“os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis do trabalhador e, portanto, existentes independentemente deles como mercadorias autônomas – e, embora possam ser explorados de maneira diretamente capitalista, constituem grandezas insignificantes se os compararmos com a massa da produção capitalista. Por isso, deve-se pôr de lado esses trabalhos e tratá-los somente a propósito do trabalho assalariado que não é simultaneamente trabalho produtivo”.

Para Marx, uma série de funções e atividades, como as profissões liberais - consideradas um fim em si mesmas e que se exerciam gratuitamente ou eram remuneradas de forma indireta - se transformou diretamente em trabalho assalariado. Este fato, no entanto, não as torna necessariamente trabalho produtivo, pois a compra do trabalho pode ser para o consumo de seu valor de uso e não como trabalho que gera valores de troca.

A segunda espécie de trabalho imaterial é bem exemplificada pelos artistas executores em geral, como um pianista ou um bailarino, mas incluídos também todos aqueles em que o trabalho resulta numa execução virtuosística. Os virtuosos que satisfazem uma necessidade estética produzindo uma fruição que cessa ao cessar sua atividade, por um lado, representam "uma grandeza infinitésima com relação à massa da produção capitalista" e, por outro, devem ser considerados "trabalho assalariado que não é, no mesmo tempo, trabalho produtivo".

Neste raciocínio, é possível dizer que, a ausência de uma "obra" ou produto que sobrevêm à atividade acomoda o "virtuosismo intelectual" em todas aquelas prestações que fornecem um serviço pessoal, prestações, essas sim, sempre improdutivas, já que para obtê-las se despense renda e não capital. Dinheiro e trabalho, nesse caso, se trocam apenas na condição de mercadoria, pois a troca, ao invés de produzir capital, implica dispêndio de renda.

Segundo Marx, o possuidor da capacidade de trabalho defronta-se com o capital como vendedor do trabalho vivo e não de uma mercadoria, ou seja, o valor de uso que o trabalhador oferece ao capitalista não está materializado em um produto e não existe senão de modo intrínseco ao próprio trabalhador. O trabalho vivo se realiza na medida em que o capital o solicita, o põe em movimento e o consome produtivamente, transformando o trabalho objetivado em capital.

A atividade de um professor, por exemplo, que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição de ensino, é um trabalho produtivo. Diversamente, não o é se o pagamento dos serviços prestados a um aluno se configurar como dispêndio de dinheiro em mercadoria para consumo.

Para Marx a diferença entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é importante com respeito à acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui condição da reconversão da mais-valia em capital e, do ponto de vista do processo geral da produção material, nada impede que o produto comum do trabalho mental ou manual - ou

dos trabalhos em que predomina um qualificativo ou o outro - se objetive em riqueza material. Como afirma Marx ,

"com o desenvolvimento da subordinação real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista não é o operário individual que se converte no agente real do processo de trabalho no seu conjunto, mas sim uma capacidade de trabalho socialmente combinada e, como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e forma a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, neste caso, de produtos (...) - temos que são cada vez em maior número as funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito imediato de trabalho produtivo, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e de produção" (1969:110).

O que constitui o valor de uso específico do trabalho produtivo para o capital, portanto, não é a sua utilidade particular, nem o conteúdo determinado do trabalho, tampouco as qualidades úteis peculiares do produto em que se objetiva, mas o seu caráter de elemento criador de mais-valia.

É o conceito de trabalho coletivo que permite alargar o campo do trabalho produtivo. Marx encontra a sua origem na evolução das técnicas de produção que revolucionaram o modo de produção. O esboço dessa gênese é conduzido da fase da cooperação aos estágios da manufatura e da grande indústria. Como Marx descreve em *O capital* (1994: 439-440),

"o instrumental de trabalho, ao converter-se em maquinaria, exige a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente da ciência. Na manufatura, a organização do processo de trabalho social é puramente subjetiva, uma combinação de trabalhadores parciais. No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção. Na cooperação simples e mesmo na cooperação fundada na divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado parece ainda ser algo mais ou menos contingente. A maquinaria, com exceções a mencionar mais tarde, só funciona por meio de trabalho diretamente coletivizado ou comum. O

caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho”.

Das assertivas marxianas decorrem algumas questões sobre o que seria exatamente a produção imaterial e, conseqüentemente, trabalho imaterial. A princípio, poder-se-ia supor que trabalho imaterial corresponde ao trabalho improdutivo, todavia, como o próprio Marx afirma todos os trabalhadores que troçam trabalho diretamente por dinheiro como capital e, por isso, reproduzem de imediato, além do próprio salário, mais-valia para o capitalista são considerados produtivos, independente do conteúdo, do caráter concreto e da utilidade particular do trabalho. É a natureza das relações de produção, deste modo, que determina o estatuto produtivo.

É possível inferir que Marx chama de produção imaterial, por um lado, certos serviços ou valores de uso resultantes de certas atividades ou trabalhos corporificados em mercadorias e, por outro, serviços ou valores de uso que, ao contrário, não deixam resultado palpável, distinto da própria pessoa que os executa, ou seja, seu resultado não é uma mercadoria vendável. Tais atividades ou serviços, todavia, parecem configurar em menor ou maior grau o aspecto não corpóreo ou não imediato da transformação. Estão ligados “a prazeres ou fruções” e se encontram num domínio distinto do processo imediato da produção material.

Ao analisar a *Théorie de la civilisation* de Henri Storch, Marx afirma que (1980:267),

“para observar a conexão entre a produção intelectual e a material, é mister antes de tudo, apreender esta não como categoria geral, mas como forma histórica definida. Assim, por exemplo, ao modo de produção capitalista corresponde produção intelectual de espécie diferente daquela do modo de produção medieval. Se não se concebe a própria produção material na forma histórica específica, é impossível entender a interação entre ambas (...). E mais: da forma específica da produção material resulta: 1) determinada estrutura da sociedade e 2) determinada relação dos homens com a natureza. As duas determinam o governo e a visão intelectual dos homens. Em conseqüência, também o gênero da produção intelectual”.

Nesta passagem, Marx distingue a produção material da produção intelectual, ressaltando que a produção capitalista é hostil a certos setores de produção intelectual como a arte e a poesia, o que

equivale dizer que a produção imaterial tem como *locus* privilegiado a vida social, política e intelectual em geral ou corresponde à produção espiritual⁴.

Numa outra passagem, Marx destaca como acertada a crítica de Storch aos críticos de Smith que “longe de estabelecer essa distinção (entre valores imateriais e riquezas) acabam confundindo essas duas espécies de valores que se evidenciam tão diversos”, ou seja, afirmam de modo equivocado ser produção material a produção de produtos intelectuais ou a produção de serviços.

A imaterialidade, deste modo, parece derivar do fato do trabalho não estar submetido à instrumentalidade da dinâmica da técnica e de sua transformação da natureza ou ainda por não se caracterizar como trabalho objetivado, mas sim, relacionado às formas de subjetividade. Marx afirma que,

“a substância comum de todas as mercadorias, isto é, a sua substância não como substância material e, portanto, como determinação física, mas a substância comum enquanto mercadorias e por isso valores de troca, consiste no fato de ser trabalho materializado. O único trabalho que se diferencia do trabalho materializado é aquele não materializado, que ainda está se materializando, o trabalho como subjetividade. Ou então: o trabalho materializado ou seja espacialmente presente, pode também ser contraposto como trabalho passado ao trabalho temporalmente presente. Na medida em que deve ser temporalmente presente, como trabalho vivo, pode sê-lo somente como sujeito vivente, no qual existe como capacidade, como possibilidade; ainda como operário. O único valor de uso que pode constituir uma antítese em relação ao capital é o trabalho (e mais precisamente o trabalho criador de valor, ou seja, produtivo)” (1972:212-213).

Se esta afirmação de Marx nos Grundrisse, por um lado, gera uma série de controvérsias sobre a relação entre o critério econômico para a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo e o potencial

⁴ Esta distinção está correlacionada a idéia de que a estrutura econômica da sociedade (a base ou infra-estrutura) condiciona a existência e as formas do Estado e da consciência social (a superestrutura). A descrição mais pormenorizada do que se deve entender por base ou infra-estrutura, é feita em uma passagem do Prefácio à “Contribuição à crítica da economia política” que se tornou a formulação clássica: “Na produção social de sua vida, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral” [1953:301]. Mas o caráter da relação entre base ou infra-estrutura é mais complexo. Marx afirma, em *Teorias da mais-valia* que, se a própria produção material não for concebida em sua forma histórica específica, é impossível compreender o que é específico à produção espiritual que a ela corresponde e a influência recíproca de uma sobre a outra. Em outras palavras, a superestrutura não é considerada como simples reflexo passivo, mas dotada de certa eficácia própria.

para a participação e a formação da classe operária, por outro, fundamenta a própria teoria da ação na atividade da classe operária que tem como consequência a concepção do sujeito revolucionário vinculado ao proletariado industrial.

A dominação e expansão do capital implicam necessariamente o seu contrário: o trabalho vivo, trabalho como atividade, como fonte viva de valor. O trabalho vivo aparece, na análise marxiana, como conceito central seja para analisar e compreender o modo de produção, seja para apreender o sujeito revolucionário, mantendo juntos trabalho e ação.

Uma das críticas recentes como a de Habermas, no entanto, acusa Marx de reduzir a práxis social a um de seus momentos, ou seja, o trabalho. Na perspectiva de "reformular" o conceito de práxis, o autor estabelece uma distinção entre "trabalho" e "ação comunicativa". O primeiro corresponde à ação instrumental, escolha racional ou à combinação governada por regras técnicas baseadas no conhecimento empírico ou pela relação cognitivo-instrumental com uma natureza objetiva. A segunda é interação simbólica governada por esquemas de interpretação suscetíveis de consenso (ou "saber válido"), relações interpessoais ordenadas legitimamente (ou "solidariedades") e por capacidades de interação (ou "identidades pessoais") que, por sua vez, não estão englobadas em uma supertotalidade⁵.

Isenta a pretensão de aprofundar a polêmica habermasiana, interessa sublinhar que esta posição aponta que a crítica da economia política, fundada sobre a relação do homem com a natureza, não permite fundar uma ética e uma política. Somente a relação intersubjetiva e as esferas públicas autônomas - comunicação gerada nos microdomínios da práxis cotidiana - poderiam gerar uma nova ação e política.

Reduzindo o trabalho a uma atividade instrumental subordinada à exploração e controle capitalista, tal posição busca no "agir" e nas suas dimensões semântica (cultura), do espaço social (integração/ relação interpessoal) e do tempo histórico (socialização) fundar uma nova visão de política.

Em outros termos, significa que tais análises⁶ das atividades culturais, relacionais, comunicativas, dentre outras, tendem a excluir a

⁵ A perspectiva de Habermas (2000) é deslocar o conceito de práxis da esfera do trabalho para o âmbito da ação comunicativa, de modo que a liberação progressiva do potencial racional assentado na ação comunicativa - não mais pensado como auto-reflexão em grande escala - torna embotada a definição do conteúdo normativo da modernidade (um macro-sujeito auto-referencial que engloba sujeitos particulares), pois se anulam as correspondentes representações modelares para o diagnóstico e solução da crise, isto é, a ruptura e a revolução.

⁶ Inclui-se a produção de Gorz (1982) na qual a redução do tempo de trabalho e do trabalho assalariado marca o início de uma nova época marcada pelo não-trabalho - o "fim do trabalho", imposto pela desconexão em curso das formas de socialização e de trabalho.

crítica da sua subordinação à relação de capital, aos conflitos e ao processo de subjetivação que eles implicam, tornando-as externas à economia de mercado.

Estas interpretações derivam, em grande medida, de uma apreensão reducente da relativa oposição que Marx estabelece entre "práxis" - transformação do trabalho em auto-atividade - e trabalho. Este último, tomado como forma auto-alienada da atividade produtiva, resultante do processo capitalista de produção⁷.

Para Paolo Virno (1994), segundo uma longa tradição, o âmbito do agir político pode ser identificado traçando duas linhas de fronteira. A primeira, nos confrontos do trabalho, com seu caráter instrumental e taciturno fruto do automatismo que o torna um processo repetitivo e previsível. E segundo, nos confrontos do pensamento puro, da índole solitária e inaparente da reflexão intelectual.

De acordo com Virno, a atividade em que "o produto é inseparável do ato de produzir" tem um estatuto ambíguo, relacionado ao fato de que mesmo englobado na produção capitalista, o virtuosismo foi o arquitecônio da ética e da política - espaço das atividades estético-prático-cognitivas - espaço do não-trabalho⁸.

Pianista e bailarino, deste modo, encontram-se num precário equilíbrio sobre uma raia que separa destinos antitéticos: por um lado, podem se tornar exemplos de "trabalho assalariado que não é, ao mesmo tempo, trabalho produtivo"; por outro, se referem ao agir político, posto que a atividade que se manifesta como uma "conduta" - exercício de uma faculdade, atividade sem obra, sem ter que perseguir um objetivo extrínseco e que depende da presença do outro a quem mostrar seu virtuosismo - coincide com a práxis política.

Numa análise antipódica, cada qual das potencialidades desenvolvidas inerentes à figura do artista executor - trabalho ou ação - parece excluir a inclinação oposta, posto que o estatuto de trabalho assalariado é separado da vocação política.

⁷ Nos Manuscritos econômicos e filosóficos de 1848, Marx opõe, geralmente, "trabalho" e "práxis", descrevendo o primeiro como "o ato de alienação da atividade humana prática" mas, por vezes, usa "trabalho" como equivalente a "práxis". Em a Ideologia alemã, permanece a oposição entre "trabalho" e "práxis". Marx sustenta a concepção de que todo trabalho é uma forma auto-alienada de atividade produtiva humana e deveria ser "abolido". A forma não alienada de atividade, anteriormente chamada de práxis, passa a se configurar como "auto-atividade", mas a idéia fundamental de Marx é mantida: "a transformação do trabalho em auto-atividade". Cabe ressaltar que esta relativa oposição se esvaece em O Capital.

⁸ O autor se refere à problemática aristotélica em que apesar do termo "praxeis" ser empregado para designar todas as atividades humanas, a práxis é considerada apenas como uma das três atividades básicas do homem (as outras duas são a *theoria* e a *poiesis*). Esta problemática surge no contexto de uma divisão das ciências ou do conhecimento em três tipos básicos, o teórico, o prático e da *poiesis* (o "produtivo" ou trabalho) que se distinguem pela sua finalidade: para o conhecimento teórico, o objetivo é a verdade; para o conhecimento da *poiesis*, a produção de alguma coisa e, para o conhecimento prático, a própria ação. Segundo Virno (1994), Aristóteles afirma que "o fim da produção é diverso da própria produção, entretanto, não pode ser-lo aquele da ação: pois que a própria conduta virtuosa é um "fim".

Para o autor, as fronteiras habituais entre intelecto, trabalho e ação (ou entre *theoria*, *poiesis*, *praxeis*) têm se rompido, uma vez que o trabalho tem absorvido os traços “distintivos” do agir político e tal absorção está relacionada com a produção contemporânea e com um intelecto tornado público. É a simbiose do trabalho com o *General Intellect*, o “saber social geral”, que imprime a sua forma ao “processo vital próprio da sociedade”, segundo o próprio Marx⁹. A potência do *General Intellect* constitui, por essas vias, o ponto de partida inevitável para redefinir a práxis política.

No âmbito dos paradoxos do *General Intellect*, portanto, se constitui o local do virtuosismo como “faculdade” que se insere além da divisão entre trabalho e ação, trabalho manual e intelectual, produção material e imaterial, configurando ao mesmo tempo a mais eminente fonte da produção capitalista e exprimindo novas formas de comando na atualidade.

O conceito de “trabalho vivo”: adiante da velha questão?

Na leitura do marxismo crítico italiano das décadas de 60/70, é possível verificar que o conceito marxiano de “trabalho vivo” é resgatado e desenvolvido, na tentativa de tirar a “atividade” de sua dimensão produtivista, ou seja, “desacorrentar” o trabalho aprisionado no âmbito da racionalização da produção capitalista.

O conceito de “trabalho vivo” tomado como princípio produtivo imanente, como potência ontológica, aprofunda o debate sobre trabalho imaterial, *General Intellect*, bem como sobre o sujeito político adequado a este nível de socialização das forças produtivas: a “intelectualidade de massa”.

Prepondera nesta produção uma distinção entre trabalho vivo e trabalho. O trabalho vivo é posto como cooperação, ato criativo – de cujos elementos subjetivos são parte integrante – e o “trabalho” como subordinado à lógica da valorização do comando, da exploração, da capacidade de criação e dos seus elementos subjetivos – configurando assim o duplo caráter da força de trabalho.

Esta abordagem aponta criticamente que na análise marxiana esta relação entre trabalho como força ontológica e trabalho como produtor de valor é sobredeterminada e fechada pelas relações de produção capitalistas. A produção do valor que produz mais-valia, deste modo,

⁹ As formulações de Marx nos Grundrisse inspiram, sobremaneira, as teses sobre a mutação do trabalho em trabalho imaterial e da força de trabalho em “intelectualidade de massa”. Esta mutação constituiria o “*General Intellect*”, ou seja, “o saber social geral” como ator fundamental do processo social de produção, seja na forma do trabalho científico geral, seja na forma de cooperação da atividade social

cancela e mistifica toda a sua relação com o trabalho vivo, enquanto fonte viva de valor, como força ontológica, constitutiva e independente.

Esta distinção é central neste debate, na medida em que o conceito de trabalho vivo – posição autônoma de um fim, objetivação de um sujeito, auto-realização, trabalho que emancipa e produz um acréscimo do ser – se torna a chave para apreender o sujeito revolucionário e a práxis social.

Neste raciocínio, a práxis, como conceito ontológico, é concebida como a atividade humana em todas as suas formas e não como ação cuja determinação prevalecte deriva da inserção objetiva no processo de produção ou na relação salarial. Seguindo esta linha de raciocínio, ao vislumbrar o trabalho como categoria de emancipação, Marx deveria ter se referido ao “trabalho vivo” não só do operário ou do “trabalhador produtivo”, mas de todos aqueles que são explorados pela dominação capitalista e a ela subjugados.

Isto, contudo, implica que as próprias análises das atividades culturais, relacionais e comunicativas, não devem se privar de uma crítica da sua subordinação à relação de capital, aos conflitos e ao processo de subjetivação que eles implicam. Além disso, o trabalho teórico sobre a produção da subjetividade não pode deixar de enfrentar a análise marxiana sob pena de reproduzir, tal como Habermas, a ruptura entre sistema e mundo vital, trabalho e ação, agir instrumental e agir comunicativo, estrutura e sujeito.

Lazzarato (2001) adverte que o conceito marxiano de “trabalho vivo” deve ser resgatado como potência ontológica, que, antes de produzir mercadorias, produz relações políticas, isto é, a relação de capital. Caso contrário, tende a ficar reduzido a uma visão economicista de trabalho enquanto produtor de valor que não permite desenvolver o conceito de trabalho senão do ponto de vista do capital o que, conseqüentemente, leva a uma redução ou não apreensão do sujeito revolucionário.

O conceito de trabalho vivo permanece no âmago deste debate, pois, na visão dos autores que discutem trabalho imaterial o “trabalho vivo” é colocado como a capacidade de criação dos elementos subjetivos antes mesmo de se constituir “valor de troca”. Dito de outra forma, a potência do trabalho vivo consiste exatamente na impossibilidade de distinguir trabalho e ação ou o “funcionar” do “agir”.

É possível verificar, portanto, que a polêmica introduzida pelas abordagens sobre a “economia do imaterial” no capitalismo contemporâneo, sobretudo, com relação à genealogia do não-trabalho

do *General Intellect*, à constituição de um sujeito político em torno das possibilidades engendradas pela ampliação do trabalho imaterial e à superação das clivagens entre trabalho produtivo e improdutivo, está conjugada à necessidade de uma outra perspectiva de análise da forma de produção, da exploração e dos modos de resistência.

A emergência do trabalho imaterial como pressuposto e resultado de um alargamento da cooperação produtiva englobando a produção e a reprodução da comunicação e o seu conteúdo mais importante - a subjetividade - confronta o capital com novas formas de antagonismos e novos conflitos sociais que não se limitam ao espaço da fábrica, do ateliê ou do escritório. Nesta perspectiva, a nova dinâmica das lutas, portanto, só pode ser apreendida considerando a potência ontológica do trabalho vivo - intelecto, trabalho e ação - como sujeito vivente no tempo que se opõe às configurações mortas do capital presentes no espaço.

O papel desempenhado pela produção de bens imateriais na reconfiguração do momento atual do capitalismo permite a constatação de que a divisão entre os serviços, a produção e a circulação é cada vez menos significativa e coloca a centralidade do trabalho vivo como "medida" da produtividade social ou como a "verdadeira riqueza" social.

Isto significa, por um lado, que o trabalho assalariado deixa de ser a referência central e as formas de quantificação do valor escapam aos padrões tradicionais por requererem normas de gestão, produção e sociabilidade, baseadas no novo papel atribuído ao trabalho imaterial. Por outro, mesmo o trabalho imediato deixando de ser o fator determinante da produção - em virtude do predomínio do capital fixo pela incorporação das capacidades intelectuais sob a objetivação do saber científico - ele não é totalmente extinto, mas passa a se configurar numa relação significadamente mediatizada com o seu objeto de trabalho.

Estas contradições e/ou paradoxos são aspectos importantes colocados à teoria crítica que, obviamente, não cabe neste trabalho aprofundar. Há, entretanto, a certeza de que para que se possa alcançar um novo patamar de reflexão crítica o debate sobre as transformações no capitalismo contemporâneo não pode deixar de se confrontar com o conceito de produção e de trabalho em Marx.

As clivagens tradicionalmente estabelecidas entre produtivo e improdutivo, entre material e imaterial, entre manual e intelectual parecem não mais caber na nova dinâmica capitalista, posto que a emergência de novas subjetividades ativa o terreno dos antagonismos

onde se desenvolvem focos de revolta e resistência à ordem capitalista e aos avanços do processo de valorização, e possuem um potencial de criação de novas formas sociais e produtivas, que o capital conseguirá ou não engendrar na sua lógica.

Permanece, contudo, a indagação de como a potência do trabalho vivo e as formas de interatividade decorrentes da produção imaterial poderão reinventar novas formas de sociabilidade que supere o trabalho como mera condição de valor de troca, de capital variável, ou seja, de trabalho que cria valor comandado e organizado pelo capital.

A própria crítica de Hardt e Negri (2001) indica que a descoberta de novas formas de forças produtivas - trabalho imaterial, intelectual e intelecto geral - representa um passo à frente, mas não é suficiente para compreender as relações dinâmicas e criativas entre a produção material e a reprodução social e pode restringir as análises das novas relações e práticas sociais nos seus aspectos intelectuais e incorpóreos e limitá-las no horizonte da linguagem e da comunicação.

Considerações finais

O atributo das reflexões sobre o trabalho imaterial consiste no fato de buscar apreender no processo de investigação a nova centralidade do trabalho vivo, reconhecendo a profunda originalidade revolucionária da análise marxiana e tentando superar os limites interpretativos que "aprisionam" a autonomia dos sujeitos sociais, mistificando a relação política na objetividade do econômico.

De fato, não há só um modo de pensar as transformações operadas no capitalismo. Há vários. Mas nem por isso se está livre de um discurso dominante que procura definir uma via para explicá-las sobre as formas dadas de organização do trabalho. Esta é uma postura que endurece as perspectivas de antecipar as evoluções, as alternativas e as virtualidades. Funciona como uma espécie de coerção (como toda posição dominante) que procura evitar que, em outros lugares, se origine um saber diferente e relevante sobre o trabalho.

Há os que se deixam prender, assim como há os que resistem e há ainda os que desafiam, levantando proposições originais no debate teórico sobre as mutações no mundo do trabalho. Estes últimos, diante do "enigma" que envolve a reconstituição do sujeito revolucionário, tecem suas aventuras reflexivas, constroem outros saberes e, ao mesmo tempo, produzem uma ação crítica e fecunda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BRAGA, R. A restauração do capital: um estudo da crise contemporânea. São Paulo: Xamã: 1996.
- COCCO, G. Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. Estado, mercado e cidadania. In: SERRA, R. (org). Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES – FSS/UERJ, 2001.
- DANTAS, M. Valor trabalho e valor-informação. In: Transformação. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 8 (1): 55-88, janeiro-abril/1996.
- FAUSTO, R. A pós-grande indústria nos Grundrisse (e para além deles). In: Lua Nova, nº 19. São Paulo, 1989.
- GORZ, A. Adeus ao proletariado. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HARDT, M e NEGRI, A. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LAZZARATO, M. e NEGRI A. Trabalho Imaterial. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LAZZARATO, M. "Le Cycle de la Production Immatérielle". In: Futur Antérieur, nº 16. "Paradigmes du Travail". Paris: Éditions L'Harmattan, 1995/2.
- _____. "Le Concept de Travail Immatériel: La Grande Entreprise". In: Futur Antérieur, nº 10. "Paradoxes autour du Travail". Paris: Éditions L'Harmattan, 1992/2.
- MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse). México, Siglo XXI Editores, 1972.
- _____. O Capital. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1994.
- _____. Capítulo VI Inédito de O Capital. São Paulo: Editora Moraes, 1969.
- _____. Manuscritos econômicos-filosóficos de 1848. In: MARX, K. e ENGELS, F. Manuscritos econômicos vários. Barcelona, Grijalbo, 1975.
- MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo: Grijalbo, 1977.
- _____. Obras Escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1953.
- NAGELS, J. Trabalho colectivo e trabalho produtivo. Lisboa: Prelo Editora, 1979.
- TEIXEIRA, F. J. S. Pensando com Marx. São Paulo: Editora Ensaio, 1995.
- TRONTI, M. Operários e capital. Porto: Ed. Enfrentamento, 1976.
- VIRNO, Paolo. Mondanità. L'idea di "mondo" tra esperienza sensibile e sfera pubblica. Roma: Manifestolibri, 1994.

TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Maria Norma Alcântara B. de Holanda¹

Entre os lineamentos fundamentais sobre os quais Marx se apóia em sua crítica à ciência econômica burguesa está o trabalho, atividade que funda a sociabilidade humana por conter todas as determinações essenciais de tudo o que é novo no ser social. Esse seu caráter fundante faz dele a atividade portadora do salto ontológico que distingue o ser social da sua base originária. É sobre esta concepção de trabalho entendido como metabolismo entre o homem (sociedade) e a natureza que Lukács pensa sua Ontologia. Contudo, nenhum ato do trabalho ocorre fora da reprodução social já que por se constituir em uma categoria peculiar ao mundo dos homens, só alcança plena explicitação no interior de um complexo social que se mova e se reproduza processualmente.

De modo diverso da vida orgânica, no ser social a reprodução implica, por princípio, mudanças que vão para além da pura e simples preservação da existência biológica. É ontologicamente decisivo entender, no entanto, que no mundo dos homens a reprodução orgânica se constitui fundamento ineliminável da reprodução social, sua base genética. Tendo por base a natureza – orgânica e inorgânica – a reprodução social se desenvolve em um ambiente constantemente modificado pela ação humana através do trabalho de modo que, as condições para a reprodução da sociedade são por ela mesma criadas mediante a práxis social dos homens.

Isto nos conduz a afirmar que a reprodução da individualidade e da totalidade social só existe em determinação reflexiva mesmo porque, não há sociedade destituída de indivíduos e estes, por sua vez, só conseguem se reproduzir no interior de uma sociedade. Nesse sentido, a história dos homens inclui ao mesmo tempo a história do desenvolvimento das diferentes formações sociais e dos indivíduos singulares que delas são parte constitutiva.

Na esfera biológica, a reprodução dos seres vivos singulares sempre coincide com a reprodução da espécie a eles correspondente decorrendo dessa identidade imediata o mutismo do gênero. Ao passo que no ser social o processo reprodutivo acontece mediado por uma dinâmica polarização entre dois complexos – o indivíduo e a sociedade

¹Professora do Departamento de Serviço Social da UFAL e doutoranda da UFRJ.

- de maneira tal que embora o devir-homem do homem pressuponha um alto desenvolvimento biológico, muda na raiz o caráter da sua inter-relação com o ambiente o qual passa a ser conscientemente transformado a partir de posições teleológicas.

É fato ontológico fundamental do ser social que, ao se constituir membro trabalhador de um determinado grupo, o homem não mais está em relação imediata com a natureza que o circunda, aliás, nem consigo próprio como ser meramente biológico, ao contrário, todas essas inevitáveis interações passam pelo *medium* da sociedade. E considerando que a sociabilidade do homem implica necessariamente em um comportamento ativo, prático, voltado ao seu ambiente como um todo, ele não acolhe simplesmente o mundo circundante e as suas mudanças em um processo epifenomênico de simples adaptação, mas reage ativamente, contrapõe às transformações uma práxis peculiar, na qual a adaptação a insuprimível realidade objetiva e as novas posições teleológicas que lhe correspondem formam uma indissolúvel unidade.

Nosso propósito é identificar no interior do ser social as conexões ontológicas essenciais que permitirão analisar as relações entre trabalho e reprodução social, tendo em vista a captura do funcionamento real da sociedade como um complexo de complexos. Nesse sentido, é absolutamente necessário elucidar, nas interações entre o complexo da individualidade e a totalidade social, o *momento predominante*. Sem tal elucidação, tais interações em si seriam insuficientes para apanharmos a dinâmica viva do ser, pois apenas conduziriam, no dizer de Lukács, a um arranjo estacionário, definitivamente estático de algo que é essencialmente dinâmico: "Por si só as interações não podem produzir em um complexo nada mais que a estabilidade do equilíbrio".¹ Assim, é o momento predominante que vai conferir uma direção a processualidade histórica, elucidando os elementos que a cada instante exercem um domínio seja na passagem de uma esfera de ser a outra seja no interior do ser social.

Para nosso autor, o desenvolvimento de uma forma de ser implica em que suas categorias vão se tornando - de modo desigual e contraditório - gradual e predominantemente dominantes. Nesse sentido, já aqui é preciso esclarecer que existem níveis distintos, porém articulados, de determinação ontológica, tanto em relação às interações da sociedade com a natureza, - e aqui o papel de momento predominante cabe à sociabilidade, - como acerca da prioridade da totalidade social

sobre as partes que a compõem. Ou ainda: na relação entre natureza orgânica e ser social a reprodução se apresenta para ambos - nas suas interações com a natureza inorgânica - com absoluta prioridade. Isto é, como aquele momento decisivo pelo qual é determinado cada ente orgânico de modo a consolidar uma atuação sempre mais ampla e profunda do momento biológico.

O fato de tornarem-se cada vez mais complexas e mediadas as estruturas sociais que põem em movimento a produção e o consumo - base sobre a qual se realiza a reprodução ontogenética² de cada indivíduo singular - não deve, contudo, obscurecer a prioridade ontológica da reprodução frente a todas as outras manifestações vitais. Fato esse ontologicamente primário, pois qualquer objetivação superior do ser social pressupõe a reprodução biológica dos exemplares singulares. Assim, afirmar a prioridade ontológica de um modo de ser em relação a outro não significa, absolutamente, tomar posição nem em sentido positivo nem em sentido negativo no interior de qualquer hierarquia de valor. É simplesmente a verificação de um fato: a reprodução biológica da vida forma a base de ser de todas as manifestações vitais que, no seu complexo, constituem o ser social; a primeira sem a segunda é possível, o contrário, não.

Quando da natureza orgânica se eleva o ser social os momentos biológicos da reprodução humana permanecem insuprimíveis, mas essa reprodução adquire um caráter social sempre mais evidente. A fome é determinada biologicamente, mas, a determinação de quem vai comer, e quem vai morrer de fome, por exemplo, é puramente social como o é também o uso de garfo e faca no ato de se alimentar. Com isso queremos dizer que justamente por conservar seus traços ontológicos originários, o ser social consegue se reproduzir em um contínuo processo de negação enquanto ente meramente biológico e de afirmação de um novo ser cuja essência não é jamais traçada *a priori*, mas, tem sua gênese no trabalho e se desenvolve em uma dinâmica que sintetiza "múltiplas determinações".

O fazer-se dominante do ser social em relação ao seu fundamento biológico e, por essa mediação, em relação ao seu fundamento físico-químico, se exprime de maneira tal que "a reprodução física do homem como ser biológico é, e permanece, o fundamento ontológico de todo ser social. Todavia, é um fundamento cujo modo de existência é se transformar em alguma coisa de social num grau cada vez mais elevado (...)".³ Disso decorre uma clara distinção ontológica

² A reprodução ontogenética diz do desenvolvimento do indivíduo desde o momento da fecundação até a maturidade para a reprodução.

³ *Idem, ibidem*, p. 230.

¹ Lukács, G. *Per una ontologia dell'essere sociale*, vol. II*, cap. II, versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1ª ed. 1981, p. 229.

entre a reprodução social e a reprodução natural, pois, ao contrário da eterna *reprodução do mesmo* que caracteriza as processualidades naturais, no mundo dos homens a reprodução tem a peculiaridade de ser teleologicamente orientada, o que resulta em um ininterrupto surgimento de novas situações determinadas por necessidades socialmente postas, originando novos e superiores patamares de sociabilidade. Essa capacidade de produção do novo que tem no trabalho sua forma originária exerce o momento predominante do salto ontológico⁴ que funda o ser social.

Importa fixar nesse momento que se o ser social em seu conjunto e em cada um dos processos singulares pressupõe o ser da natureza, essas esferas não são antíteses que se excluem, muito menos se identificam e por se constituírem esferas distintas, sua análise deve conservar a especificidade que as distingue sem, contudo, perdermos de vista que as categorias sociais exercem uma predominância frente às categorias e as leis da natureza, daí porque os problemas da natureza devem ser considerados na óptica da sua inter-relação com a sociedade. Da mesma forma, não se pode considerar a história da humanidade sem que não consideremos a natureza. O próprio Marx, em *A Ideologia Alemã*, reconhece a importância de tais considerações.

Desse modo reafirmamos que, as formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que surge e se explicita a práxis social dos homens, a partir do ser natural, cujo processo dialético tem origem no pôr teleológico do trabalho e se movem historicamente em uma contínua superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais puros. Nessa dupla determinação se expressa uma insuperável base natural e sua ininterrupta transformação mediada pela ação humana presente no trabalho desde aquele mais simples e primordial até as suas mais altas realizações.

No processo de organização da divisão do trabalho, as determinações sociais puras são sempre mais nítidas, porém, o ser da natureza é base ineliminável nessa relação, mesmo quando o objeto da natureza parece permanecer imediatamente natural sua função de valor-de-uso é já algo qualitativamente novo em relação à natureza. Quando tratamos de objetividades puramente sociais pressupõem-se "objetividades naturais socialmente transformadas". O valor-de-troca pressupõe o valor de uso, da mesma forma que o trabalho abstrato

pressupõe o trabalho concreto, útil, por exemplo. É nessa dinâmica entre a história dos homens e a história da natureza que se reproduzem os indivíduos e a totalidade social.

*"Assim, existem, certamente, categorias sociais puras, ou, melhor, apenas o conjunto delas constitui a especificidade do ser social; todavia, esse ser não apenas se desenvolve no processo concreto-material de sua gênese a partir do ser da natureza, mas também se reproduz constantemente nesse quadro e não pode jamais se separar de modo completo – precisamente em sentido ontológico – dessa base."*⁵

A busca da essência peculiar à relação entre trabalho e reprodução social nos impulsiona a refletir sobre a prioridade ontológica exercida pela esfera econômica nas interações com as demais esferas da sociabilidade. Tendo sua origem nas tendências genéricas operantes no processo de trabalho, o complexo da economia desempenha papel decisivo na reprodução social, pois é no seu interior que a auto-reprodução da vida humana e a natureza se encontram em uma mútua inter-relação na qual, por esse trâmite, ao homem é dada a possibilidade não só de experimentar a legalidade da natureza como seu objeto, mas também a conhecer e, mediante esse conhecimento, torná-la elemento, veículo da sua vida.⁶ Sobre essa base material nos debruçaremos a seguir.

A Economia como momento predominante

A crescente sociabilização da existência humano-biológica dá origem, no interior do ser social, ao complexo da economia. Sua prioridade ontológica frente aos demais complexos se faz tão forte e evidente quanto mais sociais se tornam as constantes atividades humanas requeridas pela reprodução "biológico-ontogenética" do homem. Nesse sentido, os atos do trabalho, considerados como atos que fundam a sociabilidade e, portanto, fundam as relações econômicas, representam uma forma qualitativamente nova de troca orgânica com a natureza, fato esse que em si eleva o ser social a um patamar diferenciado frente às demais esferas do ser ao colocar, imediatamente, em formas especificamente sociais, tudo o que entra nesse processo.

⁴ Entendemos por salto ontológico aquele momento de ruptura, de negação da esfera ontológica anterior que caracteriza a passagem de uma esfera de ser à outra. Da mesma forma, no interior de cada ser, ocorrem saltos ontológicos. A passagem do escravismo ao feudalismo e deste ao capitalismo demonstra, por exemplo, alguns desses momentos de ruptura que aconteceram no interior do ser social.

⁵ Lukács, G. "Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx", in: *Ontologia do Ser Social*, trad. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 19.

⁶ Cf. Lukács, G. *Per una ontologia dell'essere sociale*, vol. II, cap. II, versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1ª ed. 1981 p. 249-50.

Assim, as posições teleológicas que se realizam no trabalho põem em movimento determinadas formas de legalidade totalmente heterogêneas em relação às leis naturais. Tais posições – as quais a reprodução do indivíduo e do gênero humano não pode prescindir – fazem nascer e operar os complexos sociais a partir de um movimento dialético em que, sem renunciar a unidade originária peculiar ao ser social, desenvolvem nas mais variadas formas concretas aquela relação designada por Hegel como identidade de identidade e não-identidade.

Dessa forma, o caráter específico da influência que os complexos sociais exercem na reprodução ontogenética – socialmente mediada – do homem, está no fato de que as circunstâncias do desenvolvimento levam certamente a uma grande, às vezes extrema, diferenciação; mas, por trás dessa diferenciação e nela própria, sempre se conserva alguma coisa da unidade originária de maneira que vai se desenvolvendo uma conexão tão profunda e diferenciada quanto mais decisivamente as categorias especificamente sociais adquirem o predomínio no ser social. Característica dessa dinâmica entre unidade e diferença é a produção do novo no trabalho fato esse que, além de distinguir o ser social da natureza, torna evidente o nexos da reprodução ontogenética com o desenvolvimento econômico.

Em um estágio já bastante evoluído do seu desenvolvimento, o trabalho também a divisão do trabalho que dele surge engendra um fenômeno econômico até então inexistente: o homem se torna capaz de produzir mais do quanto necessita para a própria reprodução. Esse fato, contraditoriamente, vai dar origem à estrutura de classes com todas as suas conseqüências. Uma delas – a mais importante do ponto de vista econômico – é a estratificação de classes que domina o desenvolvimento social da humanidade até hoje. Ela representa a resposta social construída face ao problema econômico do excedente produzido e de sua apropriação privada.

Tal excedente de trabalho ao ser apropriado privadamente transforma aquela situação em que o homem buscava, na relação com a natureza, defender e ampliar seu espaço reprodutivo natural, em um outro momento histórico em que tal excedente se dirige à auto-reprodução de outros homens, com o que intervém na existência humana algo radicalmente novo: a defesa da existência, antes dirigida a proteger a comunidade humana em geral e nela os indivíduos singulares, se transforma em defesa da respectiva formação econômica contra aqueles homens que, por razões elementares da própria existência, não

⁷ Idem, *ibidem*, p. 243.

concordam com tal estrutura, tornando-se, por isso, seus inimigos potenciais.⁷

Decorre daqui, segundo Lukács, duas importantes conseqüências ontológicas em face do ser social e do seu desenvolvimento interno. Em primeiro lugar a simples manutenção, ainda que substancialmente biológica da própria existência e da possibilidade da reprodução, se converte na manutenção do *status* econômico-social com tendência a melhorá-lo continuamente. Em segundo lugar, a crescente sociabilização do ser social faz que na vida cotidiana tanto dos opressores quanto dos oprimidos, a violência pura – primeira forma de apropriação do trabalho excedente – seja aos poucos sucedida por formas jurídicas de regulamentação tendo em vista adaptar as posições teleológicas ao *status quo* econômico-social concreto. Certamente, daqui derivam variadas constelações que nos limites desse texto não caberia abordá-las. Interessa tão somente realçar a predominância da economia frente aos demais complexos da reprodução social.

Quanto a essa questão, enfatizamos a diversidade com que se apresentam, na história, as possibilidades evolutivas daquilo que Marx denomina de modo de produção asiático. E como essa base econômica, cada vez mais intensamente mediada, vai exercendo, em circunstâncias concretas, o papel de momento predominante frente aos demais complexos da reprodução social. Observa ainda Marx que na forma indiana, por exemplo, as comunidades tinham uma estrutura apoiada na posse em comum do solo, na ligação direta entre agricultura e artesanato e sobre uma divisão fixa do trabalho que servia de modelo na formação de novas comunidades. A produção se dirigia às necessidades imediatas da própria comunidade e apenas o excedente dos produtos era transformado em mercadoria.⁸

No interior dessas aldeias, a divisão do trabalho, diferentemente daquela do tipo manufatureiro, era regulada por uma lei que operava com a “inviolável autoridade de uma lei natural” e cada artesão realizava “todas as operações pertinentes à sua arte, segundo os costumes herdados, mas independente e sem reconhecer nenhuma autoridade (...) no interior da sua oficina”⁹ conforme vem a ocorrer com a manufatura. Apesar de ter uma divisão do trabalho relativamente desenvolvida através da agricultura e do artesanato, o modo de produção asiático carecia, conforme sublinha Lukács, entre outras forças específicas, daquela potência capaz de determinar o destino dos homens: uma intensa

⁸ Marx apud Lukács, *op. cit.*, p. 293.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 293.

circulação de mercadorias que penetrasse todos os poros da sociedade. O que se tinha naquele momento era uma divisão do trabalho determinada em grande medida pelas necessidades imediatas do consumo.

Sobre essa base econômica das comunidades asiáticas ergueu-se uma superestrutura estatal que tinha com a economia relações ainda muito débeis consistindo basicamente na cobrança da renda fundiária, na regulamentação das águas e na defesa militar contra os inimigos externos. Isso faz com que essas sociedades consigam sempre repor a sua base, mesmo convivendo com situações de freqüente instabilidade estatal. Para Marx:

“O organismo produtivo simples destas comunidades auto-suficientes que se reproduzem constantemente da mesma forma e que quando por acaso são destruídas se reconstróem no mesmo lugar e com o mesmo nome, nos dá a chave para compreender o segredo da imutabilidade das sociedades asiáticas, que contrasta fortemente com a constante dissolução e a constante reforma dos estados asiáticos e com a incessante mudança das dinastias. A estrutura dos elementos econômicos fundamentais da sociedade não é tocada pelas tempestades na região das nuvens da política”.¹⁰

Isso demonstra a particularidade do modo de produção asiático, o como da inter-relação entre as categorias sociais e o progresso econômico objetivo. Os modos de produção que se sucederam na Europa se dirigem a um destino totalmente oposto na medida em que a transformação da estrutura do comunismo primitivo já nasce sobre a separação entre cidade e campo. Mas, ao contrário do Oriente onde a cidade é separada da reprodução econômica imediata e dela participa apenas se apropriando da renda fundiária, na Grécia e em Roma, o fato de possuir uma parcela de terra, confere ao seu proprietário a condição de cidadão.

“O campo se apresenta como território da cidade; não a aldeia como mero acessório do campo”, diz Marx. Além disso, para o homem singular a sua relação com o campo deriva, decerto, do seu pertencer a uma tribo, não diretamente sobre a base da propriedade tribal coletiva, mas, ao contrário, sobre a base da sua posse pessoal: ‘Como membro da comunidade o singular é proprietário privado’.¹¹

¹⁰ Marx, apud Lukács, *op. cit.*, p. 294.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 295.

O decisivo aqui não é mais, como no Oriente, que “a propriedade do homem singular pode ser valorizada somente mediante o trabalho comum”. As migrações, ocupações, etc., vão atenuando ou mesmo substituindo as velhas formas tribais, com o que a guerra passa a ser “o grande trabalho coletivo”. Desse modo, surge uma forma particular de sociedade caracterizada pela “concentração na cidade, com o campo como território; pequena economia rural que trabalha para o consumo imediato; manufatura como atividade doméstica acessória das mulheres e das filhas (fiação e tecelagem) ou, de forma autônoma, somente em ramos singulares (ferreiros, etc.)”.¹² O não se limitar à reprodução simples, ou seja, à perpetuação do existente, mas, ao contrário, caminhar na perspectiva da ampliação e do progresso, deu origem a sociedades mais desenvolvidas que no Oriente. Essa dinâmica é descrita na Ontologia da seguinte forma:

“É intrínseco a esta formação se reproduzir de modo ampliado, avançar fortemente para além dos seus dados iniciais, mas as forças de tal modo despertadas podem prosseguir somente por um certo tempo ao longo do caminho demarcado pelas suas bases sociais e pelos seus pontos de partida, pouco a pouco são transformadas necessariamente em tendências destrutivas frente à estrutura que lhes deu vida”.¹³

É o que acontece com a passagem do escravismo ao feudalismo e deste ao capitalismo em que as forças econômicas conduzem a sociedade a uma inevitável decomposição, à sua própria ruína. Na antiga pólis o desenvolvimento econômico dá vida a uma intensa circulação de mercadorias capaz de concentrar grandes patrimônios expressos, de um lado, na formã do capital comercial e monetário, de outro, na expansão da economia escravista. Tanto o capital comercial quanto o capital monetário exercem, como potências econômicas em si, uma ação desagregadora sobre a produção voltada para o valor de uso.¹⁴ Enfim, são destruídas todas as forças que ainda sustentam o produtor como proprietário dos seus próprios meios de produção. Sob essas bases, a circulação de mercadorias¹⁵ produz de modo ainda bastante superficial

¹² Lukács, *G. op. cit.*, p. 295.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 296.

¹⁴ Quanto ao capital monetário, que nessa fase do desenvolvimento econômico-social assume as formas da usura, Lukács observa: ‘Por um lado, a usura mina e devasta a riqueza e a propriedade da antiguidade e do feudalismo, por outro, destrói lentamente, e arruína, a produção dos pequenos camponeses e dos pequenos burgueses, em resumo, todas as forças nas quais o produtor aparece ainda como proprietário dos seus meios de produção’ (Marx apud Lukács, *op. cit.*, p. 297).

¹⁵ A circulação de mercadorias não deve ser tomada em si mesma, mas em sua relação com a produção, o consumo e a troca, por entendermos que as formas de ser de tais categorias implicam, com absoluta necessidade, em uma determinação reflexiva em que a produção determina a circulação, o consumo e a troca e é por eles determinada. Cf. Marx, K. *Os Grundrisse. - Lineamentos fundamentais para a crítica de la economía política*. Tomo I, México: Fondo de Cultura Económica, 1985, p. 1-14.

e primitivo, as primeiras formas de sociabilidade capitalista e a destruição da antiga estrutura social. Para nosso autor, o motivo determinante desse “beco sem saída” é que o trabalho (e as relações dele derivadas) ainda se encontra muito próximo das chamadas barreiras naturais, e como tal, é fortemente determinado por categorias “naturais”. Assim, as forças sociais imanentes às primeiras formações não conseguem se afastar suficientemente daquele ponto de partida originário, isto é, daquelas condições naturais inorgânicas da troca material dos homens com a natureza. Por isso, não alcançam a verdadeira sociabilização do ser social que é se destacar dessa unidade originária cuja forma adequada, para Marx, se dá somente na relação entre trabalho assalariado e capital. Para ele,

“Uma parte da sociedade é, ela própria, tratada pela outra como uma condição **inorgânica e natural** da sua reprodução. O escravo não se encontra absolutamente em nenhuma relação com as condições objetivas do seu trabalho; certamente o próprio **trabalho**, tanto na forma do escravo quanto naquela do servo da gleba, é posto como **condição inorgânica** da produção, no mesmo plano dos outros seres da natureza, ao lado do gado ou como acessório a terra”.¹⁶

Apesar desse traço comum às formações escravista e feudal, o feudalismo se distingue, entre outros fatores, pela contradição entre o esforço dos senhores feudais em subordinar a cidade ao campo e a tendência ao progresso econômico real, sobretudo desencadeada nas cidades.¹⁷ Se no interior da economia escravista (dado o grau de exploração do trabalho que não permite ao escravo além do mínimo necessário à sua reprodução física) havia uma impossibilidade real de aumento da produtividade, na formação feudal o trabalhador tinha a possibilidade de elevar a um patamar superior a reprodução da sua vida. Isso porque, ao trabalhar em terreno próprio e com seus próprios meios de trabalho, e uma vez pago o tributo aos senhores feudais, o aumento da produtividade do seu trabalho podia também aumentar sua qualidade de vida.

Nesse sentido, expressa-se uma superioridade da formação feudal frente à escravidão, descrita por Lukács como consequência de uma efetiva diminuição da mera “naturalidade” das relações de trabalho

¹⁶ Marx apud Lukács, *op. cit.*, p. 298. Grifos do autor.

¹⁷ Certamente, essa passagem de uma formação à outra não ocorre ao mesmo tempo nos diversos países e não apresenta necessariamente as mesmas causas. Mas, a essência econômico-social desse momento histórico pode ser assim sintetizada: “para os senhores feudais o poder de dispor dos rendimentos dos camponeses se torna de longe mais importante que o de dispor de suas pessoas físicas” (Engels apud Lukács, *op. cit.*, p. 302).

entre os homens e de uma contraditória, ainda que lenta penetração das categorias sociais na sua estrutura econômica que apesar de mais desenvolvida, tem, no entanto, limites objetivos: tal como o escravismo, a formação feudal não consegue incorporar ao próprio sistema os progressos produzidos por ela mesma, os quais acabam por arrebatá-la e destruí-la, embora não se encontre em um beco totalmente sem saída, como vem a ocorrer com a antiguidade em dissolução.

Já sublinhamos o esforço dos senhores feudais em subordinar a cidade ao campo, embora o progresso econômico desencadeado se dirija, sobretudo às cidades.¹⁸ Com a economia feudal tem-se um acirramento da luta, já existente na antiguidade, entre cidade e campo e uma ampliação da produção e do comércio das mercadorias com conseqüências negativas para a própria formação, na medida em que tal desenvolvimento acaba por retroagir sobre sua estrutura econômica superando aquele limite posto pela corporação – típica forma feudal da divisão do trabalho – no sentido de impedir que a força de trabalho se tornasse mercadoria. Nas palavras de Marx:

“As leis das corporações... impediam sistematicamente, limitando ao máximo o número de aprendizes que podiam ser empregados por um único mestre artesão, que este se transformasse em capitalista. Da mesma forma, o maestro artesão podia empregar aprendizes apenas e exclusivamente na arte na qual ele próprio era mestre. A corporação rechaçava zelosamente toda usurpação por parte do capital mercantil, a única forma livre do capital que se lhe contrapunha. O comerciante podia comprar todas as mercadorias, mas não podia comprar o trabalho como mercadoria”.¹⁹

Somente no capitalismo isto vai se concretizar de tal modo que “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar”, afirma Marx na abertura do capítulo I de *O Capital*. Nesse sentido, ao transformar a força de trabalho do operário em mercadoria vendida ao capitalista, este último passa a dispor também do mais-trabalho sem, contudo, necessitar de excessos

¹⁸ Segundo Lukács, a pólis teve seu período de florescimento – momento em que todas as atividades dos homens se concentravam na cidade – e de decadência “provocada exatamente pelo fato que seu próprio desenvolvimento destrói as suas bases econômicas peculiares e gradualmente a transforma em uma entidade social parasitária, o que no fim comporta a sua decadência total, a perda de fato da supremacia sobre o campo” (Idem, *ibidem*, p. 303).

¹⁹ Marx apud Lukács, *op. cit.*, p. 304.

²⁰ A cotidianidade econômica capitalista traz consigo um processo cada vez mais intenso de socialização das categorias e relações entre os homens de modo que a apropriação do mais-trabalho que na acumulação primitiva se efetivava através de excessiva violência, no capitalismo “o operário pode permanecer entregue às ‘leis naturais da produção’” (Marx apud Lukács, p. 306). Daí o recuo da violência no trabalho.

de violência como acontecia na antiguidade e no medievo.²⁰ Com o capitalismo tem-se uma crescente sociabilização do trabalho e uma mudança radical no processo produtivo visto que, a manufatura como a primeira forma do trabalho capitalista mesmo não subvertendo o modo de trabalhar, revoluciona, todavia de modo bastante radical a divisão do trabalho ao fragmentar o processo de trabalho em operações parciais qualitativamente diferentes entre si. A esse respeito Marx escreve:

"A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especialização dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores especiais, de sua agrupação e combinação em um mecanismo global, a graduação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa de processos sociais de produção, portanto determinada organização do trabalho social, e desenvolve com isso, ao mesmo tempo, nova força produtiva social do trabalho".²¹

A revolução que ocorre no processo de trabalho remete ao fato de que a verdadeira posição teleológica e com ela as decisões alternativas se desloca àquele que dirige a produção. Em decorrência, as posições teleológicas dos operários singulares passam a se constituir em simples rotina; no dizer de Lukács, existem apenas de maneira fragmentada, entorpecida. Certamente, essa mudança real provocada pelo desenvolvimento das forças produtivas, determina em larga medida o modo de reproduzir-se da totalidade social e dos seus exemplares singulares de maneira que "as potências intelectuais da produção ampliam sua escala, por um lado, porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam".²²

Dada a tendência, sempre presente na totalidade social, de afastamento das barreiras naturais a manufatura vai dando lugar à maquinaria e à grande indústria, base material que revoluciona o modo de produção principalmente porque parte não mais da *força de trabalho*, mas, como diz Marx, do *meio de trabalho* que nada mais é senão a própria máquina sobre a qual a grande indústria se apodera e passa a produzir "máquinas por meio de máquinas" caracterizando o que ele denomina de maquinaria. Certamente, não cabe aqui adentrarmos sequer minimamente, os meandros dessa processualidade histórica. Apenas sublinharemos alguns aspectos importantes para nossa reflexão.

²⁰ Marx, K. *O Capital*. Tomo I, livro 1. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 478.

²¹ Marx, *op. cit.*, p. 475.

Nesse sentido, podemos dizer que, com a introdução da máquina a concreta e determinante função do indivíduo que a cada vez executa o trabalho, ou seja, a relação do homem (sociedade) com a natureza é remetida à sua residualidade, na medida em que ele se torna o instrumento executivo de uma posição teleológica puramente social. A diferença em relação à divisão do trabalho manufatureira – na qual já existia uma submissão do trabalhador a uma posição sócio-teleológica – é que com a máquina tem-se uma organização do trabalho ainda mais desantropomorfizada, capaz de romper os limites físicos e psíquicos dos homens. Na grande indústria, a tarefa do homem que trabalha, segundo Marx, se restringe cada vez mais e consiste "no vigiar com o olho a máquina e no corrigir com a mão os erros".²³

Na produção mecanizada desenvolve-se um processo no qual a "especialidade por toda vida em manejar uma ferramenta parcial" se transforma numa "especialidade por toda a vida em servir a uma máquina parcial". Enquanto na manufatura e no artesanato "o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui, ele precisa acompanhar o movimento". A diferença em relação ao trabalho na manufatura se mostra clara: certamente nesta última o trabalhador se adequava ao processo, mas antes o processo teria que se adaptar ao trabalhador, às suas condições físicas, à sua capacidade em manejar as ferramentas, etc. Esse princípio subjetivo existente na manufatura é suprimido na produção mecanizada uma vez que na fábrica o que existe é um "mecanismo morto", independente dos trabalhadores, ao qual são incorporados como um "apêndice vivo".

O fato de produzir continuamente novas formas de mais-valia e de sua apropriação por diversos grupos faz com que o desenvolvimento econômico capitalista, em si desigual e contraditório, conserve como sua substância uma crescente quantidade e qualidade do que é apropriado. A relação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa expressa isso muito bem na medida em que o capital busca se valorizar cada vez mais seja ampliando extensivamente a jornada de trabalho seja potencializando a força produtiva do trabalho. Enfim, o processo de produção capitalista, enquanto processo de reprodução, produz "não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado".²⁴

²³ Cf. Marx, K. *op. cit.*, livro I, tomo 2, p. 10.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 211.

A breve recorrência a diferentes períodos da história teve aqui o objetivo de demonstrar a ação que o desenvolvimento das forças produtivas exerce sobre a estrutura da sociedade e, em consequência, como se exprime o caráter do ser econômico e de sua atividade como momento predominante frente aos demais complexos sociais sem que comprometa a autonomia, sempre relativa, de cada um deles. Mas, é necessário atentar para o fato de que "somente no interior da dinâmica concreta do desenvolvimento econômico, a ele reagindo concretamente, executando o quanto esse desenvolvimento requer da sociedade, se opondo - em determinadas condições objetivas e subjetivas - às suas tendências concretas, etc., podem encontrar a sua verdadeira especificidade, podem conquistar uma autêntica autonomia".²⁵ De maneira que apenas no âmbito da totalidade social os complexos parciais se explicitam verdadeiramente em sua essência desenvolvendo a função social peculiar a cada um.

Certamente, as interações dos complexos singulares com a economia variam a tal ponto que quanto mais espirituais mais ampla e complexa é a sua relação de mediação com a esfera econômica. Assim, os complexos parciais têm com tal esfera uma interação ativa de modo que suas manifestações e desenvolvimentos não são jamais derivados mecanicamente daqueles econômicos, mas reagem de modo especificamente particular aos impulsos que o movimento geral do ser social coloca em ação na economia. A especificidade dessas reações é, por isso, ontologicamente necessária.

Nisso reside o *tertium datur* da dialética materialista que reconhece o verdadeiro caráter ontológico do ser social. Ela representa uma alternativa frente às concepções idealistas que acabam por fetichizar a autonomia dos complexos singulares, atribuindo-lhes uma independência absoluta. Concepções essas que partem, por um lado, de uma representação restrita e reificada²⁶ do econômico na medida em que ao considerar suas rigorosas legalidades esquecem que a esfera da economia não constitui uma realidade apenas objetiva, indiferente à nossa existência, mas, é a síntese legal daqueles atos teleológicos que cada um de nós realiza ao longo de toda a vida. De fato, o fundamento dos complexos dinâmicos do ser social, seja dentro ou fora da vida econômica, é constituído por posições teleológicas individuais. Por outro lado, representação igualmente reificada é aquela que parte da recusa

²⁵ Lukács, G. *op. cit.*, p. 245.

²⁶ Na *Ontologia do Ser Social* (capítulo sobre a alienação) Lukács recupera o essencial do legado marxiano acerca da reificação. Cf. também Mészáros, I. *La teoria dell'alienazione in Marx*, trad. Mário e Elena Cingoli, Roma: Riuniti, 1976; Netto, J. P. *Capitalismo e Reificação*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1981.

abstrata da reificação capitalista, segundo a qual um crescente isolamento mental do indivíduo do seu ambiente social, a sua independência (imaginária), é capaz de produzir uma individualidade rica e forte como se isso fosse objetivamente possível.

Em sua ontologia Lukács argumenta, ao contrário, que o que torna mais rica e fortalecida a personalidade de um indivíduo é exatamente a articulação entre individualidade e totalidade social. De modo que, "quanto mais rica e potente é a personalidade de um indivíduo, tanto mais densa é a articulação entre as suas respostas à vida e o ser-precisamente-assim da sociedade na qual ele vive, tanto mais genuinamente - mesmo quando se movem em sentido negativo em relação às tendências da época - tais respostas nascem das demandas da época".²⁷

A exemplo do complexo da individuação, nenhum outro complexo particular possui historicidade autônoma nem uma dependência mecânica possível de ser esquematicamente deduzida do desenvolvimento econômico. Ao invés, tornam concreta a unidade do processo histórico como continuidade ontológica não obstante sua contraditoriedade e necessária desigualdade. Por isso, ao conhecimento adequado da história somente pode corresponder uma genuína dialética materialista que refute, por um lado, a negação da legalidade social e, por outro, a sua absolutização fetichista. Nesse sentido, "o ser-precisamente-assim, com todas as suas desigualdades e contraditoriedades é, ao mesmo tempo, o ponto de partida e de chegada de toda tentativa de compreender em termos ontológicos o ser em geral e, em especial, o ser social em sua mobilidade".²⁸ Se isso é verdadeiro e se entendemos o indivíduo como um complexo singular, a sua reprodução somente pode acontecer em interação com a esfera econômica, com as demais esferas do mundo dos homens e com a totalidade social, cabendo a essa última o papel de momento predominante.

Por último insistimos, o desenvolvimento econômico objetivo não se realiza nem de modo teleológico e muito menos se põe como fatalidade. Ao contrário, depende das ações dos homens frente às tendências do desenvolvimento. Ações e decisões que eles não apenas desejam, mas, sobretudo, possam tomar, pois embora o ponto de partida de tal desenvolvimento seja dado mediante posições teleológicas singulares, os efeitos causais que surgem dessas posições se condensam em tendências objetivas que agem objetivamente no interior

²⁷ Lukács, G. "La Riproduzione" *op. cit.*, p. 245-6.

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 249.

da reprodução social.

BIBLIOGRAFIA

LUKÁCS, G. "As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem" in: *Temas de Ciências Sociais*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978

_____. "Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx", in: *Ontologia do Ser Social*, trad. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979

_____. *Per una ontologia dell' essere sociale*, vol. II* e II**, versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1ª ed. 1981.

MARX, K. *Os Grundrisse. - Lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política*. Tomo I, México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

_____. *O Capital*. Tomo I, livros I e II, trad de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, I. *La teoria dell' alienazione in Marx*, Roma: Riuniti, 1976.

NETTO, J. P. *Capitalismo e Reificação*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1981.

CAPITAL E TRABALHO - UMA RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO HIERÁRQUICA INCONTORNÁVEL E INCONTROLÁVEL

Maria Cristina Soares Paniago¹

INTRODUÇÃO

Nesse artigo, pretendemos expor as principais idéias de István Mészáros, resultantes de mais de 25 anos de investigação, contidas em seu livro recentemente publicado no Brasil *Para Além do Capital* (no original, *Beyond Capital- Towards a Theory of Transition*). Em especial, sua discussão sobre a natureza incontrolável do capital e a necessidade de sua superação como condição irrevogável para a liberação do trabalho da relação de dependência hierárquica do capital, sob a qual se encontra historicamente submetido.

A investigação teórica sobre o mundo do trabalho tem enfrentado os maiores desafios, desde o momento em que a crise mundial do sistema do capital eclodiu no último terço do séc. XX. Inumeráveis estudos têm fornecido ricos e esclarecedores diagnósticos sobre as transformações sofridas pela relação capital-trabalho predominando, naqueles de maior influência nas ciências sociais no Brasil, a firme constatação de que a desregulamentação, a flexibilização, a terceirização, a informalização e a intensificação do trabalho têm trazido os maiores prejuízos à resistência dos trabalhadores diante da demanda por maiores taxas de exploração, implementada pelo capital em defesa da realização crescente de suas taxas de lucros, agora, como nunca antes, ameaçadas.

Dentro desse contexto de crise, por um lado de acumulação do capital, e por outro, expresso pela débil (ainda, que ativa) defesa, pelo trabalhador, de direitos anteriormente adquiridos, bem como pela eliminação de postos de trabalho e o conseqüente desemprego crônico, compreender as determinações mais essenciais do capital e de suas formas históricas de operação na subordinação hierárquica do trabalho - sua fonte ineliminável de valor e condição para a sua acumulação expansiva, deve exigir igual esforço de compreensão teórica. Contribuir nesse esforço é o que nos levou a estudar a obra de Mészáros, colocando em relevo sua polêmica e original contribuição teórica, a qual vem destoar do

¹ Doutora em Serviço Social Professora do Departamento de Serviço Social da UFAL.

conjunto daqueles teóricos que acreditam ser possível reformar o sistema do capital e, ainda mais, colocá-lo sobre controle dos trabalhadores.

1. OS FUNDAMENTOS CAUSAIS DA INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL

Para Mészáros, os elementos constituintes da incontrolabilidade do capital conformam a sua própria natureza.

O capital, para se consolidar como um sistema universal e dominante, teve que superar todas as barreiras dos modos de produção anteriores e se libertar de todas as restrições sociais, políticas e materiais ao seu impulso à auto-reprodução contínua. O capital constitui um sistema sócio-reprodutivo orientado pela expansão e guiado pela acumulação, e encontra nesses determinantes sua própria razão de ser. Qualquer impedimento a seu impulso de acumulação expansiva deve ser removido, independentemente dos recursos empregados e das conseqüências desencadeadas. Na esteira de Marx, insiste que o capital só existe como valor que produz valor em escala sempre crescente. Para isso teve que submeter a força de trabalho como condição de realização de seus objetivos acumulativos e se sobrepor a toda vontade subjetiva dos indivíduos, transformando o processo original de produção em auto-reprodução de capital. Tão logo o dinheiro se transforma em capital, como diz Marx², o capital “cria seus próprios pressupostos”, e o que antes eram os “pré-requisitos de seu devir”, possibilitados pela acumulação primitiva, agora se tornam “*resultados de seu próprio ser*”. (Mészáros, 1995: 609)³ O capital, a partir daí, adquire um poder autoconstituente, em que a produção de riqueza só adquire sentido se estiver voltada a sua auto-reprodução, enquanto sua própria causa – sua *causa sui*. (609-610)

Esse poder autoconstituente, irrestringível em seu impulso à expansão e à acumulação, traz em si o próprio germe da sua incontrolabilidade, pois, para que o processo sociometabólico possa se adequar à realização de tais objetivos auto-reprodutivos, tem que submeter todas as potencialidades subjetivas e materiais existentes a sua *causa sui*, conformando um modo de controle sociometabólico hierárquico e autoritário que a tudo domina, num sistema incontrolável em sua

² K. Marx, Economic Works: 1861-1864, MECW, vol. 34, p. 235. Itálicos de Marx.

³ No momento da realização dessa pesquisa, que resultou em uma tese de doutoramento em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e cujo capítulo V está aqui parcialmente reproduzido, o *Beyond Capital* ainda não havia sido publicado no Brasil pela Boitempo Editorial (responsável pela tradução preliminar por nós utilizada). As referências de paginação no interior do texto, portanto, correspondem ao original em inglês.

própria natureza. O capital, nas palavras de Mészáros, “é acima de tudo um modo de controle, antes mesmo de ser – em um sentido superficial – controlado pelos capitalistas privados (ou mais tarde, pelos funcionários do Estado de tipo soviético)”. Ele tem que manter a “primazia” de seus objetivos metabólicos sobre o “conjunto de pessoas”. (42)

Ao mesmo tempo em que no seu processo de constituição o capital teve que superar todas as restrições, e para isso criou um sistema adequado de controle sobre a sociedade como um todo (“em todas as suas funções produtivas e reprodutivas”), não podia colocar novas restrições a seu imperativo expansionista, perdendo assim o controle sobre suas partes constituintes, que são centrifugamente estruturadas em uma totalidade historicamente instável.

A determinação estrutural interna do sistema auto-reprodutivo do capital – estar “orientado para a expansão e impulsionado pela acumulação” – resulta num duplo efeito contraditório: “constitui tanto um dinamismo anteriormente inimaginável como uma fatal deficiência”. Foi graças “em grande parte à sua incontrolabilidade [que] o capital conseguiu superar todos os obstáculos” da velha ordem feudal e conquistar o predomínio absoluto sobre a sociedade. Entretanto, nos dias de hoje, com a crise estrutural, quando não mais pode contar com as condições objetivas necessárias à manutenção de seu curso expansivo, seus “constituintes destrutivos se manifestam com força, invocando o espectro da total incontrolabilidade e prefigurando a autodestruição tanto deste sistema específico de reprodução social quanto da humanidade como um todo.” (44)

Os limites e restrições coerentes e compatíveis com o sistema do capital, os quais, em momentos anteriores, favoreceram a superação de disfunções e crises passageiras, no contexto da crise estrutural já não são suportáveis, porque, agora, questionam a própria lógica reprodutiva do sistema. Isto é, ativados os seus limites absolutos⁴, o sistema do capital conta ainda com menos recursos que antes para promover a manutenção de si próprio pelo deslocamento das contradições. Mészáros enfatiza que o “capital nunca foi dócil a um controle adequado e durável ou a autolimitação racional” e só pôde aceitar “ajustes limitados” no estrito interesse de dar continuidade à “dinâmica auto-expansiva e o processo de acumulação”. Ocorre, nessas novas circunstâncias, uma inversão de sentido no que significou, nos primórdios do sistema, a incontrolabilidade

⁴ De acordo com Mészáros, “a abordagem dos limites absolutos do capital inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal. Conseqüentemente, ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que, mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema capitalista em si.” (104)

do capital.(44) Assim, para Mészáros, “as implicações do mesmo poder de incontrolabilidade que no seu tempo assegurou a vitória do sistema do capital estão longe de serem tranquilizadoras hoje, quando a necessidade de limitações é admitida – ao menos na forma do ilusório desiderato de ‘auto-regulação’ – mesmo pelos mais acrílicos defensores deste sistema.”(45)

Se, segundo Mészáros, o capital realizou um grande aumento da produtividade após a superação dos obstáculos da auto-suficiência vigente nos modos de produção anteriores, também promoveu a “inevitável perda de controle sobre o sistema reprodutivo social como um todo”.(47) Ao proceder à “separação radical entre produção e controle” e promover a “superimposição de um agente separado – as ‘personificações’ do capital de uma forma ou de outra – sobre o agente social da produção: o trabalho”, o capital fixa a base dos defeitos estruturais do sistema, com os quais terá que conviver sem solução definitiva.(*op. cit* 48) A separação entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação são fraturas estruturais que se manifestam nos microcosmos particulares internamente fragmentados do sistema, na esfera da sua dominação global, e não se pode encontrar a unidade de controle perdida nos limites dos mesmos marcos estruturais que promoveram tal separação como necessidade vital de sua auto-reprodução ampliada. Trata-se de “estruturas vitais e, portanto, insubstituíveis do capital, e não contingências históricas limitadas que ele possa transcender.” Ao capital interessa remediar os efeitos nocivos de tais fragmentações, mas não eliminar o fundamento dessa mesma fragmentação. Nesse sentido, “os antagonismos que emanam dessas estruturas são necessariamente reproduzidos em todas as circunstâncias históricas compreendidas pela era do capital, seja qual for a relação de forças predominante em cada momento particular.”(*op. cit* 49)

Pôde-se ocultar essa perda de controle “durante um longo estágio de desenvolvimento histórico, graças ao deslocamento de contradições do capital durante sua forte fase expansionista”; contudo, as conseqüências nefastas para o desenvolvimento do sistema se farão sentir de maneira inevitável, num momento posterior, e em proporções ainda maiores.(*op. cit* 47)

Mészáros assinala a existência de uma “manifestação paradoxal dessa perda de controle”. Num primeiro momento, ela favoreceu a expansão na fase de ascensão histórica do capital, possibilitando o controle das contradições e antagonismos através do postergamento de seus efeitos explosivos. No entanto, quando ocorre o “bloqueio do

caminho da livre expansão (como resultado da consumação da ascendência histórica do capital) e a conseqüente impossibilidade de deslocar simultaneamente os antagonismos internos do sistema”, os “efeitos nocivos da expansão já realizada” são reativados e multiplicados. Deve-se notar que os problemas e contradições surgem na “mesma escala de grandeza da expansão planetária do sistema do capital”, o que exige uma “correspondente magnitude de deslocamento”. Na impossibilidade, hoje, de se realizar os deslocamentos de tamanha magnitude, “o que se apresenta é o espectro da *total incontrolabilidade*”.(47-48)

O “imperativo de intensificar cada vez mais a expansão é uma manifestação paradoxal dessa perda de controle”, sendo que a busca cega da expansão, dadas as condições contraditórias em que se assenta, traz à superfície a incontrolabilidade insolúvel do sistema. Por um lado, adia o “dia do julgamento”, permitindo o prosseguimento da expansão e, por outro, provoca a reativação e multiplicação dos mesmos problemas postergados.(47)

O sistema do capital, sempre segundo Mészáros, não pode reconhecer a existência de problemas e contradições em sua base causal. Toda ordem de problemas é tratada como disfunção e distúrbio temporário, sempre na esfera dos efeitos e conseqüências, e nunca do ponto de vista da imanência de sua *causa sui*. Não importa quão graves sejam as implicações no longo prazo, o capital é apenas “reativo” e “retroativo”. Conforme surjam as necessidades de intervenção utiliza-se de ações remediadoras, cujo objetivo é retomar o fluxo da expansão. Por sua própria natureza, uma

“ação remediadora dentro da estrutura global do sistema do capital só é exequível sob a forma de um corretivo *post festum*, que preserve a lucratividade global do sistema, quaisquer que sejam os corretivos parciais antecipados e os métodos manipulatórios que possam ser divisados em contextos mais limitados. Mesmo o complexo militar/industrial, enquanto um ‘planejado’ corretivo, só pode ter um impacto limitado a esse respeito, não importa quão imponente seja seu tamanho em um dado país numa determinada época histórica.” (572)

Uma vez que, os “fundamentos causais que impelem o próprio sistema não podem ser questionados sob nenhuma hipótese”, toda “mudança legítima deve ser sempre encarada como alteração e melhoria limitadas do que já está determinado.” Esta é a substância das alterações

políticas em seu modo de operação sociometabólica. Mészáros destaca o seguinte caso ilustrativo: “A ‘nacionalização’ das empresas capitalistas privadas, sempre que introduzida, é tratada simplesmente como uma reação temporária à crise, a ser contida dentro das determinações gerais do capital como modo de controle, sem afetar de nenhuma forma (...) a *estrutura de comando* fundamental do sistema em si.” (106) As mudanças econômicas visam sempre atender a necessidades já postas, e vêm sanear, mesmo que temporariamente, problemas já identificados. Do mesmo modo, hoje, são reativadas as privatizações para atender às necessidades setoriais de expansão. Aparecem os problemas, ativam-se as ações remediadoras perfeitamente intercambiáveis, ainda que apontem para direções opostas (ora nacionalização, ora privatização), o que não constitui nenhum risco, pois “o quadro de referências estrutural e a estrutura de comando do sistema em si permanece inalterada.” As inovações são restritas a um nível “instrumental”, e visam apenas “uma alteração e um melhoramento limitados do já dado.” (105-106)

Por isso, afirma Mészáros que a “inalterável *temporalidade* do capital é *a posteriori* e *retrospectiva*. Não pode haver nenhum futuro adiante num sentido significativo da expressão, pois o único ‘futuro’ admissível já chegou, na forma dos parâmetros existentes da ordem estabelecida bem antes de ser levantada a questão sobre ‘o que deve ser feito’.” (105-106)

Tal “temporalidade *a posteriori*” é incapaz – pois é a expressão – de reverter o curso da incontornabilidade. Basta se dispor de instrumentos suficientes para se empreender os ajustes necessários a cada problema específico. Assim, acentua Mészáros, a “influência de eventos históricos inesperados conforme estes surgem de uma grande crise, por exemplo mais cedo ou mais tarde terá de ser comprimida de volta em seu molde já estruturalmente existente, tornando a *restauração* uma parte integral da dinâmica normal do sistema capitalista.” Encarar dessa forma as contradições e problemas gerados pelo impulso à expansão é uma necessidade da circularidade auto-constituente do capital. Não há nada além dele, tudo deve estar de acordo com “seu quadro de referências estrutural predeterminado”. (105-106)

O capital é impermeável a qualquer mudança qualitativa que possa questionar sua premissa de *causa sui*. Ele “não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação sócio-econômica que venha a restringir sua dinâmica voltada para a expansão.” Não tem como aceitar medidas restritivas que inibam seu imperativo de expansão, mesmo numa situação histórica em que a expansão compulsiva significa

expansão da produção destrutiva e perda de controle sobre os deslocamentos das contradições antes praticados. Deve-se levar em conta que, como acentua Mészáros, a

“expansão em si não é apenas uma função econômica relativa (mais ou menos louvável e livremente adotada sob esta luz em determinadas circunstâncias, ao passo que, em outros aspectos, conscientemente rejeitada), mas uma maneira absolutamente necessária de deslocar os problemas e contradições que emergem no sistema do capital, de acordo com o imperativo de evitar como praga as causas subjacentes.” (105)

O capital, em função de seu “fundamento causal autopropulsivo” inquestionável, não pode deter-se diante de barreiras impostas no curso de sua acumulação. Problemas e contradições devem ser tratados como obstáculos sempre removíveis e remediáveis com o recurso da expansão, a despeito das implicações destrutivas resultantes da não resolução das contradições imanentes a esse modo de controle sociometabólico. “É por essa razão que não pode haver alternativa para a procura de expansão – a todo custo – em nenhuma das variedades do sistema do capital.” (105)

Nesse sentido, não há como se evitar que a sombra da incontornabilidade se projete de forma ameaçadora sobre todo o complexo social, no momento em que os objetivos expansionistas não possam mais ser realizados como antes. A sombra da incontornabilidade é um fenômeno que hoje adquire uma presença muito maior, mas lembrá-nos Mészáros:

“Embora, sem dúvida, se tenha tornado bem mais sombria no século XX, ela certamente não surgiu nas últimas décadas com os riscos da era nuclear, por um lado e, por outro, o assustador impacto da poluição industrial e agrícola em grande escala”; pelo contrário, “era inseparável do capital como um modo de controle metabólico social desde que conseguiu se consolidar, tornando-se um sistema reprodutivo coerente, com o triunfo da produção generalizada de mercadorias.” (72)

Segundo Mészáros, o sistema do capital não tem como promover uma “reestruturação” de seu modo de controle sociometabólico, mesmo premido pelas mais graves dificuldades reprodutivas. O intransponível limite da “*racionalidade auto-orientada*

da reprodução ampliada do capital, com a premissa de sua *causa sui*", impede-o de questionar a si mesmo - sua própria causa - , bem como repele qualquer alternativa sociometabólica qualitativamente diferente. Só é compatível com "ações corretivas do sistema" confinadas "aos efeitos e conseqüências estruturalmente assimiláveis", uma vez que "as necessárias condições e implicações históricas que restringem a expansão contínua são sistematicamente descartadas ou postas de lado como desprovidas de importância".(105) Contudo, quando tais medidas não mais são suficientes para assegurar a escala de expansão pretendida, pois se encontram contidas nos parâmetros estruturais do sistema do capital, a total incontrolabilidade se anuncia.(108)

A expansão, enquanto pôde superar os limites relativos⁴ contidos no marco causal do sistema, conseguiu ampliar a margem e a eficiência produtivas das ações socioeconômicas por longo tempo, eximindo-se de toda justificativa que pudesse ser exigida fora do espírito dominante de que o capital é o "mal radical" usado "como instrumento para a criação do bem". No entanto, com a ativação dos limites absolutos intrascendíveis pela lógica reprodutiva do sistema, e a consumação da fase de ascendência histórica do capital, restrições tornam-se inevitáveis, ainda que inaceitáveis pelo capital, transformando o progresso anterior e seus benefícios em "uma destrutividade devastadora, quando as condições objetivas associadas às aspirações humanas começam a resistir a seu inexorável impulso expansionista."(173)

Considerando que a "tendência universalizadora" do capital só pode se consumir em razão do irrestringível impulso do capital à superação de toda barreira limitadora, fossem elas originadas em "obstáculos naturais ou fronteiras culturais e nacionais", como também por ser "inseparável da necessidade de deslocar os antagonismos internos do sistema por meio da constante ampliação da escala de suas operações", toda medida de restrição aparece como um sinal de crise do sistema e como tal deve ser deslocada. Ao capital não importa "o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala no tempo." Nesse sentido, iludem-se aqueles que crêem poder deter o capital no que tem de mais visivelmente destrutivo - a natureza e os seres humanos. Adverte Mészáros que a "degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de

⁴ Para Mészáros, os "limites relativos do sistema são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva $\frac{1}{4}$ dentro da estrutura viável e do tipo buscado $\frac{1}{4}$ da ação sócio-econômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital." (104)

controle metabólico social, em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior."(173)

Trata-se do imperativo absoluto da auto-reprodução do capital, que não tem como ser alterado substantivamente sem que se coloque em questão o próprio metabolismo social dominante. Como também não há como se adquirir controle externo sobre apenas partes do sistema, no sentido de impedir seus aspectos destrutivos. É a partir dessa concepção mais geral que Mészáros analisa o Movimento Verde (com seus partidos) e a sua intenção política de reforma do sistema do capital. Propunham uma mudança "do vermelho para o verde", mobilizando os "indivíduos preocupados com a destruição ambiental em andamento". Principalmente centrados na questão ambiental - movimento de "questão única", como o denomina Mészáros - eles "apelavam aos indivíduos, deixando indefinidas as causas sócio-econômicas subjacentes e suas conotações de classe", pensando que assim podiam "ampliar seu próprio apelo eleitoral, na esperança de conseguirem intervir no processo da reforma com o objetivo de inverter as tendências perigosas identificadas." Abordaram unilateralmente o complexo quadro reprodutivo sociometabólico prevalecente, tomando apenas o aspecto destrutivo da produção, desconsiderando que, nos dias de hoje, *a produção se realiza na destruição de riqueza material e humana*. O Movimento Verde, em todas suas variedades, tentou "articular seus programas de reforma à fim de entrar na estrutura de poder e nos processos de tomada de decisão da ordem estabelecida". A despeito da importância "literalmente vital" da questão ambiental, "o incontestável imperativo da proteção ambiental terminou bastante intratável, por conta das correspondentes restrições necessárias que sua implementação teria significado para os processos de produção prevalecentes."(39)

Diante disso, Mészáros chama a atenção para o "fato de que, dentro de relativamente curto espaço de tempo, todos esses partidos se marginalizaram, apesar do espetacular sucesso inicial por toda parte", revelando que "as causas que se manifestam na destruição ambiental são muito mais profundamente enraizadas do que o pressuposto pelos líderes desses movimentos de reforma, orientados por programas não-classistas." E, em seguida, conclui que o "sistema do capital provou ser impossível de reformar, até mesmo sob seu aspecto obviamente mais destrutivo."(39)

O capital não reconhece qualquer medida de restrições, e vê os obstáculos que surgem à sua frente como barreiras a mais a ultrapassar. Aqueles que não consegue eliminar frontalmente são contornados por

ajustes remediadores, não chegando a constituírem obstáculos impeditivos de seu curso acumulativo.(44) Por essa razão, diz Mészáros, os “obstáculos externos jamais detiveram o impulso ilimitado do capital; a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados ‘fatores de produção’ externos em termos da lógica auto-expansionista do capital.” Sendo assim, qualquer “impacto limitador” deve ser originado de um “poder de restrição” interno à própria lógica do capital.(173-174).

E, de fato, chegou-se a um estágio de desenvolvimento em que a “*tendência universalizadora* de avanço produtivo do próprio capital” tornou-se insustentável diante do “esgotamento dos domínios a invadir e subjugar”. A incontornabilidade do sistema, que podia ser dissimulada em circunstâncias históricas favoráveis, faz emergir a contradição imanente entre a necessidade de controle absoluto sobre o metabolismo social e o risco de perda de controle do sistema global. Nestas circunstâncias, nas quais são ativados os limites absolutos do sistema,

“ ‘mais’ começou paradoxalmente a significar ‘menos’ e ‘controle universal’ (assumindo a forma da ‘globalização’ antagonística) a indicar os riscos de uma completa perda de controle. Isto foi produzido pelo próprio capital, ao criar por todo o mundo uma situação totalmente insustentável, que exige uma coordenação abrangente (e, obviamente, um planejamento consensual para torná-la possível) - quando, por sua própria natureza, o sistema capitalista se opõe diametralmente a tais exigências.” (174)

Em outras palavras, segundo Mészáros, a cega busca expansionista de superação dos limites internos ao sistema levou a uma “profunda crise de controle” e a um arrefecimento da acumulação ampliada, na medida em que o “ ‘mais’ começa a significar ‘menos’ “. Afirma, ainda, nosso autor, que “foi apenas uma questão de tempo para que o capital - em seu irrefreável impulso para ir *além* dos limites encontrados - tivesse de se superar, contradizendo sua lógica interna e entrando em colisão com os limites estruturais insuperáveis de seu próprio modo de controle metabólico social.”(174)

Por isso, a coexistência da expansão e da restrição são internamente incompatíveis no modo de controle sociometabólico do capital. A necessidade de superação contínua de limites, a ponto de se esbarrar nos limites absolutos e intransponíveis do sistema do capital, acaba por justificar o aparecimento da crise estrutural, acompanhada de uma “profunda crise de controle”. Esses elementos constituintes contraditórios do sistema, na escala e maturação em que se encontram,

não são reversíveis pelo próprio sistema; ao contrário, comparecem como condições objetivas indispensáveis ao pleno desenvolvimento do sistema, independentemente das implicações futuras para sua própria sobrevivência. Tudo isso está relacionado com o fato de que, conforme ressalta Mészáros,

“o impulso expansionista cego do sistema capitalista é incorrigível, porque este não pode renunciar à sua própria natureza nem adotar práticas de produtividade em que há necessidade de restrição racional em escala global. Essa prática da restrição racional abrangente pelo capital importa, de fato, em reprimir o aspecto mais dinâmico de seu modo de funcionamento, o que faria do suicídio uma espécie de controle metabólico social historicamente singular. Esta é uma das principais razões por que a idéia de um ‘governo mundial’ globalmente racional e consensualmente limitador baseado no sistema capitalista - que é necessariamente parcial até o âmago em sua única forma viável de racionalidade - é uma gritante contradição em termos.”(179)

As restrições hoje exigidas como forma de contornar a potencialidade explosiva presente nos quatro conjuntos de forças ativadoras dos limites absolutos⁵, principalmente se pensamos no de maior gravidade social - o desemprego crônico - são, segundo Mészáros, ainda mais indispensáveis e, concomitantemente, impossíveis que no passado. Pois, nas condições de crise estrutural, são exigências postas pelo desenvolvimento do capital que se constituem em “obstáculo ativo para a acumulação tranqüila do capital e para o funcionamento futuro do sistema do capital global.”(151) Diante da “intratável contradição entre a liberdade absoluta do capital e a hoje historicamente inevitável necessidade de restrições básicas”, podemos avaliar a grandeza do problema a ser enfrentado no futuro.(146) Nesse mesmo espírito, Mészáros alerta que “a ameaça da incontornabilidade lança uma sombra muito grande sobre todos os aspectos objetivos e subjetivos do modo historicamente único de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução do metabolismo social da humanidade”.(151)

⁵ Mészáros analisa quatro questões que caracterizam a ativação dos limites absolutos: 1. o antagonismo estrutural entre o capital global e os Estados nacionais; 2. a degradação das condições ambientais; 3. a luta pela emancipação das mulheres; e 4. o agravamento do desemprego crônico. No entanto, ele chama a atenção para o fato de que “as quatro questões escolhidas para a discussão (...) não representam características isoladas. Longe disso: cada uma delas é o centro de um conjunto de grandes contradições. Como tais, elas demonstram ser insuperáveis precisamente porque, em conjunto, intensificam imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo.” (147)

2. A CONTRADIÇÃO ENTRE A REPRODUÇÃO GLOBAL DO CAPITAL E OS INTERESSES DAS EMPRESAS INDIVIDUAIS

A incontornabilidade do capital se manifesta também em uma outra contradição posta pelo próprio desenvolvimento histórico. O sistema do capital, para atingir o domínio universal do metabolismo social, teve que eliminar as barreiras dos modos de produção anteriores, como teve também que implantar uma escala mundial de troca de atividades e produtos, o que implicou em transferir as condições de produção da unidade industrial isolada para o "contexto global", tornando o "controle da produção (e reprodução metabólica social mais ampla), com base nos princípios operativos dados e viáveis do capital, (...) quase impossível de se manter." Ou, melhor ainda, não há um indivíduo ou empresa ou Governo Mundial que possa assumir o controle da produção e reprodução metabólica global. A incontornabilidade é inerente à própria lógica do sistema e foi o preço pago para a universalização do modo de controle sociometabólico do capital.(178)

Nas palavras de Mészáros, se

"as condições objetivas e subjetivas de produção estão situadas 'fora', exigindo que o intercâmbio da totalidade das atividades, necessidades, etc, se dê no quadro da troca global, elas necessariamente estão além do alcance de qualquer empresa isolada, não importando o quanto seja gigantesca ou transnacionalmente monopolista. Neste aspecto, se em nossa imaginação multiplicássemos a General Motors ou a Ford umas cem vezes, elas continuariam insignificantes."(178)

Por isso, afirma Mészáros que, "na realidade, o controle é um pesadelo por toda parte e em parte alguma".(178)

A lógica do capital só agrava essas contradições, uma vez que impele as empresas particulares a acumularem e a aumentarem "constantemente sua escala de operação", buscando "maior fatia do mercado possível", pois é a única forma de "melhorarem as oportunidades de controle". Aí está fundado "o imperativo absoluto da expansão do capital que se aplica a *todas* elas", e "não importa o quanto sejam destrutivas em termos globais as conseqüências da utilização voraz dos recursos disponíveis (para os quais as firmas privadas não têm medidas nem preocupações)." As firmas particulares estão apenas preocupadas em preencher os critérios "fetichistas da 'eficiência econômica' ", com o fim exclusivo de sobreviver e prosperar. Portanto,

conclui Mészáros, "quanto mais bem sucedidas forem as firmas particulares (...), em seus próprios termos de referência (...), tanto piores serão as perspectivas de sobrevivência da humanidade nas condições hoje prevalentes."(179)

O "impulso expansionista necessário das firmas particulares e do sistema em geral, sem levar em conta as conseqüências devastadoras" que desencadeia, é expressão da "racionalidade *parcial* do capital". Essa racionalidade *parcial* do capital ("e deve-se ressaltar que, devido a seu princípio estruturador interno antagonístico, o capital é capaz apenas de racionalidade *parcial*"), e o princípio expansionista que a orienta, "contradiz diretamente as ponderações elementares e literalmente vitais da *restrição racional* e correspondente *controle racional* dos recursos humanos e materiais globais" necessários a um desenvolvimento sustentável.(179) Tanto a questão do controle como a necessidade de restrições permanecem subsumidas ao imperativo da expansão, o que, num contexto histórico de esgotamento das possibilidades de deslocamento dos limites e contradições do sistema, implica na intensificação dos problemas pré-existentes.

Para Mészáros, conceber como possível o capital reprimir seu impulso expansionista impondo restrições a si mesmo é o mesmo que propor o suicídio do sistema. No entanto, a ameaça da incontornabilidade não está muito distante de resultar em conseqüências igualmente trágicas. Se o caminho da integração global do capital e, por conseguinte, o processo da "transferência das condições de produção e reprodução social para fora das empresas e indústrias isoladas (...) se completar historicamente, o capital como sistema de controle terá superado a si mesmo de maneira irreversível", uma vez que não pode retornar para "uma condição anterior (menos integrada e expandida globalmente), nem pode continuar em seu impulso expansionista global na escala requerida." Nesta esfera, é isso que significa crise estrutural: "bloqueio de novos campos sobre os quais o capital poderia estender seu domínio e aos quais poderia 'exportar' suas contradições".(179-180)

Tais desdobramentos projetam o completo fechamento do que Mészáros denomina de círculo vicioso da incontornabilidade estrutural do capital.(180)

Argumenta ele que "a necessidade inevitável de assegurar a administração sustentável das condições de controle metabólico social e da produção no contexto global adequado se revela como algo irremediavelmente *além do alcance do capital*, não importa até onde e o quão perigosamente o sistema se ultrapasse a si mesmo." Desse modo, a

“inerente incontrolabilidade estrutural do capital (desde o começo mesmo) como modo de controle completa seu círculo – em forma de um verdadeiro círculo vicioso.” Ao mesmo tempo em que se torna “*absolutamente necessário* o controle racional do sistema global (a um nível adequadamente *global*, em que só ele poderia ser sustentavelmente controlado), que ele mesmo também havia historicamente criado”, o controle é “*impossível* (...) mesmo em um contexto mais limitado, no plano das firmas nacionais particulares e empresas transnacionais necessariamente de ‘mau comportamento’ e ‘transgressoras’.” A incontrolabilidade do capital é exposta de todas as maneiras.(180)

Por tudo isso, conclui Mészáros ser “inconcebível escapar de tal círculo vicioso sem superar radicalmente as determinações fundamentais do próprio sistema capitalista.” A incontrolabilidade do capital é estrutural e só pode ser eliminada quando também não mais existir o modo sociometabólico de reprodução social dominante e, naturalmente, o capital.(180)

3. ROMPER O QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRUTURAL DO CAPITAL: CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA UM CONTROLE CONSCIENTE

Estabelecer um controle de uma ação humana consciente sobre o metabolismo e reprodução sociais é, para Mészáros, comprovadamente impossível enquanto existirem as bases materiais de sustentação da auto-reprodução ampliada do capital. São várias as fracassadas tentativas de controlar a incontrolabilidade do capital por meio de uma maior atividade do Estado, como um elemento de regulação externo ao desenvolvimento econômico, tanto na esquerda (sociedades pós-capitalistas, social-democracia) quanto na direita comprometida com a preservação da ordem estabelecida (New Deal de Roosevelt, “redução dos limites do Estado” da Direita Radical, etc).(253) Esses fracassos, ou demonstrações de “êxito muito limitado”, nada mais seriam que manifestações, *mutatis mutandis*, do processo inicial de esgotamento da fase expansiva do capital e da crise estrutural que eclodiu na década de 70, caracterizadas por uma tendência crescente no uso de determinações políticas no processo de reprodução sociometabólica. A sobrevida adquirida pelo capital com o deslocamento expansionista de suas contradições e antagonismos, a partir do “último terço do século XIX, estendendo em seguida por quase um século sua viabilidade reprodutiva,” se esgotou com “o início da crise estrutural do sistema”. Hoje, os “*dispositivos corretivos externos* (...)

e suas práticas correspondentes” já não são mais suficientes para compensar os defeitos da *dinâmica interna de desenvolvimento* do sistema. A crise estrutural, hoje, “afeta o modo de controle do capital em suas raízes”.(773)

O mais grave da situação presente é que, agora, segundo Mészáros, “temos que encarar não só os antagonismos de velha data do sistema, mas também as condições cada vez mais graves que a dinâmica expansionista do próprio deslocamento tradicional transformou em problemáticas e definitivamente insustentáveis.”(252) Sem contar que “a lógica infernal e pulsão infinita do capital para a auto-expansão quantitativa conduz inevitavelmente a conseqüências destrutivas. A destrutividade da dinâmica interna do capital não só afeta o ambiente natural, mas também cada faceta da reprodução sociometabólica”, implicando, até mesmo, na destruição periódica de “partes importantes dos próprios componentes produtivos do capital”.(821)

Diante desse estado de coisas, quais as alternativas para a sobrevivência da humanidade?

Para Mészáros, “esperar do capital conter-se a si mesmo é nada menos que esperar um milagre acontecer. Pois o capital só poderia adotar a auto-restrição como uma característica significativa de seu modo de operação deixando de ser capital.” E continua ele,

“a necessidade de restrição — até mesmo se o que está em jogo é nada menos que a sobrevivência humana — é contradita diametralmente pelas determinações mais íntimas do sistema do capital. Pois o modo de reprodução do capital entraria muito rapidamente em colapso se fosse compelido a operar no interior de limites, ao invés de constantemente expansíveis, firmemente circunscritos.”(805)

As soluções até agora empregadas na correção dos distúrbios reconhecidos no desenvolvimento histórico do sistema dedicaram-se apenas à formulação de corretivos parciais, sem que se atacasse a base causal das contraditórias determinações estruturais do sistema. O estágio a que chegamos, de crise estrutural e de ameaça de colapso do sistema, uma vez que ele não comporta restrições, exige muito mais que uma oposição defensiva. Conforme adverte Mészáros, “nenhum remédio parcial é concebível a este respeito, e certamente nenhum que pudesse ser implementado pelas personificações do capital em qualquer uma das suas corporificações realmente possíveis.”(805)

Ainda que para alguns seja impossível continuar a negar a necessidade de restrições, e se mostrem “dispostos a reconhecer que algumas restrições devem ser adotadas (pelo menos em algumas áreas de atividade econômica, como a exploração de matérias-primas e recursos de energia, como também em relação ao ‘controle da população’)”, permanecem confinados a um discurso circular, alegando que a “própria dinâmica expansionista sempre redefiniria e estenderia os limites com sucesso. Hoje tal argumento é obviamente insustentável.” (805)

Para Mészáros, “dizer que a incontrolabilidade do capital percorreu seu curso histórico significa que o próprio sistema perdeu sua viabilidade enquanto o controlador de uma sustentável reprodução sociometabólica.” E não se trata de projeções de longo prazo: os “limites são visíveis em nossa proximidade imediata, tal como o são os perigos que acompanham a inabilidade ou recusa – e, no caso do capital, ambas coincidem – de exercer restrição.” (805)

Diante desses desdobramentos históricos, Mészáros coloca como “necessário divisar a instituição de mudanças sistêmicas qualitativas em uma época na qual os perigos que surgem da incontrolabilidade do capital se intensificam, devido ao caráter estrutural irreprimível do sistema.” (805) Tais mudanças sistêmicas qualitativas coincidem com a “necessidade de uma transição a uma ordem social controlável e conscientemente controlada pelos indivíduos, como defendido pelo projeto socialista”, o qual “permanece na agenda histórica, apesar de todos os fracassos e decepções.” (253)

Trata-se de uma verdadeira ‘mudança de época’ (*ephocal shift*) – “um sustentado esforço para se ir além de todas as formas de dominação estruturalmente entrincheiradas”. Isso só pode ser concebido mediante uma “radical reestruturação das formas e instrumentos de reprodução metabólica social existentes, em contraste com a acomodação dos objetivos socialistas originais às paralisantes restrições materiais das condições herdadas, como aconteceu no passado.” Mészáros, então, enfaticamente reafirma que “a *raison d'être* do empreendimento socialista é manter a consciência dos objetivos estratégicos da transformação de uma época (*ephocal*), ainda que sob as condições mais adversas, quando o poder da inércia puxa para a direção oposta: para a ‘linha de menor resistência’ que conduz à revitalização da incontrolável força de controle do capital.” (253)

A transição a uma nova forma histórica implica a superação do capital e não a escolha de estratégias que auxiliem a “revitalização da

incontrolável força de controle do capital”. Para Mészáros, trata-se da construção de uma ordem na qual o controle sobre todas as atividades da vida passa a ser determinado pela decisão consciente do verdadeiro sujeito produtor da riqueza social: o trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MÉSZÁROS, I. *Beyond Capital*. London: The Merlin Press, 1995.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

1) A Revista Temporalis aceita proposta de artigos que serão submetidos ao comitê editorial, a quem cabe a decisão final sobre a sua publicação.

2) Os originais de no máximo 30 laudas, devem ser enviados a ABEPSS, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) suporte: em disquete de 3.5, junto com duas vias impressas;

b) formato: em word 6.0 e word 7.0 for windows, com a seguinte configuração: fonte Times New Roman 12, papel tamanho A-4, espaço interlinear de 1,5 cm, com todas as seguintes margens: superior 3 cm; inferior 2 cm; esquerda 3 cm; direita 2cm;

c) normalização: obedecer a seguinte seqüência:

- título do artigo em português;

- nome completo do(s) autor(es); suas credenciais e local de atividade, incluindo endereço, telefone, fax do trabalho e residencial, e e-mail para contato;

- o texto principal não deve exceder 25 linhas, incluindo ilustrações (desenhos, figuras, tabelas, fotos) cujos locais de inserção devem vir indicados no texto;

- figuras, desenhos, tabelas e fotos deverão ser entregues no original, com cabeçalho (se for o caso), créditos e legendas. Se as ilustrações enviadas já tiverem sido publicada, mencionar a fonte e a permissão para reprodução;

- anexos, somente quando contiverem detalhamento imprescindível para a compreensão de alguma seção do texto;

- citações e referências bibliográficas conforme a NB-10520, de 1998 e NB-6023, de 1989 da ABNT, respectivamente.

3) O parecer sobre a aceitação ou não dos originais será comunicado ao autor, ou ao primeiro quando forem mais de um, não se obrigando a revista Temporalis a devolver os originais a ela enviados.

4) Todo o trabalho aceito será submetido a revisão; caso o texto exija modificações substanciais, será devolvido ao autor para que ele mesmo as faça.

5) A Revista Temporalis não remunera os autores que tenham seus artigos nela editados, porém lhe envia um exemplar da edição onde seu(s)

texto(s) for(em) publicado(s).

A Revista Temporalis está aberta para colaborações, mas reserva-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. Os artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.